



UNIVERSIDADE DEL SOL

Creada por Ley N° 4263/11

Aprobada por Resolución N° 10/2010 del Consejo de Universidades

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

FLÁVIA EUGÊNIA DA SILVA

**A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO PROFESSOR
DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE/GO**

Ciudad Del Este, Paraguai

2026



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Creada por Ley N° 4263/11

Aprobada por Resolución N° 10/2010 del Consejo de Universidades

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

FLÁVIA EUGÊNIA DA SILVA

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE/GO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, da Universidad Del Sol-Unades-Paraguai, como requisito para obtenção do Título Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Ruth Belen Gamarra Lezcano

Ciudad Del Este, Paraguai

2026

SILVA, Flávia Eugênia da.

A Relação entre trabalho, saúde física e mental do professor da Educação Infantil e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem no Município de Rio Verde/GO. Universidad Del Sol – UNADES – Paraguay, 2026.

150 f: il.; 30 cm.

A Relação entre trabalho, saúde física e mental do professor da Educação Infantil e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem no Município de Rio Verde/GO. Universidad Del Sol – UNADES – Paraguay, 2025. (Mestrado em Ciência da Educação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Educação. Universidad Del Sol – UNADES – Paraguay, 2026.

Orientadora: DraRuth Belen Gamarra Lezcano

Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação - Universidade Del Sol - Unades – Paraguai.

1. Saúde Docente. 2. Condições de Trabalho. 3. Ensino Aprendizagem. 4. Afastamento. 5. Educação Infantil.



UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES – PARAGUAY
Creada por Ley N° 4263/11
Aprobada por Resolución N° 10/2010 del Consejo de Universidades

FLÁVIA EUGÊNIA DA SILVA

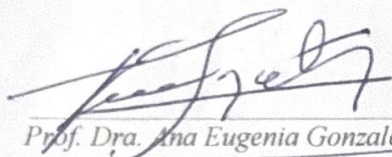
A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO

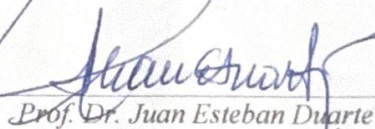
Trabajo de grado presentado al Programa de Posgrado en Ciencias de la Educación de la Universidad Del Sol – UNADES, como requisito para la obtención del título de Maestría en Ciencias de La Educación

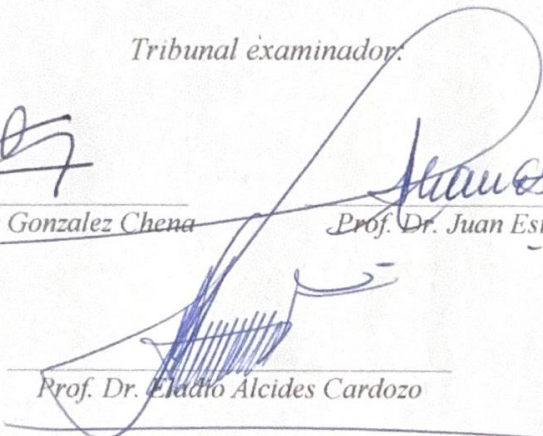
Fecha 14 / 7 / 26

Calificación Final: 5 (cinco)

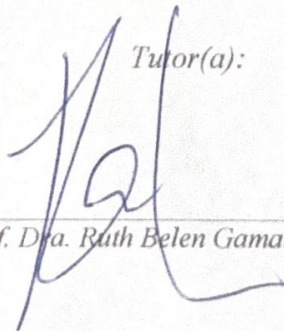
Tribunal examinador:


Prof. Dra. Ana Eugenia Gonzalez Chena


Prof. Dr. Juan Esteban Duarte


Prof. Dr. Eladio Alcides Cardozo

Tutor(a):


Prof. Dra. Ruth Belen Gamarra Lezcano

Ciudad Del Este - Paraguay - Año 2026

DEDICATÓRIA

À memória da minha mãe, Marlene Zelia Pereira da Silva que partiu antes de ver esse sonho realizado, mas que sempre esteve comigo em pensamento e saudades.

Ao meu esposo Vicente V. Berta, pelo amor e paciência incondicional nos dias difíceis, a Deus e os meus filhos que são a razão de eu nunca ter desistido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde e perseverança para concluir essa etapa.

A Professora Dra. Suely Pessoa, por acolher esse tema com sensibilidade, pela orientação segura e por me mostrar que pesquisa também é cuidado sua humanidade fez toda diferença nessa caminhada.

Aos professores da educação infantil de Rio Verde/GO que participaram dessa pesquisa por abrirem suas salas, suas rotinas e seus corações. Este trabalho só existe por vocês aceitarem falar de suas dores e desafios.

Minha profunda admiração e respeito a Secretaria Municipal de Educação pela autorização do estudo nas unidades escolas.

Ao meu esposo e filhos pela paciência e companhia nas viagens, pelo colo em dias difíceis e por celebrarem cada pequena vitória comigo.

Aos professores da banca pelas contribuições que enriquecem este trabalho.

Por fim que essa pesquisa contribua para que vocês sejam mais vistos, ouvidos e cuidados.

A Universidad Del Sol-Unades-Paraguai, pela oportunidade de cursar um mestrado, que soma para adquirir novos conhecimentos.

“Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador.”

(Paulo Freire)

SILVA, Flávia Eugênia da. **A Relação entre trabalho, saúde física e mental do professor da Educação Infantil e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem no Município de Rio Verde/GO.** Universidad Del Sol – UNADES – Paraguay, 2026.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar os impactos da relação entre as condições de trabalho, a saúde física e mental dos professores e os reflexos destes no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil no município de Rio Verde/GO. Como metodologia a pesquisa, apresentou dois vértices sendo uma qualitativa, que fornece uma fundamentação de informações bibliográficas para uma fundamentação teórica, e quantitativa com questões antecipadamente organizadas conexas inteiramente com o assunto da pesquisa, que permite aos professores exporem seus pontos de vista em relação ao tema abordado. O questionário aplicado, foi elaborado e aplicado para a amostra da pesquisa. Procurou conhecer as situações que podem contribuir para o adoecimento ou mesmo o desconforto, como carência de suporte das instituições de ensino, baixa remuneração, cargas de trabalho extensas e exaustivas, superlotação de salas de aula entre outros, e os prejuízos da docência na saúde do corpo e da mente dos professores da Educação Infantil, e suas implicações na qualidade de vida destes. Em relação a amostra, ficou igual a população, 32 (trinta e dois) professores (das três escolas pesquisadas), 03 (três) coordenadores e 03 (três) diretores escolares, totalizando 40 (quarenta) entrevistados. Como resultado, constatou-se que a pesquisa realizada sobre a saúde mental dos professores se concentram no seu bem-estar e gestão emocional, e em como essas habilidades os ajudam a desempenhar seu trabalho com eficácia. Quando a saúde mental e física dos professores é afetada, isso prejudica os processos acadêmicos relacionados à sua profissão, afetando as condições de trabalho, causando sofrimento tanto para o professor quanto para seus colegas e alunos, diminuindo a qualidade de suas interações e comportamentos, tanto pessoais quanto profissionais.

Palavras-chave: Saúde Docente. Física e Mental. Condições de Trabalho. Ensino. Aprendizagem. Educação Infantil.

SILVA, Flávia Eugênia da. **A Relação entre trabalho, saúde física e mental do professor da Educação Infantil e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem no Município de Rio Verde/GO.** Universidad Del Sol – UNADES – Paraguay, 2026.

ABSTRACT

This research aims to analyze the impacts of the relationship between working conditions, the physical and mental health of teachers, and the effects of these conditions on the teaching and learning process in Early Childhood Education in the municipality of Rio Verde/GO. The methodology employed two approaches: a qualitative one, providing a foundation of bibliographic information for a theoretical basis, and a quantitative one, with pre-organized questions entirely connected to the research topic, allowing teachers to express their viewpoints on the subject. The questionnaire, developed and applied to the research sample, sought to understand situations that can contribute to illness or discomfort, such as lack of support from educational institutions, low pay, extensive and exhausting workloads, overcrowded classrooms, among others, and the negative impacts of teaching on the physical and mental health of Early Childhood Education teachers, and its implications for their quality of life. Regarding the sample, it remained the same as the population, with 32 (thirty-two) teachers (from the three schools surveyed), 3 (three) coordinators, and 3 (three) school principals, totaling 40 (forty) interviewees. As a result, it was found that research on teachers' mental health focuses on their well-being and emotional management, and how these skills help them perform their work effectively. When teachers' mental health is affected, it impairs academic processes related to their profession, causing suffering for both the teacher and their colleagues and students, and decreasing the quality of their interactions and behaviors, both personal and professional.

Keywords: Teacher Health. Physical and Mental Health. Working Conditions. Teaching. Learning. Early Childhood Education.

SILVA, Flávia Eugênia da. **A Relação entre trabalho, saúde física e mental do professor da Educação Infantil e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem no Município de Rio Verde/GO.** Universidad Del Sol – UNADES – Paraguay, 2026.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo general analizar los impactos de la relación entre las condiciones laborales, la salud física y mental del profesorado y sus repercusiones en el proceso de enseñanza-aprendizaje en Educación Infantil en el municipio de Río Verde/GO. La metodología empleada consta de dos enfoques: uno cualitativo, que proporciona información bibliográfica para fundamentar la teoría, y uno cuantitativo, con preguntas preorganizadas directamente relacionadas con el tema de investigación, que permiten al profesorado expresar sus puntos de vista sobre el tema. Se elaboró y aplicó un cuestionario a la muestra de investigación. Este buscaba comprender situaciones que pueden contribuir a la enfermedad o el malestar, como la falta de apoyo de las instituciones educativas, la baja remuneración, las cargas de trabajo excesivas y agotadoras, el hacinamiento en las aulas, entre otras, y los impactos negativos de la docencia en la salud física y mental del profesorado de Educación Infantil, así como sus implicaciones para su calidad de vida. En cuanto a la muestra, se mantuvo igual que la población, con 32 docentes (de las tres escuelas encuestadas), 3 coordinadores y 3 directores, lo que suma un total de 40 entrevistados. Como resultado, se constató que la investigación sobre la salud mental del profesorado se centra en su bienestar y gestión emocional, y en cómo estas habilidades les ayudan a desempeñar su trabajo con eficacia. Cuando la salud mental del profesorado se ve afectada, se resienten los procesos académicos relacionados con su profesión, lo que provoca sufrimiento tanto al docente como a sus compañeros y alumnos, y disminuye la calidad de sus interacciones y comportamientos, tanto personales como profesionales.

Palabras clave: Salud del profesorado. Salud física y mental. Condiciones laborales. Enseñanza. Aprendizaje. Educación infantil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Identificação: Gênero, Idade, Formação	61
Gráfico 2. Anos de trabalho	64
Gráfico 3. Número crianças por turma	66
Gráfico 4. Tempo para planejamento	69
Gráfico 5. Avaliação da Infraestrutura escolar	71
Gráfico 6. Diagnóstico de doença ocupacional	74
Gráfico 7. Frequência que sente dores ou desconfortos físicos relacionados ao trabalho	75
Gráfico 8. Afastamento do trabalho por problemas de saúde	78
Gráfico 9. Acredita que sua carga de trabalho influencia sua saúde	80
Gráfico 10. Avaliação da qualidade de vida atualmente	83
Gráfico 11. Problemas de saúde afetam seu desempenho como professor	85
Gráfico 12. Impacto da sobrecarga de trabalho na motivação no ensino	87
Gráfico 13. Qualidade de vida dos professores influencia diretamente no aprendizado dos alunos	90
Gráfico 14. O trabalho docente interfere na sua vida pessoal e social	93
Gráfico 15. Encontra tempo suficiente para cuidar da saúde física	95
Gráfico 16. Acompanhamento psicológico ou emocional quando necessário	98
Gráfico 17. Suporte da escola em relação à saúde mental dos docentes	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Identificação das Diretoras e Coordenadoras	106
Quadro 2. Doenças Ocupacionais e Saúde dos Professores	108
Quadro 3. Indicadores de adoecimento mental dos professores/ Qualidade De Vida e Desempenho Docente	112
Quadro 4. Qualidade de Vida e Desempenho Docente/ Opinião dos Professores sobre saúde física e mental	115

SUMÁRIO

PRÓLOGO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	23
1. Antecedentes da pesquisa.....	23
1.1. Problema da pesquisa	25
1.2. Perguntas da investigação	28
1.3. Objetivo Geral	28
1.4. Objetivos específicos	28
1.5. Justificativa	29
CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO	31
2. Analogia entre trabalho e saúde mental do docente na Educação Infantil	31
2.1. Condições de trabalho e de saúde docente na Educação Infantil	34
2.2. A relação entre as diferentes doenças ocupacionais dos Professores	37
2.3. Os indicadores do adoecimento mental dos professores da Educação Infantil	39
2.4. A relação entre a qualidade de vida do docente e seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem	43
2.5. A opinião dos docentes quanto a importância da saúde física e mental para sua vivência social dentro e fora do ambiente escolar	46
CAPÍTULO III - MARCO METODOLÓGICO.....	54
3. DESENHO METODOLÓGICO	54
3.1 Enfoque da Pesquisa:	55
3.2. Tipo de Pesquisa:	56
3.3. Instrumentos de Coleta de Dados	57
3.4. População e Amostra	58
CAPÍTULO IV – MARCO ANALÍTICO	60
4. ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E RESULTADOS	60
4.1. Entrevista com os professores:	60
4.2. Entrevista realizada com Gestoras e Coordenadoras Pedagógica	106

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
5.1. Contribuições para futuras pesquisas	121
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE I	144
APÊNDICE II	147

PRÓLOGO

A presente trajetória acadêmica iniciou-se formalmente em 2005, com a conclusão do curso de Normal Superior, com Habilitação em Educação Infantil, pela Faculdade Almeida Rodrigues FAR. Em 2006 mediante a aprovação em concurso público, ingressei na rede pública de ensino dando início a minha atuação docente.

O início da carreira foi marcado por desafios significativos no ambiente institucional. Ao final daquele ano letivo, fui remanejada para uma unidade escolar distante de minha residência, onde permaneci por três anos. Nesse período, desenvolvi experiências pedagógicas marcantes e inesquecíveis, que ressignificaram meu fazer docente e fortaleceram meu compromisso com uma educação humanizadora. Em 2010 atuei como coordenadora e a partir de 2011 atuando como diretora escolar.

Ao longo de vinte anos de atuação, busquei continuamente o aprimoramento profissional por meio da formação continuada, com especializações em Gestão Educacional: Direção, Coordenação e Supervisão, Especialização em Educação Infantil e Letramento, Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional que culminando com o Mestrado em Ciências da Educação onde participei de atividades oferecidas por outras instituições, tais como: Curso Formação Complementar.

Participei com êxito no Seminário Internacional de Educação do Curso Mestrado em Ciências da Educação, com Tema: Enfoque na Pesquisa de Campo, em Julho 2025, na Universidade Del Sol-UNADES-Paraguay. Seminário: Práticas e Experiências Educacionais e Acadêmicas: Compartilhando Ideias, Saberes e Inovações, em Agosto/Setembro 2025, oferecido pela Atual Assessoria Educacional.

Foi trabalhado o Projeto que Pensa: Fundamentos Teóricos e Decisões Metodológicas na Formação do Pesquisador, em Ciências da Educação e Inteligência Artificial Aplicada, à Pesquisa Acadêmica, na Pós-Graduação Stricto Sensu, em Março de 2026, oferecido pela Revista Avanços e Olhares.

Desenvolvi também atividades oferecidas por outras instituições, tais como: Curso Formação Complementar; construção dos Projetos de Pesquisa em Março 2025, oferecido pela Revista Avanços e Olhares. Participei com êxito no Seminário Internacional de Educação do Curso Mestrado em Ciências da Educação, com Tema: Enfoque na Pesquisa de Campo, em Julho 2025, na Universidade Del Sol-UNADES-Paraguay.

Minha trajetória profissional perpassou diferentes funções: professora da Educação Infantil, coordenadora pedagógica e, atualmente, diretora escolar. Essa mobilidade entre os lugares de atuação permitiu-me uma compreensão ampliada dos processos educativos, da sala de aula à gestão.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa compreender a relação entre a saúde mental dos professores e suas práticas pedagógicas. O foco está na criação de ambientes de aprendizagem e na interação do professor com as crianças. Portanto, é relevante analisar a influência da saúde mental dos professores no contexto educacional e no planejamento desses ambientes de aprendizagem, concentrando-se no papel do professor e nos processos de socialização e interação na Educação Infantil.

Segundo Souza *et al.* (2019, p. 43), para falar do conceito de saúde mental, é necessário primeiramente se referir ao próprio conceito de saúde, que etimologicamente vem do latim *salus*, compreendido como “o modo em que o ser orgânico exerce de forma natural todas as suas funções”. No entanto, “O conceito de saúde se perde, pois não pode ser utilizado como único ou uniforme, devendo ser relacionado aos aspectos individuais de cada pessoa”

Conforme a OMS (2004), saúde não é meramente a ausência de doença, mas o resultado de um processo complexo no qual fatores biológicos, econômicos, sociais, políticos e ambientais interagem para criar as condições que permitem o pleno desenvolvimento das capacidades e do potencial humano, entendendo a humanidade como um ser individual e social.

Dessa maneira, o trabalho do professor não abstrai a este fato, uma vez que um grande número de professores e pessoal administrativo trabalham de 8 a 12 horas contínuas, situação que interfere em seus hábitos alimentares e atividade física, causando sobrepeso e obesidade, com os consequentes efeitos de possíveis doenças associadas ao seu estilo de vida (Ochoa *et al.*, 2022).

Sendo o ensino uma atividade tendencialmente sedentária, a alimentação desempenha um papel fundamental no estado geral de saúde dos indivíduos, uma vez que dietas com elevados teores de gordura, colesterol, açúcares e sal têm uma incidência cada vez maior no aumento de casos de incapacidade, doença e morte (Cristina *et al.*, 2022). Por isso, o estilo de vida dos professores deve promover planos alimentares que não contenham alimentos calóricos, além do consumo equilibrado e em horários adequados.

No campo educacional, o estresse surge de fatores extra laborais relacionados às responsabilidades em casa, à situação econômica, às condições de vida e ao meio ambiente; também devido a fatores intra laborais, como exigências excessivas de trabalho e a falta de disponibilidade emprego permanente. Segundo Sacristán (2009), a saúde mental está há

muito tempo incluída na definição geral de saúde, o que resultou na ausência de informação sistematizada sobre as doenças mentais na população, uma vez que estas são concebidas como o resultado da interação entre o biológico, o psicológico e o social, entre a esfera física e o meio ambiente.

Uma forma de combater o estresse no trabalho é o relaxamento, que, segundo (Sotelo *et al.*, 2020), é um estado de calma e paz interior que faz com que aspectos como tensão, estresse, medo, nervosismo e ansiedade. Existem alternativas de relaxamento como: Taichi, Yoga, Meditação, Respiração Profunda, Musicoterapia, entre outras.

Em quase todos os relatos de Moreira (2023), a maioria dos professores entrevistados em seus estudos, acredita que a gestão do local de trabalho não se preocupa com a saúde e o bem-estar de seus funcionários. Em conformidade com o caso de que grande parte dos participantes nunca compareceu a uma consulta de serviço de saúde ocupacional, se sente mal-informada sobre questões de saúde, e uma proporção significativa desses professores acreditam que não estão bem-informada sobre saúde ocupacional.

No geral, os resultados de uma pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (2004), refletem que os docentes da Educação Infantil consideram seu trabalho como uma profissão subvalorizada, estressante e muitas vezes insegura. Os professores que participaram da pesquisa indicaram que receberam apoio de seus colegas quando necessário.

Considerando a escassez aguda de professores no setor de Educação Infantil, bem como a situação salarial precária, conforme Zamora-Díaz (2017), o sentimento de baixa valorização e reconhecimento, as oportunidades limitadas de progressão na carreira, a insatisfação profissional, o equilíbrio inadequado entre vida pessoal e profissional e o bem-estar geral precário da equipe de professores, é oportuno e imperativo avaliar o impacto e a capacidade dos instrumentos existentes para promover uma equipe de Educação Infantil bem apoiada, remunerada de forma justa e valorizada, e considerar o desenvolvimento de novos caminhos para atingir esse objetivo.

De acordo com Valle (2017), no caso dos professores da Educação Infantil alguns indicadores de riscos são ajustados com ênfase no nível físico (relacionados a ruídos, iluminação, temperaturas e outros do nível contextual-ambiental nas instalações escolares), psicossocial (com relação à gestão organizacional, características das escolas, grupos de trabalho, condições das tarefas e jornadas de trabalho), biomecânico (ênfase na postura, esforço, movimentos repetitivos e manuseio de cargas), além das condições de segurança (relacionados a ferramentas, locais, superfícies, acidentes, entre outros).

Como discorrem Erick e Smith (2011), os professores têm sido alvo de diversos estudos relacionados à origem e ao impacto das doenças no seu desempenho. Este é um elemento vital para a saúde individual, das escolas públicas em termos de segurança e saúde no trabalho (SST), acidentes de trabalho (AT) e doenças profissionais (DPT), absentismo e abandono do trabalho, entre outros. Esta questão é de grande relevância atual, uma vez que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimaram para 2021, com base em dados de 2000-2016, que pelo menos 1,88 [UR95% (1,84-1,92)] milhões de pessoas morrem anualmente por causas relacionadas com o trabalho. Este número levou a uma ênfase especial na prevenção de riscos ocupacionais.

De acordo com Baka (2015), a saúde ocupacional dos professores como trabalhadores implica uma visão ampla que abranja não apenas a doença, mas também a contextualização dos riscos que estão imersos no contexto escolar. Assim, as doenças identificadas abrangeram três grandes distúrbios: 1) voz ou aparelho fonatório com 51,1%; 2) musculoesquelético com 23,4%; e 3) psicossocial com 21,3%. É importante destacar que existem outras doenças ou distúrbios com menos informação ou representatividade, que se concentram em distúrbios auditivos e respiratórios.

Por fim, Baka (2015) destaca o conjunto de transtornos foi compreendido a partir dos riscos que eles implicam ou dos quais são produto, como riscos físicos e condições de segurança devido ao ruído intenso na escola, acústica precária na sala de aula, infraestrutura deficiente, entre outros; os riscos psicossociais relacionados à liderança entre gestores e professores escolares, as altas exigências e a carga mental e emocional, e a necessidade constante de conhecimento, treinamento e experiência nas escolas, e, por fim, fatores biomecânicos como postura, movimentos repetitivos, esforços e cargas, que incluem o manuseio do quadro negro, do mobiliário da sala de aula, o levantamento de uma criança, entre outros.

O aparelho vocal foi a estrutura corporal mais afetada pelo trabalho dos professores, onde distúrbios dessa estrutura foram associados a fatores contextuais, ocupacionais e pessoais que influenciam no desenvolvimento e progressão da doença. Artigos sobre distúrbios da voz ou do aparelho fonatório concluíram que as características locativas do ambiente de trabalho (sala de aula), como acústica ou níveis elevados de ruído, influenciam no surgimento e desenvolvimento desses distúrbios; esses resultados concordam com a revisão sistemática apresentada por Mendes *et al.* (2016), que também descrevem que fatores pessoais (histórico de tabagismo, anos de escolaridade, gênero, idade, entre outros)

contribuem para o surgimento e desenvolvimento de um distúrbio de voz ou seu agravamento.

Considerando o risco biomecânico e sua associação com distúrbios musculoesqueléticos, conclui-se que estes representam a segunda patologia mais frequente na população docente (23,4%). Dentre os achados da revisão sistemática, esse tipo de distúrbio ocorre em maior extensão nas regiões lombar ou dorsal, pescoço, membros superiores e inferiores, onde seu surgimento e desenvolvimento estão relacionados às características biomecânicas da atividade (posturas, movimentação de carga e movimento repetitivo) e ao contexto (mobiliário e disposição da sala de aula). Esses resultados são semelhantes aos da revisão sistemática realizada por Erick *et al* (2011), que descrevem uma prevalência de distúrbios musculoesqueléticos de 39% a 95% na população docente, identificando as regiões do dorso, pescoço e membros superiores como as mais afetadas, além de relacionar o surgimento desses distúrbios com fatores pessoais (gênero, idade, tempo de emprego, entre outros).

Como destaca Souza (2022), as perturbações psicossociais representam o terceiro tipo de transtorno mais comum na população docente, respondendo por 21,3%. O presente estudo determinou que os transtornos psicossociais estão mais intimamente relacionados a fatores organizacionais como gestão organizacional, organização do trabalho, características do grupo de trabalho social, entre outros. Da mesma forma, o estudo apresentado relaciona a incidência dessas alterações com outros tipos de distúrbios, como os musculoesqueléticos (dores nas costas, pescoço, ombros, membros superiores e membros inferiores) e aqueles relacionados à voz.

A realização de pesquisas a respeito da saúde mental dos docentes de Educação Infantil é de extrema importância, uma vez que eles são o primeiro meio pelo qual os alunos têm contato com o sistema educacional formal e a influência que podem exercer no bem-estar e no desenvolvimento saudável das crianças em idade pré-escolar.

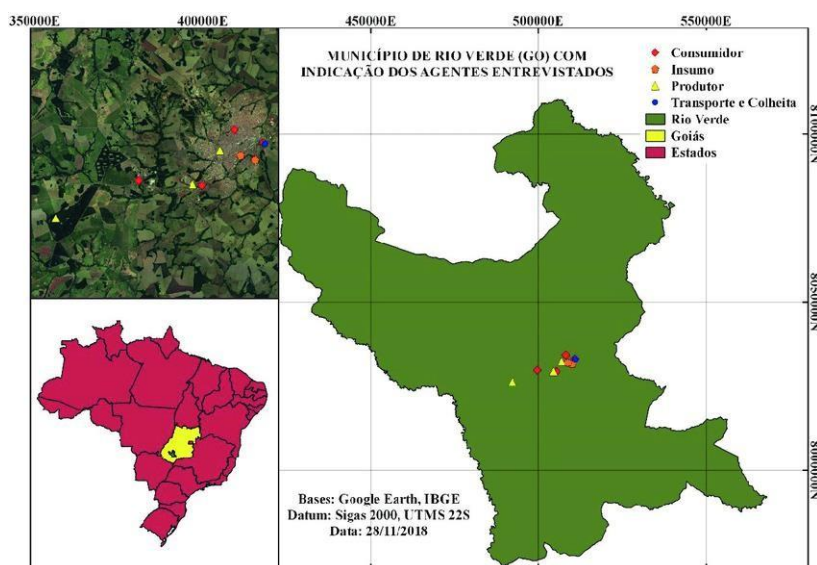
O processo seguido neste trabalho, procura conhecer a realidade dos professores sobre os impactos da relação entre a qualidade do trabalho, a saúde física e emocional dos docentes e os reflexos destes no processo de ensino e aprendizagem nas escolas: Escola Municipal de Educação Infantil Pão da Vida, Escola Municipal de Educação Infantil Enedina Maciel, Escola Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato, todas no município de Rio Verde/GO.

A pesquisa foi sustentada pela elaboração do projeto, que submetido à Plataforma Brasil no Conselho de Ética e aprovado na data de 14 de Maio de 2025, com o Número do

Parecer: 7.971.117 (Ver anexo).

O estudo foi realizado nas escolas da Educação Infantil do município de Rio Verde/GO. O município em questão, apresenta os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), possui uma área territorial de 8.374,255 km², com a população estimada em 247.259 pessoas. A densidade demográfica do município é de 21,05 hab. /km², com 97% das crianças de 6 a 14 anos escolarizadas e com o Produto Interno Bruto de R\$ 42.360, 16 per capita. Abaixo apresenta-se o do município em estudo conforme a imagem 1 (IBGE, 2021):

Figura 1. Mapa do município de Rio Verde/GO.



Fonte, IBGE, 2021.

Esta pesquisa tem a seguinte estrutura: no primeiro capítulo, apresenta o estado da arte, a declaração do problema, em seguida, são apresentados os objetivos que norteiam esta pesquisa, as perguntas da investigação, é apresentada a justificativa, explicando as razões e a finalidade da pesquisa.

No segundo capítulo, apresenta-se o marco teórico, explicando o contexto, a teoria e os conceitos-chave da pesquisa, embasado nos autores que sustentam o estudo. Sobre o terceiro capítulo, descreve-se a metodologia, incluindo os instrumentos e procedimentos utilizados neste estudo. Posteriormente, delineia-se o plano de análise dos dados, em que se apresentam os resultados obtidos na análise, trazendo também a discussão e procura interpretar as descobertas do estudo e as relaciona com o trabalho de outros autores. Por fim, apresentam-se

as conclusões da pesquisa. Posteriormente, trata das contribuições para futuras pesquisas, que podem ser úteis para futuras pesquisas sobre a saúde do professor.

CAPÍTULO I ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O propósito desta pesquisa é investigar o impacto da saúde mental dos professores no ambiente de aprendizagem de crianças em instituições de ensino da Educação Infantil no município de Rio Verde/GO. Para tanto, é necessário documentar o tema da saúde mental docente nos âmbitos internacional e nacional, assim como nas teses e dissertações que versam sobre o assunto, visto que é relevante acompanhar como a questão tem sido abordada e quais implicações teve nas práticas pedagógicas dos professores. Assim, torna-se necessário compreender a evolução da saúde mental dos professores e seu impacto nos ambientes de aprendizagem da Educação Infantil. Nesse contexto, serão analisadas as fontes disponíveis sobre o tema.

1. Antecedentes da pesquisa

De acordo com pesquisas realizadas nos últimos anos sobre a saúde mental de professores, existe uma vasta quantidade de informações que revelam uma preocupação significativa e um conhecimento considerável sobre o assunto. A seguir, apresenta-se essas pesquisas, descrevendo os estudos, destacando as principais conclusões de cada um.

Apresenta-se inicialmente, os estudos de Batista *et al.* (2019), que aborda sobre Burnout, estresse, depressão relacionados sobre a profissão docente em professores universitários. A respeito da profissão docente, os autores colocam que está associada a uma série de situações que criam enorme pressão e consomem grande parte da carga horária do professor.

Este estudo de Batista *et al.* (2019), identifica quais dessas situações têm o maior impacto na geração de estresse ou esgotamento emocional, segundo professores universitários, resultando em um número cada vez maior de afastamentos médicos devido a esse diagnóstico. Compreender as variáveis do ambiente acadêmico que os professores enfrentam diariamente e entender o significado que esses profissionais atribuem a essas situações é o ponto de partida para um processo cultural de prevenção em saúde mental nas instituições de ensino.

O estudo Pereira e Ramos (2020), que teve por objetivo determinar a prevalência do estresse relacionado ao trabalho entre professores, o impacto da síndrome de burnout e a presença de sintomas de estresse nessa população, bem como as associações entre essas variáveis. Um estudo transversal foi conduzido com os professores do ensino fundamental.

Pereira e Ramos (2020), procuraram determinar os estressores específicos dessa profissão através de um questionário para conhecer os sintomas de estresse. A exaustão emocional emergiu como o componente mais prevalente do burnout. A idade e o estresse percebido relacionado ao trabalho foram os preditores mais fortes de exaustão emocional, enquanto a despersonalização foi mais bem predita pelo estresse percebido relacionado ao trabalho e pelo gênero do professor, sendo mais prevalente entre os professores do sexo masculino.

Pereira e Ramos (2020) destacaram nesse estudo os fatores relacionados ao trabalho que causam mais estresse incluem: carga de trabalho; fatores relacionados aos alunos; salário inadequado; e a falta de recursos materiais, equipamentos e instalações para o trabalho. Sintomas de estresse nos níveis conativo, afetivo, cognitivo e psicossomático estão presentes em todos os três componentes da síndrome de burnout. Os resultados confirmam a natureza emocional da síndrome, sua origem relacionada ao trabalho e suas manifestações fisiológicas.

Outro estudo realizado no Chile em 2011 por Vidal-Flores (2011), intitulado Condições de Trabalho e mental de Professores do Ensino Médio em Santiago, Chile, buscou analisar as condições de trabalho (materiais e psicossociais) e o bem-estar/desconforto de professores do ensino médio em Santiago, Chile.

O estudo teve delineamento multivariado, descritivo/transversal, correlacional e explicativo (com o bem-estar/desconforto como variável dependente no modelo de regressão múltipla). Os dados foram coletados em 2011 a partir de uma amostra representativa de escolas públicas de Santiago. O estudo de Vidal-Flores (2011), concluiu que os professores percebem condições de trabalho precárias e altos níveis de carga de trabalho (intensificação do trabalho). Um modelo explicativo do bem-estar/desconforto dos professores foi construído, composto por sete variáveis, duas das quais se destacam por seu alto poder explicativo: “significado do trabalho” e “exigências do trabalho”.

Por outro lado, Aliante, Mussa e Pereira (2020), nesta pesquisa observou que os professores moçambicanos relataram sentir depressão, ansiedade, estresse e desconforto muscular, o que está de acordo com o estudo, que explica que irritabilidade, depressão, ansiedade e frustração fazem com que os funcionários se evitem, pois associam a presença uns dos outros a todos os tipos de sentimentos negativos. Isso pode levar a que simples mal-entendidos se transformem em conflitos de todos os tipos, o que diminui a produtividade dentro da escola.

Portanto, Aliante, Mussa e Pereira (2020) deixam claro que é importante enfatizar sempre que desfrutar de uma boa saúde mental é a pedra angular para melhorar a produtividade de professores e, assim, alcançar uma educação de alta qualidade, evitar conflitos entre professores, alunos e pais, promover um ambiente saudável, compreender as necessidades básicas para fornecer aos professores espaços adequados e prevenir potenciais doenças relacionadas ao trabalho causadas pelo estresse, como mencionado.

Esta é outra descoberta da pesquisa de Prado (2016), que afirma que os professores se sentem exaustos e fatigados. Da mesma forma, mostra que os processos educacionais levaram professores a sacrificar suas vidas pessoais ao trabalho, deixando de lado o tempo livre, aprendendo novas técnicas de ensino, comprando materiais educacionais (programas online) e investindo em computadores, internet e mídias sociais. Esse choque de mudança afetou tanto professores quanto alunos, e é aí que começa o impacto na saúde mental dos professores. Eles estão atendendo os alunos 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio de seus celulares pessoais, invadindo seu espaço privado e transformando suas vidas pessoais em vidas profissionais.

Conforme Prado (2016) afirmou em sua pesquisa, não há dúvida de que trabalhar mais do que o necessário significa ver menos os amigos e familiares, colocando em risco não apenas a saúde mental, mas também a física. Da mesma forma, os resultados desta pesquisa demonstram que os professores experimentam fadiga física. No entanto, a pesquisa reside no fato de que os sistemas de ensino devem estar cientes da importância da saúde mental dos professores e passarem mais a valorizar, fornecer diretrizes para descanso adequado, ambientes de trabalho saudáveis, treinamento, campanhas de conscientização e apoio à saúde física, social (motivacional) e mental.

1.1. Problema da pesquisa

Segundo ressalta Valle (2017), a saúde de modo geral dos docentes tem sido uma temática muito fomentada por estudiosos, tornando-se pauta de diversas pesquisas ao que tange o cenário da educação contemporânea. Diversos estudos vêm sendo desenvolvidos objetivando compreender quais os fatores que influenciam na saúde física e mental dos docentes partindo de óticas com diferentes vertentes.

De acordo com Bueno (2021), são diversos os fatores que inferem efeitos na saúde física e mental dos docentes e conseqüentemente proporcionam reflexos significativos no exercício de suas atividades sejam profissionais ou pessoais. A temática abordada no presente estudo, apresenta notável relevância para o âmbito educacional como um todo, visto que, os

professores apresentam-se como vetores de ensino, dito isto, uma vez que sua saúde seja ela física ou mental é comprometida, todo o seu desempenho pode colapsar, refletindo em deficiências no processo de ensino aprendizagem, além de elevar o número de absenteísmo.

Nos últimos anos, conforme estudos do Sindicato Internacional dos Professores no Estado de Santa Catarina SIMPROESC (2023), foram identificadas alterações nos órgãos ou sistemas corporais dos professores, resultando principalmente em distúrbios vocais, musculoesqueléticos e psicossociais. É bem provável que tais transtornos estejam intimamente relacionados às atividades cotidianas de trabalho, como esforço vocal, condições de sala de aula, ambientes e cargas de trabalho, movimentos repetitivos e posturas inadequadas ao brincar ou ensinar uma criança, características dos grupos de trabalho, motivação, remuneração, entre muitos outros fatores.

A docência, ou seja, o exercício de ensinar configura-se como um trabalho que exige muito do profissional, tornando uma prática extremamente estressante refletindo diretamente na saúde do profissional. A constante exposição dos profissionais a situações estressoras que envolvem o exercício de suas atividades, resulta em problemas tanto físicos quanto as psicossociais causando uma queda significativa na qualidade de vida dos mesmos (Souza e Lima 2022, Pereira e Ramos, 2020).

A educação é um campo de trabalho multifacetado e se caracteriza por ser um ambiente amplo e diverso no qual vários fatores psicossociais são reconhecidos. Além disso, o ensino tem sido considerado uma das profissões mais propensas à percepção de esgotamento e sofrimento emocional entre seus trabalhadores (Ilaja & Reyes, 2019), gerando inclusive insatisfação com as condições de trabalho em grande parte deles (Zamora Díaz *et al.* 2017). No âmbito do Ensino Infantil, inúmeros estudos têm sido realizados para distinguir o lugar e as qualidades de trabalho dos docentes, e os resultados têm demonstrado atividades com altas exigências físicas, mentais e emocionais, condições de trabalho insuficientes e ritmo de trabalho elevado (Boström *et al.* 2019; Silva & Pinheiro, 2017). Por isso, há interesse em determinar outros fatores presentes no trabalho dos professores que podem ter efeitos sobre sua saúde. Dessa forma, justifica-se o valor de realizar esta pesquisa pois através dela se poderá explorar o que a literatura internacional e nacional tem abordado sobre a carga mental percebida pelos professores e sua afinidade com as situações de trabalho e os efeitos sobre sua saúde.

Para Silva & Pinheiro (2017), o desenvolvimento de estudos que buscam investigar os impactos da saúde física e mental na qualidade de vida e consequentemente dos serviços prestados por professores de modo geral, pode ser importante para compreender a

complexidade de tal temática, além de gerar subsídios locais sobre a saúde mental de docentes, e também, por razões científicas, considerando que há pouca literatura no Brasil.

Dentro da temática da saúde física e mental dos docentes no âmbito educacional, conforme Rodriguez (2010), o recorte de sua pesquisa parte de um estudo experienciado em uma escola de ensino pública, em que se pretendeu avaliar quais os impactos recebidos pelos professores em sua saúde física e mental, e quais suas consequências na qualidade de vida deles. Isto posto, a analogia entre professores e saúde mental acontece, portanto, demarcada pelo fato de haver um alto percentual de professores que ingressam em uma profissão tão difícil com um perfil de personalidade frágil, ou mesmo já afetados por algum transtorno mental.

Como ressalta Prado (2016), a situação atual tem levado muitos professores a buscarem renda adicional, o que impacta negativamente sua dedicação ao trabalho educacional. Além disso, foram identificados conflitos intrafamiliares entre os professores, gerando tensões que impactam globalmente seu bem-estar. Da mesma forma, a carga de trabalho e as responsabilidades profissionais têm gerado altos níveis de estresse nos professores, afetando sua saúde física e mental. Em contraste, foram observados distúrbios do sono que impactam negativamente a qualidade de vida e o desempenho acadêmico dos professores. Nessa área, a ansiedade surge como outro problema presente em mais de 20% dos casos, associada às pressões e exigências do ambiente de trabalho.

A qualidade de vida profissional (QVP) tem sido conceituada como um bom ambiente de trabalho, bom salário, programas de bem-estar voltados para profissionais, horários de trabalho flexíveis, boas relações humanas e oportunidades de desenvolvimento de carreira (Bhende *et al.* 2020). Atualmente, para as corporações existentes no mercado de trabalho, mencionam aquela relacionada ao bem-estar e à tranquilidade do colaborador dentro do seu local de trabalho.

Para Abdullah *et al.* (2021) de forma geral, a qualidade de vida no trabalho refere-se à satisfação com a vida laboral, destacando a qualidade da relação entre o trabalhador e o ambiente de trabalho. Para Bustamante *et al.* (2020) está relacionado ao estabelecimento de relações positivas na atividade laboral.

Laserna Jiménez *et al.* (2021), identifica uma variedade de fatores que determinam a qualidade de vida profissional, como gestão, relacionamentos interpessoais, socio demografia, carga de trabalho, promoção no trabalho, salário, benefícios e autonomia. Para Monsalve *et al.* (2020), a qualidade de vida profissional (QVP) de um professor universitário é definida como o agrupamento de critérios que lhe permitem desenvolver-se no seu

ambiente de trabalho e os recursos disponíveis para enfrentá-lo, de modo que se obtenha um desenvolvimento ótimo nos âmbitos profissional, familiar e pessoal.

As escolas, como entidades, desempenham um papel importante na sociedade de um país e a relação entre o QVP especialmente do corpo docente, em relação ao desempenho, é vital para o sucesso da organização acadêmica (Mohammadi e Karupiah, 2020). Nos últimos anos, tem-se observado uma piora progressiva na qualidade de vida profissional dos professores da Educação Infantil (Cladellas Pros *et al.* 2018).

Devido aos fatos abordados acima foi gerado o problema da pesquisa: Quais são os impactos da relação entre as condições de trabalho, a saúde física e mental dos professores e os reflexos destes no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil no município de Rio Verde/GO?

1.2. Perguntas da investigação

1. Qual a analogia entre trabalho e saúde mental dos docentes de Educação Infantil?
2. Quais as condições de trabalho e de saúde do pessoal docente da Educação Infantil?
3. Quais as diferentes doenças ocupacionais que afeta os professores?
4. Quais os indicadores do adoecimento mental dos professores da Educação Infantil?
5. Qual a relação entre a qualidade de vida do docente e seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil?
6. Qual a opinião dos docentes da Educação Infantil quanto a importância da saúde física e mental para sua vivência social na escola e fora dela?

1.3. Objetivo Geral

Analisar os impactos da relação entre as condições de trabalho, a saúde física e mental dos professores e os reflexos destes no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil no município de Rio Verde/GO.

1.4. Objetivos específicos

1. Identificar a analogia entre trabalho e saúde mental dos docentes de Educação Infantil;
2. Descrever as condições de trabalho e de saúde do pessoal docente da Educação Infantil;
3. Apontar as diferentes doenças ocupacionais que afeta os professores;
4. Identificar os indicadores do adoecimento mental dos professores da Educação Infantil;
5. Analisar qual a relação entre a qualidade de vida do docente e seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

6. Conhecer a opinião dos docentes da Educação Infantil quanto a importância da saúde física e mental para sua vivência social na escola e fora dela.

1.5. Justificativa

Segundo Acosta *et al.* (2019), as condições de trabalho e de saúde do pessoal docente podem influenciar significativamente a saúde de seus trabalhadores, neste caso, professores da Educação Infantil. Assim, a docência é considerada uma das profissões mais estressantes porque envolve um trabalho diário baseado em interações sociais nas quais o professor deve se esforçar para regular suas emoções e as de alunos, colegas de trabalho, entre outros.

Conforme ressaltam Lemos *et al.* (2019), o papel do professor impõe uma vida de sacrifício e é ameaçado por riscos à saúde mental e física, entre os quais podemos citar a desvalorização da imagem social, a falta de estima por parte dos empregadores em instituições públicas ou privadas, a falta de reconhecimento, a remuneração insuficiente e as críticas dos alunos. Além dos conflitos familiares vinculados à incapacidade educacional dos pais, extrapolando essa função educativa familiar para a sala de aula como se fosse uma obrigação acadêmica.

De acordo com Ossa (2014), em referência as doenças ocupacionais dos professores as reações de ansiedade se manifestam em resposta a imprevisto, decepção ou processo profissional que exceda os limites habituais, manifestando-se muitas vezes na forma de fobias, especialmente de ensino, em decorrência da atitude excessivamente crítica dos alunos e de seus pais. Distúrbios digestivos como dispepsia ou alterações no trânsito intestinal, doenças cardiovasculares como pressão alta; disfonia por uso excessivo da voz, distúrbios do sono, problemas posturais, distúrbios derivados do uso intensivo de computadores, exposição a agentes físicos e químicos.

Conforme Mendes *et al.* (2020), na maioria dos casos, os professores da Educação Infantil estão expostos a condições de trabalho exigentes, com horas ilimitadas distribuídas entre horários de preparação e de aula. No caso de mulheres casadas, com companheiros e filhos, essas condições são ainda mais graves ao ter que dividir seu tempo disponível com atividades domésticas papel de trabalho e a falta de equilíbrio ou conciliação na conexão trabalho-vida têm se revelado uma razão de estresse para os trabalhadores.

Lemos *et al.* (2019) comentam que o número de papéis que uma única pessoa deve cumprir, pode ser uma fonte de estresse, especialmente quando as expectativas em um deles dificultam o cumprimento das expectativas em outros papéis. Este é o caso do ambiente de

trabalho de um professor de Educação Infantil, que tem que enfrentar com múltiplas funções de trabalho derivadas das mudanças na educação e das exigências de novas tendências pedagógicas, obrigando o professor a desenvolver habilidades de apoio não só no campo acadêmico, mas também no campo pessoal; além do desenvolvimento simultâneo de habilidades interpessoais, didáticas, investigativas e administrativas.

De acordo com Alonso (2014), os transtornos mentais são mais comuns entre os professores em comparação com a população adulta em geral e outras categorias socioprofissionais, entre elas encontramos a síndrome de estresse ou Burnout, transtornos depressivos, transtornos de ansiedade, fobias, transtornos psicossomáticos, sintomas paranoicos e consumo excessivo ou abusivo de medicamentos tranquilizantes autoadministrados. Todos esses fatores são reconhecidos como contribuintes para a degradação da qualidade de vida de um indivíduo.

Nesse contexto, o estudo justifica-se pela possibilidade de que os resultados desta pesquisa contribuirão para outras pesquisas relacionadas a relação entre trabalho, saúde física e mental do professor da Educação Infantil e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, o estudo servirá como base para explorar aspectos referentes a saúde mental e física, assim como a qualidade de vida dos professores da Educação Infantil, nos quais poderão ser resgatadas sugestões para solucionar os problemas físicos e mentais levantados no cotidiano de trabalho dos professores das escolas de Educação Infantil.

CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO

O presente estudo visa determinar o nível de saúde mental entre professores e identificar se esse nível está relacionado às condições de trabalho e à infraestrutura característica das instituições pesquisadas.

Nesse contexto, considerando a situação atual, nenhum sistema educacional enfrentou desafios tão complexos quanto o atual e, ao mesmo tempo, nenhum modelo educacional jamais gerou um grau tão elevado de descontentamento na população, e especificamente entre os professores. Tudo isso leva a investigar possíveis diferenças na saúde mental de professores dos setores público, especificamente na Educação Infantil.

2. Analogia entre trabalho e saúde mental do docente na Educação Infantil

Segundo Bueno (2021), a docência é considerada uma atividade geradora de múltiplas e específicas condições de exposição ocupacional que impactam no perfil saúde-doença e podem se manifestar em diversos momentos no esgotamento físico ou mental dos docentes. Entre as características das condições de trabalho dos professores estão a sobrecarga de trabalho, a insegurança dentro e fora das escolas, as relações interpessoais, a desmotivação e a baixa remuneração, que não condiz com as responsabilidades dos professores.

Da mesma forma, Medeiros (2022) descreve que o professor, no desenvolvimento de sua função, é exposto diariamente a grandes grupos, com uma metodologia de ensino geralmente tradicional, com escassez de recursos pedagógicos tecnológicos inovadores e avançados, o que faz com que o marcador, o quadro e a voz continuem sendo os instrumentos por excelência da atividade pedagógica.

Conforme Cardoso *et al.* (2019), no ensino, como em outros setores produtivos, há uma limitação no sistema de informação sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Isso levanta a questão sobre se essa atividade é ou não reconhecida como trabalho, com suas respectivas implicações em relação à saúde e segurança profissional dos professores, levando em consideração que o trabalho representa uma das principais funções do ser humano, pois ocupa grande parte do tempo das pessoas. Para Souza *et al.* (2019, p. 126):

[...] O significado de saúde definido pela OMS cumpriu o objetivo de propor e gerar consenso entre as nações sobre o que deveria ou não ser considerado doença. Permitiu ainda que as dicotomias entre corpo e mente, biológico e social, saúde e doença fossem superadas ao valorizar a importância das esferas

social e psicológica no estado pleno de saúde. Contudo, esse é um conceito muito amplo e subjetivo, pois é impossível identificar e delimitar o que deve ser aceito como bem-estar ou mal-estar psicossocial, sendo que as concepções variam de acordo com as percepções e significados que cada pessoa atribui à vida. Por sua vez, tais percepções e significados estão diretamente relacionados às condições materiais e objetivas de vida de cada um, especialmente em um país grande, com várias culturas e com enormes disparidades como o Brasil (Souza *et al.* 2019, p. 126).

A qualidade de vida (QV) em uma ótica conceitual, configura-se como complexa uma vez que, apresenta influência multifatorial que agrega a saúde física, mental, nível de liberdade, situações de vida e relacionamentos sociais do ser humano (Ruidiaz-Gómez e Cacante-Caballero, 2021).

Partindo de um panorama conjunto onde a QV e a saúde de um indivíduo, Lopes e Silva (2018) ressalta que apresentam uma codependência direta, ou seja, uma correlação positiva entre ambas, cabe ressaltar que estas estão ligadas a diversos fatores, principalmente ao meio em que o indivíduo está inserido, sendo o ambiente de trabalho um destes.

Para Machado, Santos e Silva (2019), o trabalho corresponde a uma atividade essencial para o desenvolvimento humano, uma vez que, além de ser um meio de sustento torna-se uma forma importante de inserção social.

Segundo Mellini e Ovigli (2020), o trabalho e/ou a profissão de um indivíduo são importantes para a composição da identidade do mesmo, levando ao desenvolvimento de fatores importantes que modelam a construção da pessoa em sociedade como as potencialidades, autoestima e status social.

Ao ponto que o trabalho atua como um vetor condutor da transformação pessoal em sociedade, a relação do homem com suas atividades laborais pode ser considerada ambivalente, de modo que é mencionado por Dejours (1987) e Codo (1999), que a qualidade e as grandes cobranças do trabalho também contribuem para o aparecimento de doenças físicas e mentais.

Prado (2016), destaca que os professores estão altamente expostos ao desenvolvimento de problemas de saúde mental ou emocionais devido ao contato constante com muitas pessoas ao mesmo tempo.

Cabe ressaltar como apontam Machado, Pereira e Freitas (2022), que esse problema não afeta apenas determinados educadores, onde o sistema educacional apresenta maiores deficiências, mas também é evidente que as demais escolas, onde os recursos para a educação são menores e a qualidade de vida é muito restrita. Como afirma Baruki (2015, p. 45):

[...] É evidente que a deterioração da saúde mental é um problema que afeta milhões de professores todos os anos; no entanto, a questão não tem recebido a devida importância. O desafio para a saúde pública é desempenhar um papel de liderança nos esforços sociais para gerir a saúde mental como parte integrante deste mandato. Os problemas são amplos e afetam-nos a todos, direta ou indiretamente.

Portanto, os professores podem sofrer de transtornos mentais como estresse, ansiedade e depressão, entre outros, que atualmente estão se disseminando com maior rapidez.

Estudos com os de Paiva, Gomes e Helal (2015), e Alves e Malanchen (2015), apontam o ambiente de trabalho como o principal causador de problemas de saúde entre docentes. As instituições de ensino apresentam uma gama de fatores que influenciam na QV no ambiente de trabalho, como a estrutura organizacional, o excesso de funções, indisciplina dos alunos, necessidade da educação continuada dentre outros. A falta de equilíbrio dentre tais fatores, resulta em um declínio no desempenho do profissional resultantes do desgaste físico e mental inferindo efeitos significativamente negativos na qualidade de ensino e na QV dos indivíduos.

Em estudo realizado por Aliante, Mussa e Pereira (2019), a qual buscando avaliar o estresse ocupacional e as maneiras de como é o enfrentamento por parte de professores da Educação Infantil, os autores concluíram que os professores alegam considerar seu trabalho estressante, sendo a sintomatologia de estresse predominantemente de ordem física, elencando como as principais fontes de estresse dos professores advindas de natureza situacional.

Resultados semelhantes podem ser averiguados no estudo de Hanzelmann *et al.* (2020), de modo que, objetivando analisar o ambiente de trabalho e o estresse ocupacional de 421 professores do Ensino Fundamental, os autores concluíram que, os componentes físicos ambientais e organizacionais do trabalho apresentam correlação estatística significativa com o estresse e que as condições laborais inapropriadas podem surtir efeitos negativos na saúde dos professores de modo geral.

Para Souza e Lima (2022), os docentes estão mais propensos ao estresse ocupacional, visto que, estão em contato contínuo e direto com outras pessoas, e fortemente envolvidos com o processo de ensinar que requer extrema responsabilidade, levando tais profissionais a serem acometidos pela forma crônica do estresse ocupacional, que é a síndrome de burnout.

No entanto, nos últimos anos, o termo Burnout como discorrem Batista *et al.* (2019), tem sido falado com mais frequência e é o conceito que melhor descreve a deterioração da saúde mental.

Para Brolo (2021), essa síndrome tridimensional resultante do estresse emocional crônico, cujas principais características são a exaustão física e/ou psicológica, juntamente com a sensação de incapacidade de se doar mais (exaustão emocional), uma atitude fria e despersonalizada em relação aos outros (despersonalização) e um sentimento de inadequação no trabalho e nas tarefas desempenhadas, com baixa realização pessoal e profissional.

Conforme Brito (2015b), também afirma que essa síndrome representa um risco significativo para a profissão docente, pois as alterações psicológicas e físicas que ocorrem com o burnout podem afetar a relação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem.

Lapo e Bueno (2003) abordam alguns aspectos da saúde mental dos professores que são de grande preocupação atualmente:

[...] como as fontes de insatisfação (como excesso de trabalho ou formação insuficiente) e analisa o impacto do estresse e da ansiedade nos professores, que causam tantos afastamentos por doença, onde eles experimentam inicialmente o mal-estar docente como prelúdio para um transtorno maior, a menos que medidas sejam tomadas (Lapo e Bueno, 2003, p. 44).

Os autores recomendam um projeto educacional que lhes permita crescer como indivíduos e profissionais, aprendendo com pequenas conquistas, aproveitando os períodos de férias, praticando atividade física, relaxamento mental e físico, mantendo uma atitude positiva, trocando opiniões e experiências com colegas, etc.

2.1. Condições de trabalho e de saúde docente na Educação Infantil

Rocha (2023) define condições de trabalho como o conjunto de aspectos que configuram o cenário em que se desenvolve o trabalho dos professores: espaços físicos, infraestrutura, equipamentos, clima institucional, características do ambiente, natureza das relações com os diferentes interlocutores (autoridades, diretores, colegas, alunos, pais, comunidade), atividades recreativas e culturais, entre as mais importantes.

Assim, segundo Santos (2020), passa-se de uma concepção instrumental do trabalho como meio exclusivo para garantir a sobrevivência humana, para uma concepção mais complexa, reconhecendo-o como um elemento essencial que proporciona identidade, reconhecimento social, satisfação pessoal e um fator-chave para a integração social.

Abdullah, Zakaria e Zahoor (2021), além de vincular o trabalho com a abordagem das capacidades ou do desenvolvimento humano, identificam seis dimensões e dezessete variáveis, que são complementares e relacionadas entre si. A qualidade do emprego refere-se às características relacionadas aos trabalhadores assalariados. A qualidade do emprego, a partir das ciências sociais, é analisada a partir de dimensões psicológicas, sociológicas e econômicas. Quando falamos da qualidade do emprego, está sendo feita uma avaliação e emitida uma classificação que dependerá do ambiente socioeconômico e de múltiplas dimensões.

Segundo Bhende *et al.* (2020), para medir a qualidade do emprego, têm sido utilizadas metodologias nas quais se definem dimensões e variáveis, fornecidas principalmente por institutos estatísticos, a partir das quais se calculam indicadores simples ou um índice composto, que consiste num único indicador agregado que sintetiza e pondera a informação existente sobre os diferentes aspetos.

Para realizar uma avaliação da qualidade do emprego numa perspectiva qualitativa, se apresenta um modelo analítico no qual destaca também a necessidade de abordar a qualidade do emprego a partir de um modelo multidimensional com quatro eixos temáticos: 1) rendimento, 2) benefícios, 3) estabilidade e 4) satisfação. Com base nesses eixos, o grau de qualidade do emprego é diferenciado a partir de um quadro comparativo.

O ensino tem suas particularidades devido à sua relevância na educação e aos papéis e responsabilidades que lhe são atribuídos. Em 5 de outubro de 1966, foi adotada a Recomendação Conjunta da Organização Internacional do Trabalho (OIT-UNESCO) sobre o Estatuto dos Professores, constituindo os direitos e encargos dos professores, bem como suas condições de recrutamento, emprego, ensino e aprendizagem. Estas recomendações baseiam-se no princípio de reconhecimento do papel efetivo dos docentes no desenvolvimento da educação e da sua contribuição para o desenvolvimento (UNESCO, 2008).

Em resposta, a Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstrou interesse em desenvolver políticas para promover a saúde no trabalho, pois considera um ambiente de trabalho saudável como um lugar onde todos trabalham juntos para alcançar uma visão comum.

Segundo Bustamante (2020), no caso específico dos professores, percebe-se que eles percebem condições de trabalho muitas vezes precárias e com alto nível de exigência de trabalho (intensificação do trabalho), e que o risco à saúde é minimizado porque sua profissão é cuidada.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO (2016), a profissão docente, longe de ser considerada uma vocação, apresenta complexidades, pois os professores exigem capacidades e competências para trabalhar em cenários diferentes e mutáveis, com gerações que têm estilos e códigos de comunicação e aprendizagem que colocam diferentes exigências ao trabalho dos professores. Além disso, eles têm a responsabilidade de assumir a tarefa de aprender-ensinar, de realizá-la com dedicação e responsabilidade.

Segundo Melo e Da Silva (2019), as condições de trabalho referem-se ao amplo contexto em que convergem um conjunto de dimensões sociais, pessoais e físicas nas quais os professores trabalham, e a saúde como um conceito abrangente que depende de um equilíbrio social, psicológico, fisiológico e biológico que influencia fortemente a maneira como os professores vêm trabalhar.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2016) emitem recomendações sobre a situação do pessoal docente, que visam promover os princípios do ensino de qualidade em todos os níveis de ensino.

Há evidências científicas segundo Cruz *et al.* (2020), do trabalho em professores sobre riscos ocupacionais que geram alteração da dinâmica psicossocial. Isso inclui ambiguidade e conflitos na função de ensino, manutenção da disciplina, desmotivação dos alunos, falta de materiais de apoio para o trabalho, pressões de tempo, carga de trabalho administrativo excessiva, declínio no valor social da profissão de ensino, perda de controle e autonomia sobre o trabalho e falta de apoio entre os colegas.

Segundo Marcelo (2009), em sua compilação, os professores da Educação Infantil e séries iniciais, são os que mais sofrem com o estresse, independentemente do tempo de serviço:

[...] Existem uma correlação positiva entre inteligência emocional e estabilidade emocional, afirmando que pessoas com maior estabilidade emocional têm maior autoestima porque são mais capazes de superar situações negativas e possuem menos crenças irracionais, adaptando-se a novas situações e demonstrando tolerância (Marcelo, 2009, p. 67).

Esse tipo de pesquisa desenvolvida pelo autor acima, contribui para a compreensão da relação entre inteligência, emoção, estresse e doenças acarretada ao longo do tempo pelos professores no desenvolvimento de sua profissão.

Em uma análise mais detalhada feita por Mello e Da Silva (2019), o estresse é considerado um problema comum, mas em profissões como a de professor, esse estresse está relacionado ao trabalho:

[...] o que pode levar à sua classificação como acidente de trabalho devido à sua ligação direta com as funções desempenhadas. Isso resultaria em uma melhor resposta por parte das autoridades, como já ocorreu com alguns professores (Mello e Da Silva, 2019, p. 50).

É importante notar que, segundo esses autores, esses professores desenvolvem estresse e depressão, além do burnout, vivenciando fases de exaustão emocional e fadiga, despersonalização como mecanismo de defesa emocional e, por fim, duvidando de sua realização pessoal e caindo em depressão.

Como ressalta Moreira (2023), não se deve esquecer que a depressão tem sido a segunda principal causa de absenteísmo no trabalho desde a década de 1990, e seu crescimento futuro já era previsto naquela época, reconhecendo-se que não se trata de um problema individual, mas coletivo, e que, como tal, a melhor maneira de superá-lo seria em conjunto.

Como afirmaram Silva e Torres (2018, p. 51): “Ensinar prejudica seriamente a saúde”. No entanto, pode ser possível reverter os resultados e, em vez de sofrer de esgotamento, a pessoa pode experimentar engajamento, ou seja, sentir-se satisfeita com o próprio trabalho, encontrando os aspectos positivos de suas tarefas e, assim, aumentando sua autoestima.

2.2. A relação entre as diferentes doenças ocupacionais dos Professores

O professor como ator principal na metodologia do ensino e formação do indivíduo é incontestável. Ao longo dos anos tal processo tem exigido cada vez mais dos docentes, fazendo com que a mediação do conhecimento se amplie e a missão destes profissionais ultrapasse os limites das salas de aula. São diversas as atividades extracurriculares e extraclasse incumbidas aos docentes com o objetivo de ampliar a interação entre a escola e os educadores, isto acarreta um esgotamento físico e mental dos profissionais e consequentemente doenças ocupacionais (Hoffmann, *et al.* 2019).

Cardoso *et al.* (2019), define doenças ocupacionais como doença causada diretamente pelo exercício do trabalho ou profissão que o trabalhador desempenha e que lhe causa incapacidade (temporária, permanente) ou morte.

Como argumenta Silva e Torres (2018), a maioria das pessoas desconhece os desafios sociais enfrentados pelos professores e o estresse que vivenciam, como o aumento das demandas e o desenvolvimento profissional que os sobrecarregam.

Não se trata da realidade idílica frequentemente imaginada por quem está fora do ambiente escolar, como descrevem Alarcón *et al.* (2021), envolve muito trabalho, incluindo a colaboração com os pais, paciência, lidar com a frustração e navegar pelas constantes reformas legais.

Esses profissionais como asseguram Campos e Viegas (2021), podem sofrer efeitos sintomáticos do estresse, como dificuldade para dormir, comportamentos de evitação, má gestão emocional (como frustração ou intolerância) ou até mesmo pensamentos negativos sobre si mesmos ou sobre os outros.

Diante disso, Guerrese (2020) considerando as diferentes personalidades envolvidas, coloca que é aconselhável abordar o estresse docente em suas causas raízes, incentivando a reflexão, a realização de uma avaliação psicológica, a participação em grupos de apoio para reduzir o estresse e o aprendizado de estratégias de autorregulação.

Tratando-se dos docentes, são diversas variáveis que podem influenciar no adoecimento ou mesmo o desconforto, como carência de suporte das instituições de ensino, baixa remuneração, cargas de trabalho extensas e exaustivas, superlotação de salas de aula entre outros (Cardoso *et al.* 2019).

Segundo Mello e Silva (2019), destacam, ainda, a depreciação da atividade docente, seja do ponto de vista dos ambientes de trabalho, da remuneração ou, ainda, do reconhecimento social desse trabalho geram danos à saúde desse trabalhador, que vão desde o desgaste físico e psicológico, absenteísmo e, até mesmo, abandono da profissão. Em estudo realizado por Valle (2017, p. 43):

[...] buscando conhecer as maiores enfermidades ocupacionais que acontecem com os docentes de uma escola de ensino infantil localizada no estado do Distrito Federal, em entrevista com 57 docentes, averiguaram como os principais problemas relatados problemas emocionais (36,36%), depressão (27,27%), estresse (27,27%) e Síndrome do Pânico (9,1%); e problemas ortopédicos (22,8%), concluindo que tais questões estão associadas às qualidades de afazeres, ao número de horas trabalhadas e a dupla jornada dos professores.

Para o autor Valle (2017), essas enfermidades decorrentes das doenças ocupacionais estão ligadas aos trabalhos docentes. De acordo com o Sindicato Internacional dos Professores no Estado de Santa Catarina (SIMPROESC), 35% dos profissionais da educação sofrem com dores nas costas, 28% têm fadiga visual e 18% apresentam problemas de audição (SIMPROESC, 2023).

Segundo dados recentes dispostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 2020 dentre as vinte maiores causas de afastamentos por docentes de seus postos de trabalho, quatorze são distúrbios osteomusculares (Moreira, 2023).

A exposição prolongada a agente estressores também pode acarretar a síndrome de *burnout* ou Síndrome do Esgotamento Profissional, esta por sua vez é caracterizada pelo Ministério da Saúde como “uma perturbação emocional com manifestação de cansaço expressivo, estresse e colapso físico proveniente de condições precárias de trabalho, que exigem muita rivalidade ou encargo” (Brasil, 2023).

Dessa forma, Medeiros (2022) esclarece que as doenças ocupacionais começa a ser estudado como um "estado", e reconhece-se a necessidade de considerá-lo como um "processo". Assim, ele é enquadrado como uma síndrome que ocorre em pessoas cujo trabalho envolve outras pessoas e é identificada por exaustão emocional, despersonalização e falta de realização no trabalho.

Essas são as características da síndrome de exaustão emocional Antunes e Praun (2015) referem ao esgotamento e à perda de recursos emocionais. Despersonalização envolve uma resposta impessoal e falta de empatia pelos outros. Realização pessoal no trabalho refere-se a sentimentos de competência e sucesso nas tarefas diárias, o que, no caso da síndrome de burnout, corresponde a uma avaliação negativa do próprio trabalho, com a culpa de não ter atingido os objetivos propostos e com experiências de inadequação pessoal e baixa autoestima profissional.

2.3. Os indicadores do adoecimento mental dos professores da Educação Infantil

De acordo com Martínez-Chairez (2016), trabalhar com pessoas tem sido descrito como uma das principais fontes de esgotamento profissional, especialmente quando se trabalha em grupos, principalmente se esses grupos são grandes, não escolheram livremente a situação e estão em uma situação cativa. Essa é a realidade da maioria dos professores que trabalham em escolas. Quando as condições de trabalho também são insatisfatórias em termos de infraestrutura em que o trabalho é realizado, reconhecimento social e condições econômicas, não é de se surpreender que os professores estejam entre os grupos com maior risco de esgotamento profissional.

Segundo Mello e Da Silva (2019), essa descrição lembra muito o estresse, ou o que antes era chamado de “surmenage” ou excesso de trabalho. A diferença entre essas condições

e o burnout e o esgotamento profissional está justamente na somatização deste último como um problema relacionado ao trabalho ou profissional.

Para Moreira (2023), não se trata apenas de uma mudança de nome, mas significa que não é mais uma questão de responsabilidade individual, vinculada a características pessoais, mas sim uma questão do local de trabalho. Ou seja, refere-se a situações profissionais de alto risco, nas quais, em maior ou menor grau, todos os que atuam naquele campo profissional específico estão vulneráveis a apresentar esses sintomas. Falar em burnout implica destacar a responsabilidade que as instituições têm no cuidado com seus profissionais e suas equipes de trabalho.

De uma perspectiva sistêmica, de acordo com Pereira e Ramos (2020), o burnout não é apenas um problema que afeta a saúde do corpo e mente dos professores, mas também está relacionado ao contexto mais amplo da instituição e de todo o sistema educacional, e aos comportamentos e atitudes dos alunos em sala de aula.

A respeito da caracterização de reações psicológicas ao burnout, como irritabilidade, desânimo e hiper-reatividade, segundo Souza e Lima (2022) representa séria interferência na relação professor-aluno, o que conseqüentemente afeta a eficácia do processo de ensino-aprendizagem.

A tendência observada entre os profissionais de trabalhar com grande distância emocional Martínez-Chairez (2016) ressalta que opera da mesma forma, como maneira de amenizar o impacto do estresse relacionado ao trabalho.

Do ponto de vista interacional, como expõem Pereira e Ramos (2020), sabe-se que nas relações interpessoais ocorre uma circularidade na qual as emoções são fortalecidas. Isso ocorre especialmente em relações hierárquicas, como as relações professor-aluno, onde a ansiedade do professor é transmitida à criança, deixando-a ansiosa, a raiva do professor é transmitida ao aluno, assustando-o, e o entusiasmo do professor é transmitido aos seus alunos, deixando-os entusiasmados. De acordo com Prado (2016, p. 87):

[...] É dessa perspectiva que consideramos o impacto negativo que um professor desmotivado e irritado, que trabalha a uma grande distância emocional para mitigar o impacto negativo que ele ou ela sente que seu trabalho está tendo na interação em sala de aula, pode ter sobre ele ou ela. Ou seja, as condições que levam ao esgotamento profissional não afetam diretamente apenas os professores, mas também os alunos e toda a instituição.

Uma das consequências deste último, como aponta Prado (2016), é a falta de abertura que normalmente se observa nos estabelecimentos de ensino, funcionários para

ouvir as demandas e permitir a participação dos alunos nos espaços organizacionais, o que tem sido descrito como um dos fatores mais importantes de um clima social escolar positivo.

Segundo Prado (2016), as interações descritas no parágrafo anterior podem se tornar círculos viciosos, nos quais o professor exausto trabalha com pouca motivação e com grande distanciamento emocional, gerando pouco entusiasmo em seus alunos, que por sua vez respondem com apatia, provavelmente com desatenção e problemas de comportamento em sala de aula, o que complica ainda mais o trabalho do professor. O resultado disso é um sentimento de ineficiência por parte do professor, o que tem sido descrito como outra fonte importante de esgotamento profissional.

Para Souza e Lima (2022), o estresse tem a ver com o fato de que as situações que enfrentamos são objetivamente mais difíceis e complicadas do que podemos lidar. Outras vezes, o estresse está mais relacionado à sensação de estar sobrecarregado pela situação em questão, seja porque você sente que suas habilidades são insuficientes, porque não tem tempo suficiente ou porque as dificuldades evocam muitas emoções negativas que o prendem e paralisam, aumentando ainda mais seus níveis de tensão. Identificar os sinais de estresse, registrá-los e entender as fontes de estresse é o primeiro passo para controlar o estresse.

Professores com forte autoestima são capazes de criar um clima social de apoio aos alunos, permitindo que eles desenvolvam seu potencial. Silva & Pinheiro (2017), atribuíram um papel importante às percepções que os professores têm e às atribuições causais que fazem em relação aos seus fracassos em sala de aula, em relação ao esgotamento profissional.

Para Rodríguez *et al.* (2022), a capacidade dos professores de gerar um clima social positivo no ambiente escolar tem sido associada à percepção de sua própria autonomia, ou seja, à percepção de serem ou não capazes de controlar seu ambiente de trabalho. O grau de autonomia percebido pelos professores é um importante indicador de sua satisfação no trabalho e, nesse sentido, tem sido descrito como um fator de proteção contra o esgotamento profissional.

De fato, Prado (2016) coloca que a percepção dos professores sobre a falta de controle sobre seu ambiente de trabalho tem sido associada a efeitos negativos no local de trabalho, como estresse, depressão, absenteísmo e baixa satisfação no trabalho, todos indicadores de esgotamento.

Dentre os fatores que têm sido relacionados ao estresse e ao burnout em professores, Cruz *et al.* (2020), citam: fatores pessoais (características obsessivas, resistência, locus de controle externo), fatores demográficos (gênero, idade) e fatores relacionados ao trabalho em si (violência estudantil, insensibilidade administrativa, salários inadequados, salas de

aula superlotadas). Alguns autores têm relacionado o lócus de controle e as atribuições feitas pelos professores como um fator importante no esgotamento profissional.

Conforme Fajardo (2017), um fator potencialmente crítico na etiologia do burnout é a autoestima profissional ou, mais genericamente, o autoconceito profissional:

[...] Autoconceito é definido como a avaliação geral que um indivíduo faz de suas características e habilidades. Ela é composta pela percepção que cada um tem de si mesmo em relação aos outros e também em relação ao ambiente. Este aspecto social do autoconceito está relacionado a conceitos como “outros significativos” (pessoas com quem se tem um relacionamento significativo e cuja opinião é extremamente importante) e “grupo de referência” (grupo ou grupos com os quais se identifica ou dos quais se quer fazer parte). Quanto mais importância o professor atribui às pessoas significativas, maior é a influência que essas pessoas têm no autoconceito e na autossatisfação (Fajardo, 2017, p. 56).

Quando a saúde mental de um professor está instável, seu desempenho profissional e pessoal é significativamente reduzido, refletindo inconscientemente seu estado de espírito no exercício de suas funções diárias no ambiente escolar. Como expõem Machado, Pereira e Freitas (2022) passa afetar sua criatividade, disposição, aprendizado e, principalmente, gerando um estado de descontentamento entre os alunos, neste caso, as crianças, que, devido à sua idade, ainda não desenvolveram completamente a empatia necessária para compreender todas as situações que um professor pode ou não estar vivenciando.

Bueno (2020), descobriu que a baixa autoestima em professores estava significativamente correlacionada com as escalas de exaustão emocional e despersonalização. Professores que não satisfaziam suas necessidades de autorrealização eram mais propensos ao esgotamento do que aqueles que o faziam.

Camacaro (2010) descobriu em um estudo que os professores que tinham um autoconceito altamente positivo e que se sentiam competentes em seu desempenho profissional lidavam melhor com eventos estressantes, percebiam-se menos “esgotados”, tinham melhores relacionamentos com seus colegas e supervisores e mantinham um forte senso de realização.

O estudo conduzido por Brito (2015), pressupõe que o autoconceito dos professores pode ser conceituado e medido tanto em termos individuais, que se refere a como o professor se vê, quanto em termos sociais, que se refere a como ele sente que os outros o percebem. Partindo dessa premissa, ele levanta a hipótese de que discrepâncias entre o autoconceito e a percepção do professor sobre como outros grupos significativos os percebem são uma fonte significativa de estresse e esgotamento profissional.

Nesse sentido, Lopes e Silva (2018) esclarecem que as expressões desconsideradas e muitas vezes desdenhosas em relação aos professores feitas pelos pais, pela mídia e pelos

próprios administradores. Eles podem contribuir para sentimentos de estresse ou esgotamento, especialmente quando são inconsistentes com o próprio senso de valor profissional.

Em seu estudo, Brito (2010) descobriu que as medições das diferentes áreas do autoconceito indicaram que todas elas estavam significativamente correlacionadas com o esgotamento. Ou seja, professores que têm uma percepção positiva de si mesmos como profissionais e que também acreditam que os outros também os percebem positivamente se sentem significativamente menos "esgotados" do que aqueles com baixa autoestima.

A percepção de baixa satisfação profissional entre professores foi altamente correlacionada com os escores de burnout. Os professores que responderam negativamente segundo Brito (2010), aos itens “Estou satisfeito em ser professor”, “O estresse de ensinar tem suas recompensas”, “Gosto de trabalhar com meus alunos” e “Gosto de ensinar” foram os que apresentaram as maiores pontuações de burnout.

Em relação às percepções dos professores sobre como os outros os veem, a diferença que se correlacionou mais significativamente com o esgotamento foi entre a percepção do professor e o que ele achava que era a percepção dos alunos. Ou seja, o maior impacto na capacidade deles de suportar o estresse dos professores foi sentir que seus alunos os percebiam de forma muito diferente do que eles próprios se percebiam (Brito, 2010).

Fica claro neste estudo que os professores que estão satisfeitos com seus empregos têm menos probabilidade de se sentirem “esgotados”. Professores que se sentem importantes e acreditam que seu trabalho faz a diferença na vida dos alunos conseguem tolerar uma quantidade maior de estresse inerente ao ensino.

2.4. A relação entre a qualidade de vida do docente e seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem

A qualidade de vida profissional (QVP) tem sido conceituada como um bom ambiente de trabalho, bom salário, programas de bem-estar voltados para profissionais, horários de trabalho flexíveis, boas relações humanas e oportunidades de desenvolvimento de carreira (Bhende *et al.* 2020).

Para as corporações existentes no mercado de trabalho, mencionam aquela relacionada ao bem-estar e à tranquilidade do colaborador dentro do seu local de trabalho (Cuzquen e Esparza, 2022).

Para Abdullah *et al.* (2021) de forma geral, a qualidade de vida no trabalho refere-se à satisfação com a vida laboral, destacando a qualidade da relação entre o trabalhador e o ambiente de trabalho.

De acordo com Bustamante *et al.* (2020), está relacionado ao estabelecimento de relações positivas na atividade laboral. Laserna Jiménez *et al.* (2021) identifica uma variedade de fatores que determinam a qualidade de vida profissional, como gestão, relacionamentos interpessoais, socio demografia, carga de trabalho, promoção no trabalho, salário, benefícios e autonomia.

Conforme Monsalve *et al.* (2020), a qualidade de vida profissional (QVP) de um professor é definida como o agrupamento de critérios que lhe permitem desenvolver-se no seu ambiente de trabalho e os recursos disponíveis para enfrentá-lo, de modo que se obtenha um desenvolvimento ótimo nos âmbitos profissional, familiar e pessoal.

O professor tem sido objeto de estudo recorrente na última década, devido às dificuldades que a tarefa de ensinar apresenta e ao impacto que pode ter na educação de qualquer sociedade (Han & Yin, 2016). Essa preocupação aumentou durante o período da pandemia, devido às mudanças de trabalho que os professores vivenciam devido ao teletrabalho.

Estudos de Aperribai *et al.* (2020) e Pereira *et al.* (2020) relatam que durante a pandemia da COVID-19 há altas cargas de trabalho e problemas de saúde mental. Além disso, há evidências de diminuição na percepção da qualidade de vida dos professores e sobrecarga de trabalho; os fatores de estresse presentes entre os professores incluem más condições de trabalho, dificuldades com os próprios alunos e organização do trabalho (Lizana *et al.* 2021, Perez *et al.* 2020). Por outro lado, Baruki (2015, p. 42):

[...] saúde mental do professor como mediação do processo de ensino-aprendizagem é um processo complexo, visto que os problemas de saúde mental começam a se tornar evidentes quando ocorrem anomalias no trabalho ou na família, dificultando o diagnóstico precoce.

Como descrito acima por Baruki (2015), a personalidade de um professor pode predispor significativamente a transtornos de saúde mental. Além disso, a sociedade exige profissionais competentes com vidas privadas impecáveis. Ademais, alunos e pais desvalorizam seu trabalho. Tudo isso contribui para uma crescente desvalorização da profissão docente.

Para alguns professores, segundo Silva (2022), a transição da desvalorização da profissão para a autodesvalorização é inevitável. A educação é um tipo especial de

relacionamento humano, portanto, por causa disto, é primordial ter organização, incentivo e conscientização para identificar uma atuação profissional que atenda às exigências dos tempos e da sociedade em que está inserida.

Dessa forma o pilar fundamental da qualidade educacional são as capacidades profissionais dos professores, ou seja, se os alunos não encontrarem em suas salas de aula professores capazes de gerar maiores oportunidades de aprendizagem, não ocorrerá uma melhoria genuína na qualidade educacional (Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (OREALC/UNESCO, 2013, p. 11).

Conforme Valle (2017), o desempenho do corpo docente inclui em seus significados a capacidade, a competência, o processo ou o modo de ação, entre outros, define-o da seguinte forma como sendo conjunto de ações que os professores realizam com alta motivação, preparação pedagógica e criatividade durante o desenvolvimento de sua atividade, que se manifesta tanto no processo como no resultado desta, visa alcançar o desenvolvimento integral da personalidade de cada um de seus alunos, com uma abordagem desenvolvimentista e diferenciada, baseada no conhecimento de suas possibilidades e, em particular, de suas necessidades, motivações, experiências e projetos de vida.

Por sua vez, Pérez *et al.* (2009) definem esse desempenho profissional como um conjunto de ações realizadas pelo professor durante o desenvolvimento da atividade pedagógica, que se concretizam no processo de cumprimento de suas funções básicas e em seus resultados, para atingir a finalidade e os objetivos educacionais do nível educacional em que atua.

Há consenso conforme Medina (2017) em considerar que a atuação docente se manifesta por meio das ações que o corpo docente desenvolve em sua atividade profissional, que respondem aos objetivos da atividade pedagógica, para promover o cumprimento das funções relacionadas ao seu trabalho, o que requer a presença de um conjunto de qualidades e condições pessoais que se estabelecem como condições necessárias para a adequada materialização dessas ações.

A inteligência emocional influencia a “capacidade de resolução de problemas, as relações interpessoais, o trabalho em equipe e a colaboração, a capacidade de atingir a autorrealização, as metas e os objetivos na vida” (Ariza, 2017). Segundo Puertas et al. (2018, p. 10), professores com alto grau de inteligência emocional são “mais empáticos, positivos, têm melhores relacionamentos com os alunos e demonstram mais satisfação com seu trabalho”.

Ariza (2017, p. 1) afirma que as emoções manifestadas pelos professores “geram mudanças comportamentais nos alunos que impactam a aprendizagem”. Nesse sentido, Alivernini e Lucidini (2011) constataram em seu estudo que o nível de motivação dos alunos é o maior preditor da intenção de evasão escolar e está relacionado à empatia e ao apoio dos professores aos alunos.

Na pesquisa de Ariza (2017), foi constatado que componentes da inteligência intrapessoal como autoconhecimento, autoconceito e autonomia estão relacionados ao desempenho acadêmico. Também foi encontrada uma relação entre componentes da inteligência interpessoal, como empatia e relacionamentos interpessoais, com o desempenho acadêmico.

Por outro lado, Torres (2020) afirma que a inteligência emocional “permite-nos enfrentar situações incômodas, controlar impulsos, ter uma maior tolerância ao stress e uma maior capacidade de aprendizagem”. Ele acrescenta que a inteligência emocional é um fator de proteção contra a exaustão emocional ou síndrome de burnout.

2.5. A opinião dos docentes quanto a importância da saúde física e mental para sua vivência social dentro e fora do ambiente escolar

Embora seja verdade que a importância do papel do professor é distinta e que há empenhos para aperfeiçoar os níveis de formação e aumentar os padrões e critérios de avaliação do desempenho docente, Lopes e Silva (2018) mencionam que isso ainda é feito numa perspectiva produtiva, ou seja, de gerar maior desempenho acadêmico/cognitivo, negligenciando um aspecto central: o bem-estar do professor como pessoa. Paradoxalmente, o fato de o foco estar na obtenção de resultados de aprendizagem, em vez da qualidade do processo e das interações, na verdade leva a um menor desempenho dos alunos.

A importância relevante do papel do professor no processo de ensino-aprendizagem tem sido reconhecida por muitos autores. De particular interesse é o Modelo de Sala de Aula Pró-Social proposto por Jennings e Greenberg (2013), que, em resumo,

[...] sustenta que as competências socioemocionais e o bem-estar do professor são a principal força motriz por trás de um fluxo de influências virtuosas, promovendo um relacionamento saudável entre professor e aluno, maior eficácia na gestão da sala de aula e implementação eficaz da aprendizagem socioemocional nos alunos (Jennings e Greenberg, 2013, p. 43).

Essas três variáveis, por sua vez, têm um impacto sinérgico, gerando um clima de sala de aula benéfico que serve como uma plataforma para cultivar habilidades socioemocionais e acadêmicas nos alunos que são úteis para a vida.

Para essas reflexões, basta destacar que o núcleo central do sistema se situa na pessoa do professor, no que poder-se-ia chamar de sua forma de estar presente na sala de aula, presença que, se positiva, é capaz de irradiar-se para o seu entorno e fomentar uma formação e uma relação baseadas no bem-estar e na coconstrução de uma educação significativa.

No contexto de uma época como essa, como argumentam Machado, Pereira e Freitas (2022), caracterizada por um desejo de desempenho e uma aceleração crescente de processos, e de uma educação como a atual, que em seu cerne continua sendo dirigida por uma lógica industrial unilateralmente orientada para o cultivo da inteligência cognitiva, da produção e das realizações acadêmicas (Naranjo 2007), precisa-se pensar o processo de formação a partir do que poder-se-ia chamar de uma ética da educação, no sentido de refletir sobre as habilidades específicas que se pode cultivar para gerar uma vida pessoal e comunitária mais feliz a partir da sinergia da colaboração.

Entende-se a ética como um domínio e não apenas um mero conhecimento, pois este último está mais alinhado com a capacidade de tocar um instrumento por exemplo do que com o conhecimento intelectual de normas, valores e orientações morais, que por si só não garantem qualquer aplicabilidade (Varela 1998, Brito 2011, Brito 2015b).

Considerando as abundantes evidências científicas que explicam os efeitos positivos da atenção plena na redução do estresse e no aumento do bem-estar, da regulação emocional, da saúde e das disposições pró-sociais segundo Hofmann *et al.* (2010), tem havido um aumento no interesse internacional em incorporar esse tipo de estratégia para ajudar os professores a cultivarem hábitos mentais que os ajudem a estar melhor preparados para as demandas de sua profissão.

Estudos demonstrando os benefícios da atenção plena para professores estão aumentando. Por exemplo, Weare (2014) aponta, com base em uma revisão de 13 estudos, que por meio de intervenções baseadas na atenção plena, o estresse do professor é reduzido, a saúde mental é melhorada, o bem-estar, a gentileza e a compaixão são aumentadas, a saúde física é melhorada, o desempenho cognitivo e o desempenho no trabalho são aumentados.

Por outro lado, Flook *et al.* (2013), conduziram um estudo experimental piloto no qual foi implementada um programa adaptado para o professor. Os resultados mostraram uma melhora nos sintomas de saúde mental e uma redução no burnout, uma melhora na

qualidade da interação professor-aluno observada em sala de aula e um aumento nos níveis de autocompaixão. Em oposição, os participantes da equipe de controle mostraram aumentos marginalmente significativos nos níveis de esgotamento.

Rodríguez Zafra (2010), afirma que o estresse do professor é um acionamento psicológico e físico excessiva que os professores experimentam como resultado da interação de estímulos ambientais, como o clima da sala de aula ou as interações sociais, e a resposta idiossincrática da pessoas, o que pode corroborar a problemas de saúde e ocupacionais.

Rodríguez Zafra (2010) conta ainda, que:

[...] as causas incluem a escassez de recursos materiais e humanos que esses professores vivenciam, a atenção à diversidade que prestam sem preparação adequada, o desconforto que sofrem pela falta de motivação e interesse dos alunos, os problemas de disciplina com esses alunos, a falta de reconhecimento e trabalho com as famílias, além das inovações que são realizadas sem uma boa formação prévia e as possíveis relações inadequadas com os colegas (Rodríguez Zafra, 2010, p. 78).

Assim, este autor propõe que a escola promova ações que contribuam para a mudança dessas situações com famílias, alunos e professores, além do apoio da gestão com cursos de formação e reconhecimento dos professores como autoridades públicas, reduzindo a relação aluno-professor e conseguindo uma melhor distribuição dos recursos humanos.

Segundo Farjado (2017), é que as pessoas que trabalham em contato direto com outras são as que mais sofrem com o estresse laboral, entre elas os professores, onde se destacam os jovens e as mulheres do Ensino Infantil, sendo que esses professores sofrem mais que os especializados e são afetados em diferentes graus dependendo do tipo de contrato que têm.

Martínez-Otero (2003), aborda alguns aspectos da saúde mental dos professores que mais preocupam na atualidade, como as fontes que causam insatisfação (como a sobrecarga de tarefas ou a formação insuficiente) e analisa o impacto do estresse e da ansiedade nos professores que causam tantos afastamentos, onde eles experimentam pela primeira vez o mal-estar docente como prelúdio de um transtorno maior, a menos que sejam tomadas medidas, e recomenda um projeto educativo que lhes permita crescer como pessoas e profissionais, aprendendo com as pequenas conquistas, aproveitando os períodos de férias, atividade física, relaxamento mental e físico, atitude positiva, troca de opiniões e experiências com colegas, etc.

Há um histórico de pesquisas que aponta a sobrecarga de trabalho como um dos fatores que afetam a saúde dos professores (García-Carmona *et al.* 2019). Os modelos de demandas-controle e demandas-controle-apoio social desenvolvidos por Karasek e Theorell

(1990), propõem que a geração de estresse no trabalho está ligada a empregos com altos níveis de demandas e baixos níveis de controle por parte dos trabalhadores. Esta situação agrava-se quando os trabalhadores percebem um baixo nível de apoio social (Salanova *et al.* 2007), ou seja, quando não têm apoio do seu meio social e de trabalho (colegas, superiores, etc.) que lhes permita ajudá-los a resolver essas demandas.

Apoio social tem sido estudado como um mecanismo de proteção à saúde. Este modelo foi posteriormente tornado mais complexo pelas descobertas por Bakker e Demerouti (2013), ao incorporar os recursos de trabalho na interação entre o ambiente de trabalho e as demandas percebidas pelo trabalhador (Demerouti, Nachreiner, Bakker e Schaufeli, 2001). Afirma ainda que quando o trabalhador avalia as exigências, isso ocorre em relação aos recursos organizacionais ou pessoais disponíveis para lidar com eles.

Neste contexto, as situações de risco, ou seja, aquelas que geram estresse laboral, são aquelas que apresentam altas demandas e para as quais o trabalhador percebe baixa disponibilidade de recursos para enfrentá-las. A percepção de baixos recursos diante de altas demandas de trabalho pode contribuir para a configuração de situações de estresse, burnout ou doenças físicas, além da deterioração do desempenho e da qualidade de vida dos professores (Esteve e Neves, 2000; Troman e Woods, 2001).

Os problemas de saúde dos professores conforme García-Carmona *et al.* (2019), tornaram-se um problema de crescente preocupação em muitos países. Vários estudos internacionais demonstram os efeitos negativos das condições de trabalho na saúde dos professores. Nesta profissão destacam-se as patologias da voz, os distúrbios musculoesqueléticos, bem como exaustão e desconforto psicológico, vinculados, fundamentalmente, ao estresse crônico e à síndrome de burnout.

Da mesma forma, problemas de saúde entre professores têm repercussões negativas na educação. Há evidências de uma ligação entre a deterioração da saúde e do bem-estar dos professores e o absentismo, a rotatividade nas escolas e o abandono da carreira docente. Em relação aos alunos, foram relatados decréscimos de motivação, comprometimento e envolvimento.

A respeito da qualidade de vida no trabalho (QVT) segundo Camacaro (2010), é um termo multidimensional baseado em um conjunto de crenças, que vão desde esforços para aumentar a produtividade, promover o moral, a participação, a dignidade e a motivação dos funcionários, até eliminar aspectos disfuncionais da hierarquia organizacional. Isso se torna relevante se considerarmos que o trabalho é a atividade à qual se dedica maior

quantidade de tempo; neste caso, a qualidade de vida é um fator diretamente relacionado ao grau de saúde/doença.

Da mesma forma, a QVT constitui uma variável que tem impacto direto no desempenho laboral, no absenteísmo e em outras séries de fenômenos que facilitam a deterioração da eficiência organizacional, o que provoca perdas de recursos econômicos e aumento de despesas associadas, circunstâncias que, no caso dos professores, afetam a qualidade da educação/ensino ministrado, de modo que a medição do QVT contribuiria para a melhoria dos ambientes de trabalho por meio da promoção do trabalho docente e do aumento da eficiência do processo educacional.

Pouco se sabe sobre a QV dos profissionais dedicados à docência na Educação Infantil, conforme ressalta Giadrosic-Reyes (2002), embora diversas investigações realizadas na América Latina entre 1990 e 2017 tenham como elemento comum que os professores estão submetidos a condições de trabalho precárias, marcadas por sobrecarga de trabalho, número excessivo de alunos por curso, longas jornadas de trabalho muitas vezes não reconhecidas e não remuneradas, baixos salários, discriminação social e baixo ou escasso reconhecimento, ambientes de trabalho vulneráveis marcados pela violência e tráfico de drogas.

Segundo Vidal-Flores (2011), a falta de apoio dos atores do processo educativo constitui um fator de sobrecarga para a realização da tarefa pedagógica, ao qual se soma o número excessivo de alunos por curso e uma jornada de trabalho que muitas vezes demanda grande quantidade de tempo em tarefas pedagógicas fora do horário de trabalho, o que gera a invasão do trabalho docente em direção ao espaço de repouso e doméstico.

Nesse sentido, o Brasil tem um perfil docente que reflete um mal-estar relacionado principalmente à prevalência de doenças crônicas, altas demandas ergonômicas e deterioração da saúde mental, de modo que responder a essas circunstâncias se torna uma necessidade imperativa que deve incluir também o desenvolvimento de reformas educacionais que, além de fornecer soluções para os problemas relacionados à qualidade da educação, garantam e promovam a saúde docente, uma vez que é impossível conceber melhorias na qualidade educacional sem melhorar a QV.

Dessa forma, segundo Pereira *et al.* (2020), é possível estabelecer que para que o grupo docente consiga ter estabilidade, ou seja, tenha meios adequados para lidar com efetividade todos os elementos estressantes inerentes à profissão, é necessário um esforço conjunto tanto por parte do Ministério da Educação, que deve se concentrar em aumentar substancialmente os recursos destinados à educação pública, elaborar políticas de apoio à

saúde docente, estabelecer estatutos que regulem a sobrecarga de trabalho, permitir a participação dos educadores nas decisões institucionais e melhorar as condições sociais do trabalho docente.

A implementação adequada dessas medidas ajudaria a fortalecer a linha flexível de defesa e a linha de resistência, como ressalta Perez (2020), bem como forneceria aos educadores ferramentas para desenvolver habilidades que lhes permitam proteger-se de situações que causam estresse. Essas medidas também atuariam diretamente nos indicadores de estresse, para salvaguardar e evitar que estressores cruzassem a linha normal de defesa e perturbassem o bem-estar do professor e, conseqüentemente, a qualidade da educação fornecida.

Nesse sentido, segundo Rodríguez-Zafra (2010), a qualidade de vida no trabalho teria o potencial de contribuir para a mensuração do grau em que os estressores estão cruzando cada uma das linhas sistema-sujeito, pois, quer haja baixa satisfação com alguma dimensão da QV, isso refletirá aspectos específicos que devem ser abordados para prevenir desequilíbrio ou adoecimento, ou seja, evitar que as linhas sejam penetradas pelos estressores e, por sua vez, a qualidade da educação seja prejudicada.

Conforme destaca Souza e Lima (2022), embora os achados apresentados possam ser explicados com base no fato de que os educadores trabalham em ambientes com grande número de estressores, baixos salários, métodos de contratação instáveis, salários precários e condições materiais de trabalho insuficientes, eles não concordam totalmente com a QV percebida. Apenas as dimensões de bem-estar alcançado por meio do trabalho e da gestão do tempo livre foram avaliadas negativamente, enquanto a maioria das dimensões apresentou níveis médios de satisfação, resultados discrepantes, mas também consistentes com pesquisas anteriores.

Diversos fatores podem afetar a saúde mental dos professores, no entanto, Batista *et al.* (2019) chamam atenção para o ambiente de trabalho do professor, que é significativo. Isso inclui a estabilidade econômica proporcionada pelo emprego, a carga horária acadêmica, os relacionamentos interpessoais e até mesmo o nível de formação e a posição do professor dentro da instituição de ensino.

Campos e Viegas (2021) deixam claro que a profissão docente, especificamente no setor público, tem sido impactada negativamente por diversos problemas que afetam os professores, entre os quais o não pagamento de salários, excesso de serviços burocráticos, dentre outros afazeres.

À luz do exposto, Guerrese (2020) pode-se afirmar que existem diversas variáveis no setor público que afetam o trabalho docente, tais como: atrasos salariais, filiação ou não a associações de professores, abertura de novos cargos, situações de risco social, em que muitos professores estão envolvidos, os alunos e suas características individuais, e insegurança no emprego.

Esses fatores na opinião de Lopes e Silva (2018), influenciam, de alguma forma, o desenvolvimento educacional tanto de professores quanto de alunos, especialmente aqueles cujos efeitos se manifestam diretamente nos sujeitos envolvidos nos processos descritos.

Consequentemente, como afirma Nogueira (2020), os problemas de saúde mental são responsáveis por aproximadamente dois terços de todas as ausências médicas anuais. Além disso, a saúde mental precária é dispendiosa tanto em termos humanos quanto econômicos, tornando essencial um quadro legal para a saúde e segurança ocupacional. As empresas têm o dever de adotar as medidas necessárias para proteger a segurança e a saúde de seus trabalhadores, prevenindo, avaliando e abordando os riscos no local de trabalho em sua origem.

Por último, mas não menos importante, Medeiros (2022) assevera que a prevenção de problemas de saúde mental (em sua origem) é economicamente eficaz. Há ampla evidência demonstrando que os programas preventivos geram benefícios significativos. É evidente que segundo Antunes e Praun (2015, p. 89):

[...] os transtornos mentais não só causam problemas para o setor da saúde, como as suas consequências também impactam a sociedade, os sistemas educativo, econômico e judicial. Pode-se compreender, portanto, que, no âmbito educativo, a compreensão da realidade relativa à saúde mental do corpo docente contribui para benefícios econômicos, uma vez que a melhoria da saúde reduz o absentismo.

A este respeito, Antunes e Praun (2015) ainda observa que um professor normalmente leciona vários cursos e diferentes turmas, os efeitos de uma ausência podem multiplicar-se até quatro vezes, tanto a nível educativo como econômico. Consequentemente, sofre perdas consideráveis na sua saúde.

Além disso, Silva (2022) ressalta que a saúde mental do corpo docente impacta a qualidade do ensino e contribui para a melhoria das condições de trabalho, levando a uma participação mais ativa dos profissionais na sociedade. Isso, por sua vez, fomenta a formação de cidadãos completos, permitindo ao Estado obter respostas mais eficazes da população, economizando tempo e recursos.

Consequentemente, a economia torna-se mais dinâmica, uma vez que um ambiente mais saudável melhora o relacionamento e a comunicação entre os funcionários,

contribuindo para a criação de espaços sociais positivos e motivadores e aumentando a produtividade dos envolvidos no trabalho.

Foi demonstrado como os professores estão imersos em uma situação educacional que reflete os problemas da sociedade contemporânea, suas contradições e desafios, e como isso pode afetar seu trabalho profissional.

Da mesma forma, foram considerados o ambiente de trabalho em instituições públicas, bem como as variáveis sociodemográficas envolvidas neste processo de pesquisa. Portanto, é importante compreender o nível atual de saúde mental entre os professores e a frequência com que os sintomas se manifestam nesses profissionais, a fim de determinar se existem diferenças significativas nos níveis de saúde mental e quais são as causas de tais situações e como pode ser melhorada.

CAPÍTULO III - MARCO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, que busca compreender o impacto da saúde mental e os impactos da relação entre as condições de trabalho, a saúde física dos professores, especificamente na criação de ambientes de aprendizagem e na interação com crianças em instituições de Educação Infantil, é desenvolvida utilizando uma abordagem qualitativa e quantitativa.

3. DESENHO METODOLÓGICO

O desenho metodológico da pesquisa segundo Demo (2007. p. 75) “é um processo sistemático, ordenado, disciplinado e controlado” e está diretamente relacionado aos dois métodos de pesquisa: método indutivo geralmente associado à pesquisa quantitativa e qualitativa, que consiste em ir de casos particulares à generalização; na pesquisa será realizada com enfoque do tipo misto.

A concepção da metodologia mista define-se como a utilização e combinação de metodologias quantitativas e qualitativas. Assim, por meio da pesquisa qualitativa será realizado um estudo amplo do objeto da pesquisa, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da comunidade a que está sendo investigada (Severino, 2007).

Para Oliveira (2012), a pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma categoria de métodos de pesquisa que extraem descrições de observações que assumem a forma de entrevistas, narrativas, notas de campo, gravações, transcrições de fitas de áudio e vídeo, registros escritos de todos os tipos, fotografias ou filmes e artefatos.

Gil (2010) refere que “uma investigação é considerada quantitativa, quando se reduz a medir variáveis a partir de uma determinada magnitude ou quantidade”. A pesquisa quantitativa tem muito valor na validade externa, pois com uma amostra representativa da população os resultados do estudo podem ser inferidos nessa amostra para a população de onde provém.

A abordagem quantitativa segundo Oliveira (2012), usa coleta e análise de dados para responder a questões de pesquisa e testar hipóteses feitas anteriormente, depende de medições numéricas, com o uso de estatísticas para estabelecer com precisão padrões de comportamento em uma população.

A pesquisa qualitativa segundo Triviños (2003), consiste em reconstruir a realidade; é orientada para o processo e desenvolve uma descrição próxima da realidade investigada,

tentando assim responder às perguntas "por quê?" e "para quê?". Para esse fim, a pesquisa qualitativa utiliza técnicas de coleta de dados.

3.1 Enfoque da Pesquisa:

Enfoque qualitativa, segundo Andrade (2014), analisa as percepções de diferentes autores que, a partir de suas perspectivas, propõem os conceitos dos impactos da relação entre as condições de trabalho, a saúde física e mental dos professores da Educação Infantil, bem como a relação entre eles. Essa abordagem visa coletar informações por meio de dados descritivos, como documentos escritos ou produções audiovisuais, o que fortalece as respostas às questões de pesquisa e confere maior validade graças à sua contribuição teórica.

Conforme Marconi e Lakatos (2013), a pesquisa qualitativa, permite compreender a profundidade de um fenômeno a partir da perspectiva dos atores sociais envolvidos. Indica que é por meio das contribuições dos autores que chega a uma compreensão mais profunda da razão do estudo de caso, neste caso, a relação entre a saúde mental de professores e as condições de trabalho na Educação Infantil.

A pesquisa qualitativa como expõem Cervo e Bervian (2016), permite a coleta de opiniões a partir de diferentes perspectivas e modos de pensar, fornecendo ao pesquisador informações descritivas. Esse tipo de pesquisa é geralmente guiado por eventos que envolvem seres humanos.

Essas informações são expressas não apenas por escrito, mas também por meio de diversas estratégias, como mencionado por Triviños (2003, p. 56), que descreve a pesquisa qualitativa pode ser entendida como “uma categoria de métodos de pesquisa” que extraem descrições a partir de observações que assumem a forma de entrevistas, narrativas, notas de campo, gravações, transcrições de áudio e vídeo, registros escritos de todos os tipos, fotografias, filmes ou artefatos.

A pesquisa quantitativa para Oliveira (2012), é um método comum para coletar dados em um contexto de pesquisa. Mas o que exatamente é isso e como se diferencia de outros métodos? O que deve ser considerado ao conduzir essa pesquisa e como ela é aplicada?

Por meio da pesquisa quantitativa, Oliveira, Pietri e Bizzo (2019) deixa claro que é possível coletar dados objetivos. Além disso, a coleta de valores numéricos permite aos pesquisadores mensurar a frequência de um fenômeno e observar as condições do mundo real. Isso é alcançado por meio de entrevistas com um grande número de pessoas e da coleta de uma quantidade substancial de dados.

Através da pesquisa quantitativa, Ludk (2019) coloca que os pesquisadores obtêm conhecimento sobre fatos empíricos a partir dos quais podem ser derivadas relações entre causas e problemas. Inicialmente, a pesquisa quantitativa fornece valores numéricos com base em amostras. No entanto, esses resultados de pesquisa podem ser extrapolados para populações inteiras, proporcionando assim uma compreensão mais ampla.

3.2. Tipo de Pesquisa:

O tipo da pesquisa estabelece os elementos básicos da investigação, visando controlar e assegurar a disponibilidade dos elementos necessários. Portanto, esta etapa é considerada planejamento da pesquisa, pois auxilia o pesquisador a definir a realidade com a qual trabalhará e o escopo potencial de sua proposta. Dessa forma,

O estudo utilizado nesta pesquisa foi o de pesquisa de campo, que, segundo Bonin (2016), consiste em coletar dados diretamente dos sujeitos investigados ou da realidade onde os eventos ocorrem, sem manipular variáveis; ou seja, o pesquisador obtém a informação, mas não altera as condições existentes.

De forma semelhante, como expõem Gerhardt e Silveira (2016), a pesquisa de campo permite a obtenção de informações por meio de técnicas documentais, relatórios de outras investigações e/ou diversas fontes documentais.

O delineamento desta pesquisa é descritivo, conforme Galliano (2016), este é o delineamento mais simples, no qual uma situação específica é investigada por meio da busca e coleta de informações atuais sobre o tema. Nesse sentido, esta pesquisa coletou informações quantificáveis sobre as condições que afetam a saúde de professores da Educação Infantil. Em seguida, foi realizada a análise Estatísticas descritivas utilizando o programa Excel 2021 sobre as respostas dos professores, coordenadora e diretora.

A pesquisa é de natureza descritiva, pois sua função foi caracterizar um fato, fenômeno ou grupo a fim de estabelecer sua estrutura ou comportamento; ou seja, medidas preventivas foram observadas com base em indicadores e posteriormente descritas. “Estudos descritivos buscam especificar as propriedades importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que tenha sido sub

A pesquisa também é documental, pois, é necessário compilar documentos, a partir da qual se possam obter informações para esse processo. Portanto, uma das técnicas viáveis para este trabalho é a análise documental, que permite observar outras perspectivas sobre o

tema investigado, enriquecendo os conceitos e gerando novos conhecimentos sobre o que se pretende descobrir.

Conforme descreve Bonin (2016), a pesquisa documental contribui com uma série de métodos e técnicas para buscar, processar e armazenar as informações contidas em documentos e, em segundo lugar, a apresentação sistemática, coerente e suficientemente argumentada de novas informações em um documento acadêmico. Assim, a pesquisa documental não deve ser entendida ou limitada simplesmente à busca de documentos relacionados a um tema.

Dessa forma, os documentos foram localizados em bases de dados confiáveis: as buscas são realizadas em sites como Google Scholar, Dialnet, Scielo, no catálogo da capes, em dissertações e teses de Doutorado atualizados sobre o tema.

3.3. Instrumentos de Coleta de Dados

A pesquisa foi efetivada através de um questionário com os professores, gestores e coordenadores das escolas objeto de estudo. O questionário aplicado, com questões previamente elaboradas, relacionadas diretamente com o tema da pesquisa.

As questões que faz parte do questionário serviram para esclarecer como os docentes percebem o seu estado de sua saúde física e mental, assim como quais são as reais causas que contribuem para que ele fique doente, quais os piores momentos que causam estresse dentro e fora do âmbito laboral, quais são as estratégias usadas para amenizar ou resolver esses problemas dentro da escola.

O questionário está elaborado com perguntas de múltipla escolha. Após a aplicação do questionário, os dados coletados são trabalhados por meio de gráficos na tabela Excel. As tabelas serão analisadas e transformadas em gráficos para análise e discussão dos resultados obtidos.

A discussão dos resultados foi feita com base no levantamento bibliográfico, onde tal levantamento, ofereceu para a pesquisadora, um satisfatório volume de conteúdo que possibilitou fazer a comparação dos resultados obtidos com o questionário com e outras literaturas que circundam o tema da presente pesquisa.

O período de observação durante a realização de pesquisa, sobre a saúde mental dos professores de pré-escola, compreendeu que é de extrema importância, porque eles são o primeiro meio pelo qual as crianças têm contato com o sistema educacional formal e a influência que podem exercer no bem-estar e no desenvolvimento saudável das crianças em idade pré-escolar.

Apesar da importância do papel dos professores no funcionamento da escola e no desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, seu bem-estar no local de trabalho, no período de observação percebeu que tem sido afetado por doenças ocupacionais como estresse e burnout, que afetam seu desempenho profissional e seu desempenho ideal dentro da instituição. O impacto destes fatores sobre o risco é evidenciado por meio de percepções relacionadas ao esgotamento emocional, à falta de entusiasmo pelo trabalho e à falta de realização pessoal.

Outra questão observada, que a prevalência dessas doenças ocupacionais ressalta a necessidade de investigar e identificar os fatores que facilitam e dificultam o bem-estar dos doentes em seu ambiente laboral. Uma perspectiva de promoção do bem-estar que parta da perspectiva dos professores relativamente ao seu trabalho profissional que proporcionará um contributo valioso para o desenho de programas e intervenções que promovam o bem-estar dos professores e que favoreçam a promoção de docentes eficazes, com práticas de ensino e apoio bem-sucedidas que contribuam para uma aprendizagem ótima dos alunos e fortalecimento de uma cultura de bem-estar nas escolas.

Dada a importância dos professores na formação dos alunos e a prevalência de fatores de trabalho em seu contexto ocupacional que afetam seu desempenho ideal, o período de observação neste estudo procurou explorar percepções relacionadas ao bem-estar psicológico e social no desenvolvimento profissional dos professores das escolas pesquisadas e entender como eles compreendem o bem-estar e quais são, da perspectiva desses professores, os fatores que promovem ou dificultam seu bem-estar no contexto escolar.

3.4. População e Amostra

Para Medeiros (2012), uma população é um grupo ou conjunto de elementos sobre os quais um estudo estatístico será realizado. Já a amostra como esclarece Minayo (2012), é uma parte de uma população que foi selecionada para um estudo. Neste caso, a amostra ficou a probabilística, na qual os indivíduos são selecionados aleatoriamente.

A população deste estudo compreendeu, a Escola Municipal de Educação Infantil Pão da Vida: 11 (onze) professores, um gestor e um coordenador; Escola Municipal de Educação Infantil Enedina Maciel: 12 (doze) professores, um gestor e um coordenador; Escola Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato: 11 (onze) professores, um gestor e um coordenador, que compreende o total de 40 (quarenta) entrevistados entre professores, coordenadores e diretores escolares.

Em relação a amostra, ficou igual a população, 32 (trinta e dois) professores (das três escolas pesquisadas), 03 (três) coordenadores e 03 (três) diretores escolares, totalizando 40 (quarenta) entrevistados.

CAPÍTULO IV – MARCO ANALÍTICO

Este capítulo utiliza uma matriz de informações para destacar aspectos-chave na definição dos resultados e discussão a respeito da saúde mental, das condições de trabalho e de saúde do pessoal docente da Educação Infantil, juntamente com dados dos gestores, coordenação e alunos entrevistados, baseado nos objetivos específicos.

4. ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E RESULTADOS

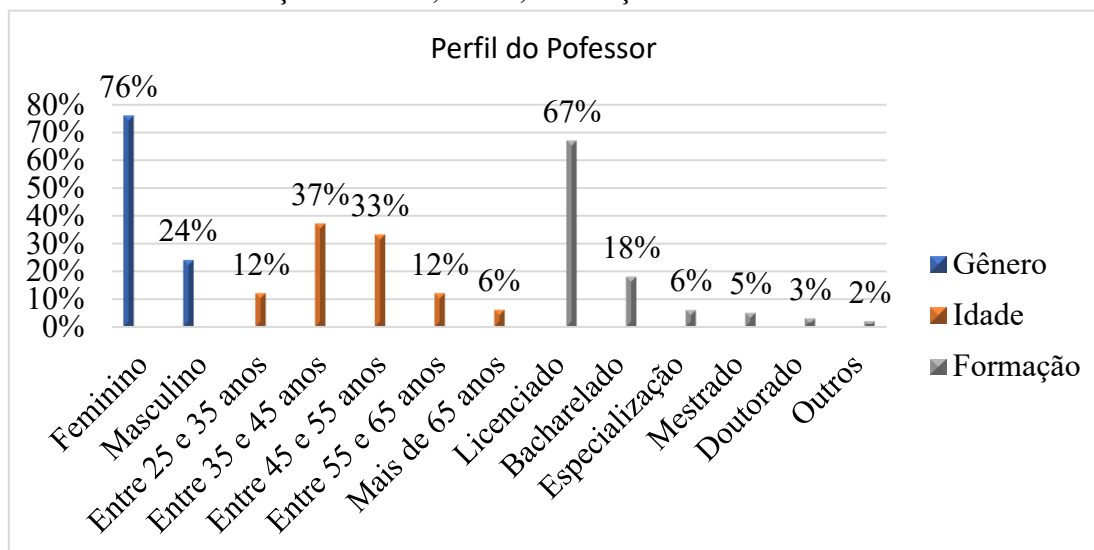
No entanto, existem diversos riscos decorrentes da prática docente que não devem ser ignorados. A profissão docente exige professores com capacidade para enfrentar os dilemas que a permeiam. Daí a importância de enfatizar a gestão adequada dos recursos que visam fortalecer e capacitar os professores em questões de saúde mental, uma vez que é a partir da abordagem deste tema que se criam recursos que auxiliam e promovem a boa saúde mental, conduzindo à prática correta dos professores, tornando-os modelos para seus alunos no que diz respeito à gestão positiva das emoções e das situações.

Nesta análise procura conhecer a opinião dos docentes da Educação Infantil das escolas investigadas quanto a importância da saúde física e mental para sua vivência social na escola e fora dela.

A saúde mental como esclarece Jardim (2012), no contexto educacional é entendida como a capacidade dos professores de lidar com situações cotidianas sem serem afetados negativamente por elas. Quando surgem problemas de saúde mental, os professores começam a apresentar sintomas como ansiedade, depressão, exaustão física e mental, dores de cabeça, baixa motivação e estresse, cefaleias intensas, distúrbios digestivos e falta de criatividade. Isso evidencia as dificuldades que os professores podem ter em gerenciar suas emoções ou em encontrar soluções para os problemas que surgem constantemente em seu trabalho.

4.1. Entrevista com os professores:

A entrevista realizada compreendeu 32 (trinta e dois) professores das três escolas pesquisadas: a Escola Municipal de Educação Infantil Pão da Vida: 11 (onze) professores; Escola Municipal de Educação Infantil Enedina Maciel: 12 (doze) professores; Escola Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato: 11 (onze) professores.

Gráfico 1. Identificação: Gênero, Idade, Formação:

Fonte: elaboração própria, 2025.

De acordo com a identificação do perfil dos professores foram registrados os seguintes dados 76% são do sexo feminino e 24% masculino. Com referência à idade 12% estão na faixa etária entre 25 e 35 anos, 37% estão entre 35 e 45 anos, já 33% encontram-se na faixa entre 45 e 55 anos, 12% estão com a idade na faixa ente 55 e 65 anos e finalmente 6% se encontram na faixa etária em mais de 65 anos. Sobre a formação acadêmica foram encontrados os seguintes resultados: 67% dos professores são licenciados, 18% bacharelado, 6% possuem especialização, 5% mestrado, 3% têm doutorado e 2% possuem outras formações.

Verificou a incidência maior em relação ao gênero feminino, 76%. Para Antunes e Praun (2015) a classe feminina está associada ao ensino na Educação Infantil. Essa feminização não é homogênea ao longo dos níveis de ensino. Pesquisas nacionais indicam que, quanto mais elevada a etapa escolar, menor tende a ser a participação feminina, refletindo a persistência de hierarquias de prestígio e remuneração que ainda favorecem os homens nos estratos superiores do sistema educacional (Gatti; Barreto, 2009).

O dado de 76% de mulheres, portanto, sugere que o grupo analisado possivelmente concentra professores da Educação Básica, especialmente da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapas historicamente associadas ao trabalho feminino (BRASIL, 2009).

Do ponto de vista crítico, a feminização do magistério é um fenômeno que suscita reflexões sobre valorização profissional e divisão sexual do trabalho. Em geral, profissões

majoritariamente femininas tendem a receber menor remuneração e menor reconhecimento social, o que contribui para a chamada "desvalorização relativa" da docência (Apple, 1995).

Essa configuração coloca em pauta a necessidade de políticas que promovam a igualdade de condições de trabalho, o reconhecimento da complexidade da função docente e a superação de estereótipos de gênero que historicamente constrangeram, e ainda constroem, as trajetórias profissionais tanto de mulheres quanto de homens na educação (Louro, 1997; Gatti; Barreto, 2009).

A análise da distribuição etária dos professores revela um corpo docente predominantemente maduro: apenas 12% têm entre 25 e 35 anos, enquanto 37% estão na faixa de 35 a 45 anos, 33% entre 45 e 55 anos, 12% entre 55 e 65 anos e 6% com mais de 65 anos. Em síntese, aproximadamente 70% dos professores têm 35 anos ou mais, e somente uma parcela expressivamente minoritária, pouco mais de um décimo do total, se encontra nos primeiros anos de carreira, considerando-se que o ingresso no magistério tende a ocorrer entre os 22 e os 30 anos (BRASIL, 2009).

Esse envelhecimento relativo da força de trabalho docente é uma tendência identificada em diversas pesquisas nacionais e internacionais, sendo interpretada como resultado combinado de múltiplos fatores: a baixa atratividade da carreira para os jovens, os efeitos das reformas previdenciárias que postergaram a aposentadoria, e a expansão tardia do acesso à educação superior no Brasil, que retardou o ingresso de muitos profissionais na docência (Gatti; Barreto, 2009; UNESCO, 2004).

A reduzida proporção de professores jovens, 12% na faixa de 25 a 35 anos, é um indicador preocupante, pois aponta para possíveis dificuldades de renovação do quadro docente no médio prazo, com impactos sobre a sustentabilidade dos sistemas de ensino.

De acordo com Saviani (2009), os dados sobre formação acadêmica indicam que 67% dos professores possuem licenciatura como nível máximo de formação, 18% têm bacharelado, 6% especialização lato sensu, 5% mestrado, 3% doutorado e 2% outras formações. Esse perfil apresenta aspectos positivos e limitações relevantes que merecem análise cuidadosa.

A predominância da licenciatura (67%) é, em princípio, coerente com as exigências legais estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei nº 9.394/1996), que determina que a formação de professores para a educação básica deve ser realizada em nível superior, preferencialmente em cursos de licenciatura plena (BRASIL, 1996). Nesse sentido, o dado sugere que a maioria dos professores analisados está formalmente habilitada para o exercício da docência na educação básica.

Contudo, é importante considerar a qualidade e a coerência entre a formação recebida e a área de atuação, uma vez que pesquisas demonstram que nem sempre há correspondência entre a disciplina lecionada e a habilitação obtida no curso de licenciatura, especialmente em municípios de menor porte e em regiões com menor oferta de cursos superiores (Gatti; Barreto, 2009).

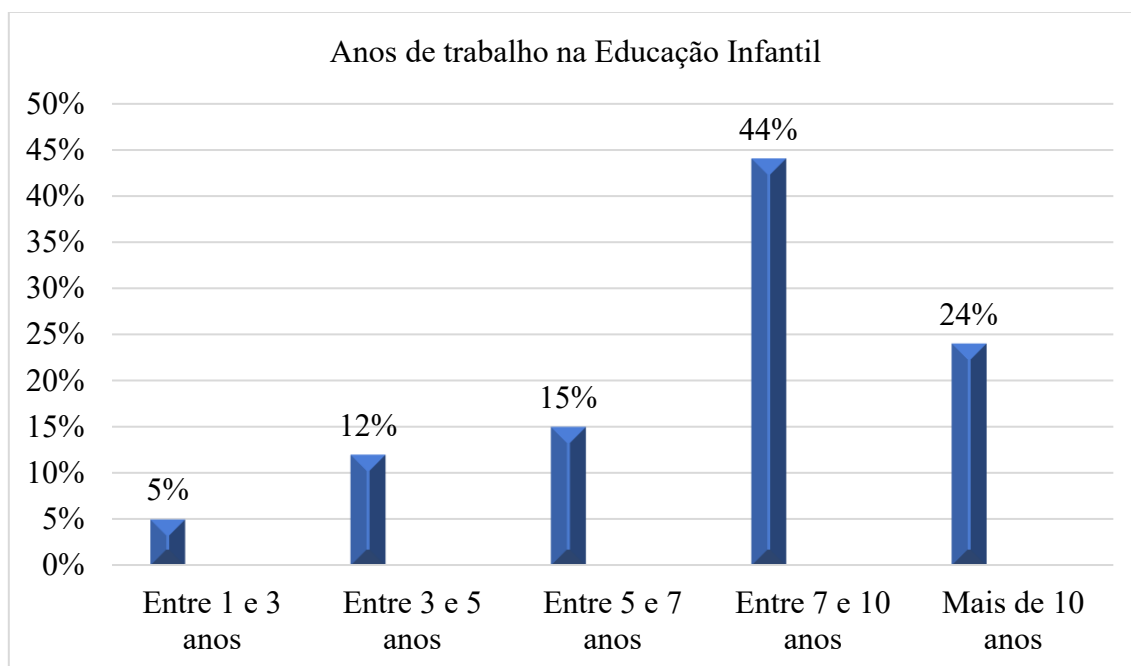
No tocante à pós-graduação, os dados revelam uma realidade ainda incipiente: apenas 14% dos professores possuem algum título de pós-graduação, sendo 6% com especialização, 5% com mestrado e 3% com doutorado. Esse percentual é baixo quando comparado às metas e recomendações estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), que prevê a elevação da qualificação dos professores da educação básica e o incentivo à formação *stricto sensu* como estratégia de melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 2014).

A baixa participação em programas de pós-graduação pode estar associada a fatores como a falta de tempo diante de jornadas de trabalho extensas, a insuficiência de políticas de afastamento remunerado para estudos, os custos envolvidos na formação continuada e a ainda limitada oferta de programas de pós-graduação direcionados à área educacional em muitas regiões do país (Saviani, 2009).

Para Silva (2022), alguns dos efeitos da profissionalização docente feminina variam de fatores internos, como a massificação da educação que originou no lar dessas mulheres, a perda de prestígio dos professores e a rigidez dos sistemas educacionais; a fatores externos, como o dinamismo e a criação do conhecimento e a criação da mídia de massa. Esses fatores são considerados a causa central do feminismo na educação.

A pequena parcela de doutores (3%) e mestres (5%) no conjunto docente é também um indicador das desigualdades entre níveis de ensino no que tange à formação dos professores: enquanto o ensino superior concentra profissionais com alta qualificação acadêmica, a educação básica ainda opera com quadros majoritariamente formados apenas na graduação (Gatti; Barreto, 2009). Essa assimetria tem implicações diretas sobre a produção e a incorporação de conhecimentos científicos na prática pedagógica cotidiana, bem como sobre a capacidade institucional de inovação e reflexão crítica sobre o ensino.

A profissionalização docente feminina para Lopes e Silva (2018), vem de um conceito que nasceu do questionamento generalizado do papel da mulher na educação dos filhos, sobretudo, à funcionalidade do professor dentro do que hoje é considerado o sistema educacional.

Gráfico 2. Anos de trabalho:

Fonte: elaboração própria, 2025.

Os resultados obtidos com as entrevistas a respeito do tempo que os professores trabalham na Educação Infantil destaca-se que 5% dos educadores trabalham entre 1 e 3 anos, 12% trabalham entre 3 e 5 anos, 15% entre 5 e 7 anos, 44% entre 7 e 10 anos e 24% trabalham a mais de 10 anos.

A predominância de docentes com sete ou mais anos de experiência (68% do total) merece ser interpretada à luz das fases do desenvolvimento profissional propostas por Huberman (1992), cujo modelo aponta que professores nesse intervalo de carreira atravessam estágios caracterizados pela diversificação das práticas, pela consolidação de repertórios pedagógicos e, em alguns casos, pelo questionamento e revisão das próprias concepções sobre o ensino. Para esse autor, o período entre os sete e os vinte e cinco anos de docência tende a ser marcado tanto por movimentos de experimentação e busca de novos desafios quanto por possíveis sinais de rotinização.

No contexto da Educação Infantil, esse fenômeno adquire especificidade, pois a natureza do trabalho com crianças de zero a cinco anos exige renovação contínua das sensibilidades afetivas, das estratégias lúdicas e das formas de mediação do desenvolvimento infantil, conforme aponta Huberman (1992).

O percentual de 24% de profissionais com mais de 10 anos de atuação na Educação Infantil indica a existência de um grupo com experiência consolidada, capaz de contribuir significativamente para a formação de pares, para a constituição de culturas institucionais e

para a preservação da memória pedagógica das instituições. Tardif (2002) argumenta que os saberes docentes são plurais e temporalmente situados, sendo que os saberes da experiência, aqueles construídos na prática cotidiana, no enfrentamento dos desafios concretos da profissão, assumem papel estruturante na ação pedagógica ao longo do tempo.

Nesse sentido, professores com mais de uma década de atuação na mesma etapa de ensino tendem a desenvolver um repertório de saberes experienciais específicos, ancorados na observação sistemática das crianças, na sensibilidade às suas necessidades e na capacidade de organizar ambientes e rotinas promotores de aprendizagem e desenvolvimento (Tardif, 2002).

Em contraposição, os dados revelam que apenas 17% dos professores possuem até 5 anos de experiência na Educação Infantil, sendo 5% na faixa de 1 a 3 anos e 12% entre 3 e 5 anos. Esse percentual relativamente reduzido de docentes iniciantes merece atenção, pois a literatura sobre inserção profissional na docência aponta que os primeiros anos de exercício profissional são marcados por inseguranças, por tensões entre o ideal formativo e a realidade da prática e por necessidades específicas de apoio institucional e de formação continuada (Marcelo 2009).

No contexto da Educação Infantil, as dificuldades do período de iniciação se intensificam diante das especificidades do trabalho com crianças pequenas, que requer, além dos conhecimentos pedagógicos gerais, saberes sobre o desenvolvimento infantil, sobre o brincar como eixo estruturante e sobre a indissociabilidade entre cuidado e educação, princípio basilar desta etapa estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL 2009; MEC/SEB, 2009).

A faixa intermediária de 5 a 7 anos, que reúne 15% dos educadores, corresponde a um estágio de transição profissional de particular relevância. De acordo com Gatti, Barreto e André (2011), essa fase tende a coincidir com processos de redefinição das trajetórias docentes, em que os professores avaliam sua permanência na carreira, buscam aperfeiçoamento e revisam suas práticas à luz das experiências acumuladas.

Em se tratando de Educação Infantil, esse momento pode ser especialmente decisivo, uma vez que as condições de trabalho nesta etapa, incluindo a intensidade das demandas físicas e emocionais do cuidado com crianças pequenas, os desafios da relação com as famílias e as frequentes limitações de infraestrutura e de reconhecimento profissional, podem tanto impulsionar quanto desestimular a permanência dos profissionais na área (Gatti; Barreto; André.; UNESCO, 2011).

Kramer (2005) enfatiza que a qualidade da Educação Infantil é indissociável da formação continuada, das condições objetivas de trabalho e do reconhecimento social do profissional que atua com crianças pequenas.

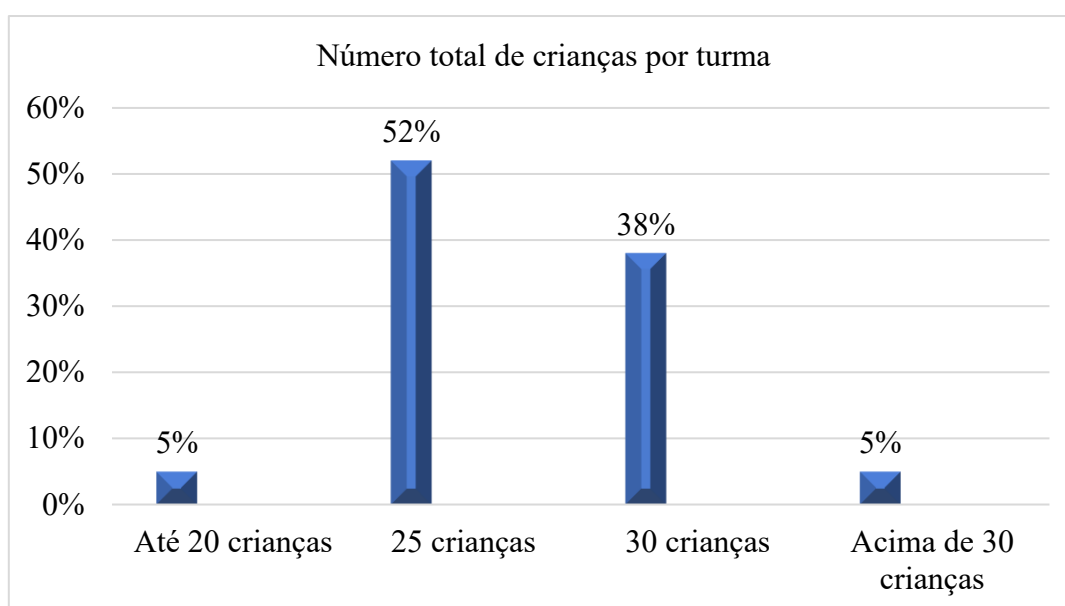
Assim, a experiência acumulada pelos docentes investigados configura um potencial que somente se traduz em práticas educativas de qualidade quando acompanhado de processos sistemáticos de reflexão, de formação em serviço e de condições institucionais adequadas ao desenvolvimento profissional (Kramer, 2005).

Por fim, os dados analisados devem ser compreendidos em seu contexto histórico mais amplo. A Educação Infantil brasileira, reconhecida como primeira etapa da Educação Básica apenas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, ainda enfrenta desafios significativos de valorização e de profissionalização de seu quadro docente.

A permanência de uma parcela expressiva de profissionais com longa trajetória nesta etapa, como revelam os dados da pesquisa, pode ser interpretada tanto como indicador de comprometimento e de construção de identidade profissional específica quanto como reflexo das dificuldades de mobilidade na carreira docente e das limitações do sistema educacional em promover a renovação qualificada dos quadros da Educação Infantil.

Campos, Füllgraf e Wiggers (2006) alertam que, no Brasil, a qualidade da Educação Infantil ainda é profundamente desigual e está condicionada a fatores estruturais que transcendem o tempo de experiência dos professores, demandando políticas públicas integradas de formação, valorização e melhoria das condições de trabalho docente.

Gráfico 3. Número crianças por turma:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Com relação aos dados coletados na entrevista sobre o número total de crianças por turma relataram que 5% dão aulas para até 20 crianças, 52% trabalham com 25 crianças, 38% 30 crianças e 5% acima de 30 crianças. A composição numérica das turmas na Educação Infantil constitui um dos indicadores mais sensíveis da qualidade do atendimento oferecido às crianças pequenas.

O tamanho dos grupos influencia diretamente a dinâmica das interações pedagógicas, as condições de trabalho dos professores, a segurança física dos educandos e a possibilidade de uma atenção individualizada que responda às necessidades de desenvolvimento integral de cada criança.

Os dados levantados pela presente pesquisa revelam uma realidade preocupante: apenas 5% dos docentes entrevistados trabalham com turmas de até 20 crianças, ao passo que a maioria absoluta, 52%, atua com 25 crianças por turma, 38% com 30 crianças e outros 5% com mais de 30 crianças, (Rosemberg, 2002).

O dado de que 52% dos docentes pesquisados atuam com exatamente 25 crianças por turma merece atenção analítica particular. Embora esse número corresponda ao limite máximo orientado pela política nacional para a faixa etária de pré-escola, é equivocado interpretá-lo como um indicador de qualidade em si mesmo.

Pesquisas no campo da pedagogia da infância demonstram que trabalhar no limite máximo de uma recomendação é qualitativamente distinto de trabalhar em condições ideais, especialmente em contextos de alta heterogeneidade de desenvolvimento, de inclusão de crianças com deficiência ou de ausências frequentes de profissionais de apoio.

Rocha (2010) argumenta que a qualidade na Educação Infantil não pode ser reduzida a indicadores quantitativos isolados, pois depende do conjunto das condições de trabalho, entre as quais o tamanho das turmas é apenas uma variável, ainda que decisiva. Assim, o fato de que mais da metade dos professores pesquisados operem no limite máximo recomendado não configura necessariamente uma situação satisfatória, mas sim um cenário de permanente pressão sobre a prática pedagógica, segundo Rocha (2010).

O fato de que 38% dos professores pesquisados trabalham com turmas de 30 crianças representa um dado de elevada relevância crítica. Nessa configuração, ultrapassa-se em 20% o limite máximo recomendado pelas diretrizes nacionais para a pré-escola, tornando praticamente inviável a atenção individualizada que o desenvolvimento infantil demanda.

Kramer (2006) sublinha que a Educação Infantil, diferentemente de outros segmentos da escolarização, exige uma relação de proximidade, escuta e observação

continua entre o adulto e cada criança, o que pressupõe grupos reduzidos como condição estrutural inegociável. Em turmas de 30 crianças, a capacidade do professor de observar, registrar e intervir pedagogicamente em resposta às singularidades de cada educando fica seriamente comprometida, uma vez que a demanda de atenção simultânea supera os limites razoáveis de qualquer prática docente.

Esse cenário aponta para um processo de escolarização precoce da infância, em que a lógica do ensino fundamental, com suas turmas numerosas, é transplantada acriticamente para a Educação Infantil, em detrimento de uma pedagogia centrada na criança, nas interações e na brincadeira, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), (Kramer, 2006; Brasil/MEC, 2010).

Embora representem apenas 5% dos casos observados na pesquisa, as turmas com mais de 30 crianças por professor configuram situações de risco tanto para o desenvolvimento das crianças quanto para a saúde dos docentes. A literatura sobre condições de trabalho na Educação Infantil demonstra que turmas superlotadas estão associadas ao aumento do estresse docente, à elevação de episódios de adoecimento por esgotamento físico e emocional e à deterioração das relações interpessoais dentro do espaço educativo (Cruz; Rocha, 2008).

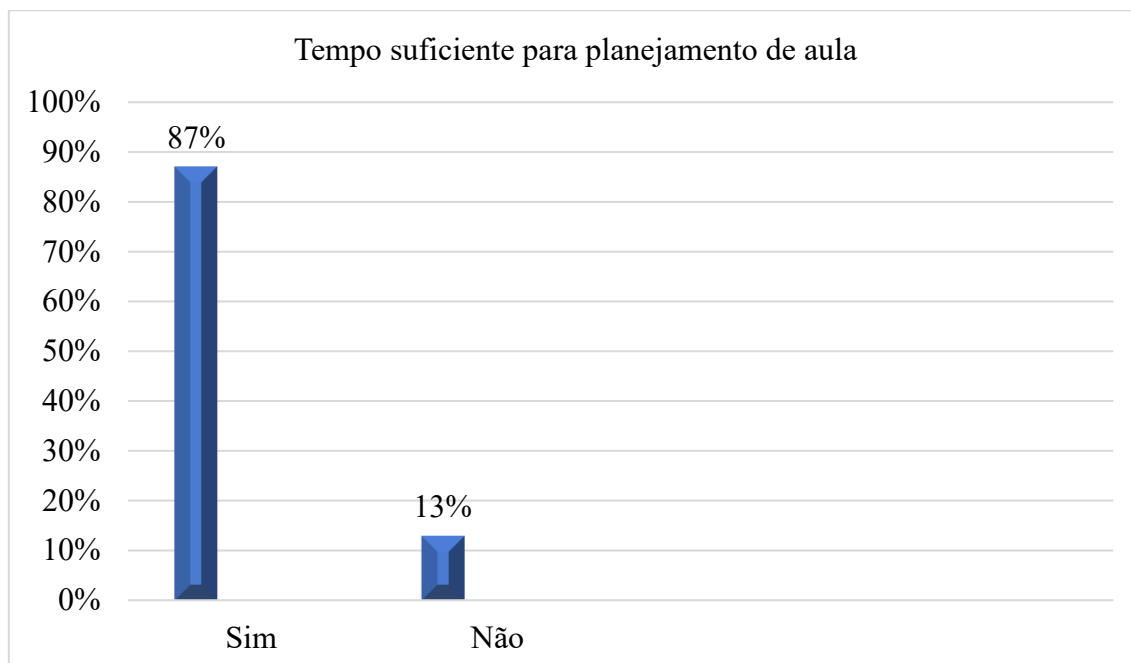
Do ponto de vista do desenvolvimento infantil, Bowlby (1990) e autores da psicologia do desenvolvimento enfatizam que a qualidade dos vínculos estabelecidos entre adultos de referência e crianças pequenas é determinante para a constituição de bases afetivas e cognitivas sólidas, vínculos que se tornam progressivamente mais frágeis à medida que o número de crianças sob a responsabilidade de um único adulto aumenta. Nesse sentido, turmas com mais de 30 crianças não representam apenas uma violação administrativa de normativas, mas uma condição objetiva de comprometimento do direito à educação de qualidade garantido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), (BRASIL, 1988).

Nesse ponto de vista, sobre a lotação em sala de aula, Machado, Pereira e Freitas (2022) colocam que cada instituição de ensino deve formular em conjunto as normativas nessa direção, visando a qualidade das aulas a serem ministradas para os alunos.

Deve regular as relações dessas salas super lotadas com os educadores a seu serviço, garantindo que o ensino seja exercido em conjunto, com base no reconhecimento de sua formação, experiência, desempenho e competências como atributos essenciais que norteiam tudo o que se relaciona ao ingresso dos alunos, permanência, e sucesso na aprendizagem,

buscando, com isso, uma educação de qualidade, o desenvolvimento e aproveitamento por parte dos alunos nos conteúdos ministrados.

Gráfico 4. Tempo para planejamento:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Com referência ao quesito sobre ter tempo suficiente para planejamento de aula, 87% dos entrevistados disseram que sim e 13% disseram que não. Pimenta (2012) aprofunda essa compreensão ao situar o planejamento no âmbito da constituição da identidade profissional docente. Segundo a autora, a atividade de planejar articula saberes da experiência, saberes do conteúdo e saberes pedagógicos, sendo, portanto, indissociável da formação continuada e da reflexão sobre a própria prática.

Quando o professor não dispõe de tempo adequado para planejar, compromete-se não apenas a qualidade imediata da aula, mas também o processo mais amplo de desenvolvimento profissional, que depende de momentos deliberados de estudo, análise e reelaboração das estratégias de ensino.

O fato de 87% dos professores pesquisados afirmarem ter tempo suficiente para o planejamento merece ser interpretado com cautela analítica. A percepção subjetiva de suficiência não equivale, necessariamente, à existência de condições objetivas ideais para o exercício da função.

Tardif e Lessard (2014) alertam que os trabalhadores docentes frequentemente desenvolvem mecanismos de adaptação às condições adversas de trabalho, naturalizando limitações e ajustando suas expectativas ao que é possível dentro de contextos institucionais restritivos. Assim, um professor pode considerar que dispõe de "tempo suficiente" não porque suas condições sejam efetivamente adequadas, mas porque reduziu, ao longo do tempo, seus parâmetros de exigência em relação ao próprio planejamento.

Os 13% de professores que declaram não ter tempo suficiente para o planejamento de aulas representam uma minoria numérica, mas seu significado diagnóstico não deve ser minimizado. Em pesquisas educacionais, Gatti e Barreto (2009) ressalta que percentuais dessa magnitude quando se referem a condições estruturais do trabalho, frequentemente indicam a existência de grupos específicos em situação de maior vulnerabilidade dentro do sistema educacional, seja por pertencerem a redes com piores condições de trabalho, por acumularem vínculos empregatícios ou por atuarem em contextos institucionais com maior sobrecarga de demandas.

Gatti e Barreto (2009), em abrangente estudo sobre professores brasileiros, identificam que as condições de trabalho docente no Brasil são marcadas por grande heterogeneidade, com disparidades significativas entre redes públicas municipais, estaduais e federais, bem como entre regiões geográficas.

Nesse quadro, um contingente de 13% sem tempo suficiente para planejar pode representar, em termos absolutos, um número expressivo de profissionais submetidos a condições inadequadas de trabalho, com impactos diretos sobre a qualidade do ensino oferecido a seus estudantes. A análise desse dado isolado, portanto, exige contextualização institucional e regional para que se possa compreender adequadamente sua extensão e suas causas.

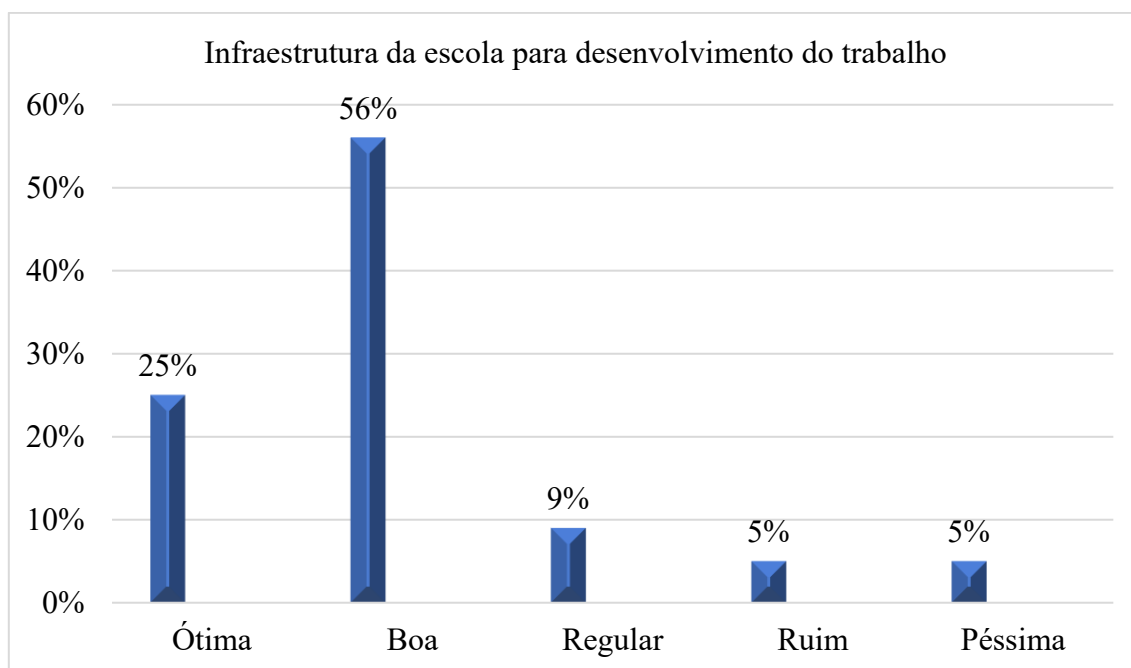
O planejamento de aula, é entendido como um conjunto interconectado de conceitos, proposições e normas que, antecipadamente, permite o planejamento de ações organizadas para alcançar os objetivos propostos; em outras palavras, trata-se de um quadro conceitual elaborado para orientar as ações. Com base no que aponta González (2012), esse é o nível "micro" do currículo, o mais concreto e relevante para alcançar os objetivos educacionais e curriculares em um contexto real, por meio da interação professor-aluno, aluno-aluno e professor-professor.

À luz do exposto, Brolo (2021) considera que o planejamento de aulas deve levar em conta a revisão e a adaptação das estratégias de ensino e avaliação utilizadas no processo, os resultados esperados e o desempenho que os alunos demonstrarão como parte de sua

aprendizagem. Tudo isso implica um processo de reflexão constante e tomada de decisão coerente, baseado no desenvolvimento das atividades e seus resultados, o que pode, por vezes, impactar e gerar mudanças nas estruturas organizacionais, regulamentos e na reorganização do tempo e dos recursos necessários.

Da mesma forma, cada professor, no planejamento diário ou da sala de aula, após levar em consideração os aspectos organizacionais, filosóficos e normativos mencionados acima, deve materializar as atividades pedagógicas e as tarefas detalhadas a serem realizadas com as crianças a cada dia, acompanhadas da clarificação dos objetivos mais específicos, dos temas a serem abordados, das estratégias metodológicas, dos meios e das formas de avaliação dos processos e dos produtos alcançados pelas crianças (Guaitarrilla, 2019).

Gráfico 5. Avaliação da Infraestrutura escolar:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Na questão proposta para os entrevistados sobre a avaliação que fazem da infraestrutura da escola para o desenvolvimento do trabalho, 25% disseram ser ótima a infraestrutura, 56% disseram que é boa, 9% regular, 5% ruim e 5% consideram péssima.

Os dados obtidos na pesquisa revelam que a maioria dos respondentes avalia positivamente a infraestrutura das instituições de Educação Infantil nas quais atuam: 25% classificaram-na como ótima e 56% como boa, totalizando 81% de avaliações favoráveis. Em contrapartida, 9% consideraram-na regular, 5% ruim e 5% péssima, perfazendo 19% de avaliações negativas ou intermediárias.

Embora o percentual majoritário aponte para uma percepção satisfatória das condições físicas e materiais dos espaços educativos, a presença de quase um quinto dos respondentes com avaliações que variam entre regular e péssima não pode ser negligenciada em uma análise rigorosa, pois indica a persistência de desigualdades estruturais historicamente reconhecidas na oferta da Educação Infantil brasileira (Campos; Füllgraf; Wiggers, 2006).

A predominância de avaliações positivas, especialmente o expressivo índice de 56% classificando a infraestrutura como "boa", pode ser interpretada à luz dos avanços promovidos por políticas públicas implementadas nas últimas décadas, como o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pelo Governo Federal em 2007.

Esse programa teve como objetivo central apoiar os municípios na construção e equipagem de creches e pré-escolas, contribuindo para a melhoria das condições físicas de atendimento às crianças de zero a cinco anos (BRASIL, 2007). A elevação dos padrões de infraestrutura, ainda que parcial, reflete os efeitos cumulativos de tais investimentos sobre a percepção dos profissionais que trabalham nesses ambientes.

À luz Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, o percentual de 81% de avaliações positivas, por mais relevante que seja, não autoriza a conclusão de que todas as instituições atendem plenamente a esses requisitos, uma vez que a percepção dos respondentes pode ser influenciada pela naturalização de condições precárias decorrentes da exposição prolongada a ambientes com carências estruturais não reconhecidas como tais (Brasil, 2006)

Segundo Oliveira (2004), a aprendizagem adquirida na Educação Infantil é muito importante para o aluno, pois é a etapa em que se adquire o conhecimento inicial da educação formal. Além disso, nesse nível de ensino, a criança tem o primeiro contato com o espaço denominado "escola", que deve possuir a infraestrutura adequada para fomentar seu desenvolvimento físico e cognitivo.

De acordo com um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016), bem como com dados do Segundo Estudo Comparativo e Explicativo Regional (SERCE, 2008), pode-se afirmar que a infraestrutura das escolas têm um efeito importante no desempenho dos alunos e podem contribuir sobremaneira para diminuir o espaço de aprendizagem agregada à disparidade social.

Além disso, Silva e Pinheiro (2017) destacam que grande parte da pesquisa realizada nos últimos anos sobre qualidade e eficiência escolar, tem explorado a relação entre as condições físicas das escolas e a aprendizagem dos alunos.

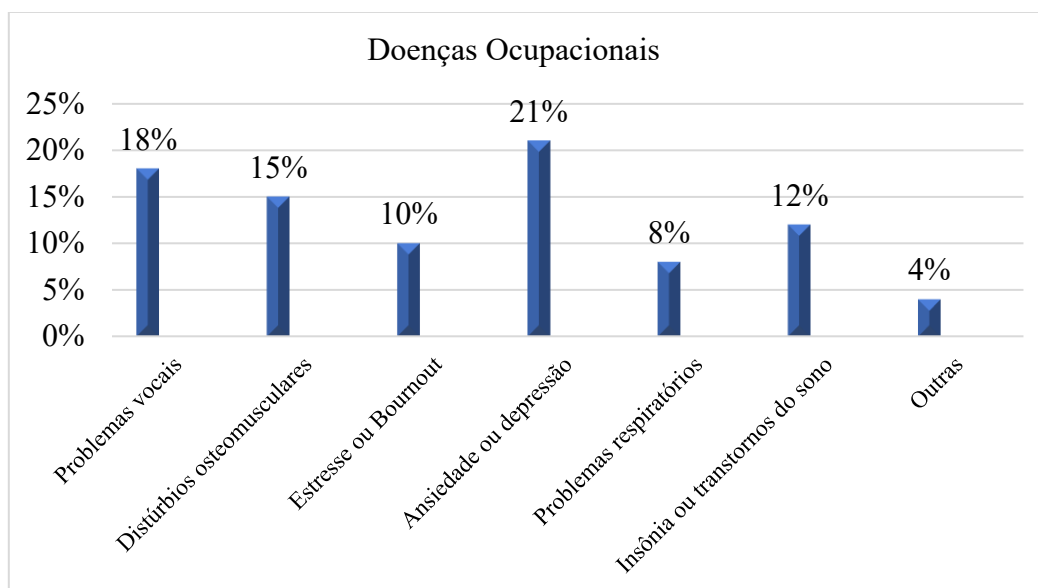
Da mesma forma, o Instituto Nacional de Avaliação Educacional (INEE, na sigla em inglês, 2018) apresentou evidências de como a infraestrutura escolar impacta o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes. No entanto, um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, segundo Duarte, Gargiulo e Moreno (2011), indica que as condições da infraestrutura educacional nos países latino-americanos e o acesso a serviços básicos como eletricidade, água, saneamento e telefone nas escolas são extremamente deficientes.

No contexto internacional, Jadille (2016) demonstra o impacto do design dos espaços educativos na aprendizagem, enquanto Campana, Velasco, Aguirre e Guerrero (2014) explicam que a infraestrutura educacional é um elemento crucial para o desempenho dos alunos, pois desempenha um papel motivacional e funcional; ou seja, fomenta uma melhor atitude em relação à aprendizagem e coopera o método de ensino.

Blincoe (2005), por sua vez, apresenta uma pesquisa sobre a idade e as condições das escolas de ensino médio do Texas e sua interferência no comportamento dos educandos. Bullock (2007), por outro lado, menciona a relação entre as condições físicas das escolas e o desempenho dos alunos do ensino fundamental no estado da Virgínia.

De forma semelhante, Boese e Shaw (2005) apontam que a condição das instalações escolares na cidade de Nova Iorque impacta a saúde e o desempenho dos alunos, defendendo, assim, escolas saudáveis para os aprendizes.

Picus, Marion, Calvo e Glenn (2005) demonstram a ligação entre o desempenho dos alunos e a qualidade das instalações educacionais. Higgins, Hall, Wall, Woolner e McCaughey (2005) referem-se às campanhas daqueles envolvidos na liderança, projeto, planejamento, alocação de recursos e gestão de escolas britânicas, enquanto Branham (2004) afirma que a qualidade da infraestrutura escolar tem um efeito significativo nas taxas de frequência e evasão escolar.

Gráfico 6. Diagnóstico de doença ocupacional:

Fonte: elaboração própria, 2025.

Com referência a doenças ocupacionais associadas ao trabalho como professor da Educação Infantil, quando entrevistados foram evidenciados os seguintes dados: 18% reportam problemas vocais, 15% distúrbio osteomusculares, 10% estresse ou bournout, 21% ansiedade ou depressão, 8% problemas respiratórios, 12 % insônia ou transtornos do sono e 4% outros tipos de enfermidade ocupacional.

De acordo com Ponce Bravo (2022), o ensino é uma das profissões mais importantes para o desenvolvimento de qualquer sociedade; os professores são aqueles que moldam e orientam as futuras gerações. Sua formação, trabalho e condições de trabalho influenciam não apenas o nível de educação oferecido, mas também a probabilidade de desenvolvimento humano de seus alunos.

No entanto, como qualquer outra pessoa, eles estão expostos a diferentes fatores de risco que podem levar a doenças relacionadas ao trabalho.

Os fatores de risco no local de trabalho foram ajustados e adaptados a partir de uma perspectiva internacional no Guia para a Identificação de Perigos e a Avaliação de Riscos em Segurança e Saúde Ocupacional (GTC-45) (2012). Este guia permite a identificação, avaliação e implementação de ações relativas a riscos biológicos, físicos, químicos, psicossociais e biomecânicos, condições de segurança e fenômenos naturais.

No caso dos professores, esses riscos são ajustados com ênfase no nível físico (relacionado a ruído, iluminação, temperaturas e outros fatores contextuais-ambientais nas

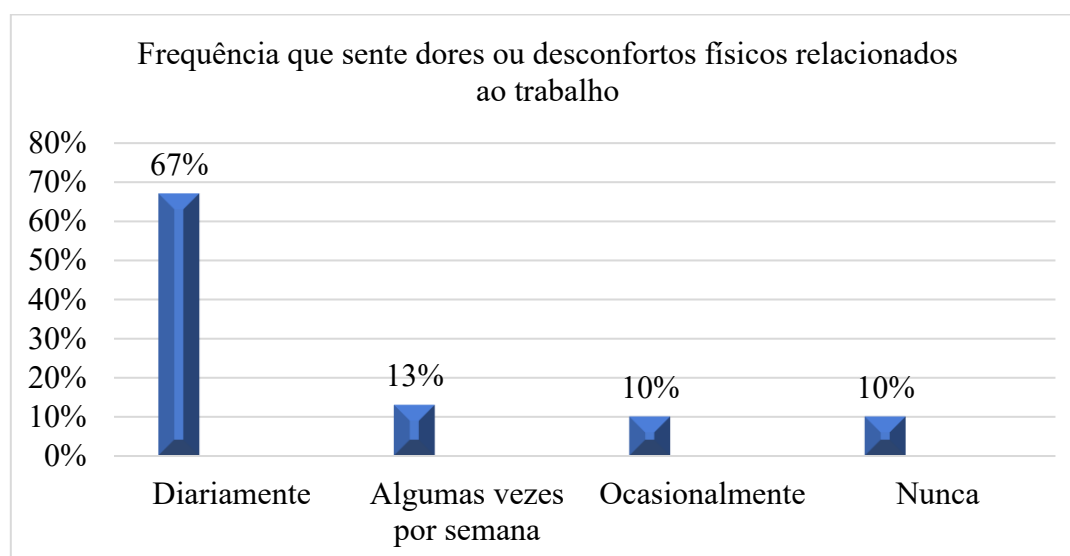
instalações escolares), no nível psicossocial (relacionado à gestão organizacional, características da escola, grupos de trabalho, condições de tarefa e horários de trabalho), no nível biomecânico (ênfase na postura, esforço, movimentos repetitivos e manuseio de cargas), bem como nas condições de segurança (relacionadas a ferramentas, locais, superfícies, acidentes, entre outros).

Conforme estudos de Erick e Smith (2011), os professores têm sido objeto de diversos estudos relacionados à origem e ao impacto das doenças em seu desempenho; este é um elemento vital para a saúde individual e pública e para os sistemas educacionais em termos de saúde e segurança ocupacional (SSO), acidentes de trabalho (AT) e doenças ocupacionais (DO), absenteísmo e evasão escolar, entre outros.

Este tema é de grande relevância atual, uma vez que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimaram para 2021, com base em dados de 2000-2016, que pelo menos 1,88 IR95% (1,84-1,92)] milhões de pessoas morrem todos os anos por causas relacionadas com o trabalho; este número levou a uma ênfase especial na prevenção dos riscos ocupacionais.

A saúde ocupacional dos professores enquanto trabalhadores segundo aponta Lozada (2005), implica uma visão ampla que abrange não só a doença, mas também a contextualização dos riscos inerentes ao ambiente escolar. Por esta razão, o objetivo do estudo foi alcançado através da identificação das principais doenças que os professores vivenciam como consequência do seu trabalho e/ou das condições laborais e sociais durante o período de 2015 a 2021.

Gráfico 7. Frequência que sente dores ou desconfortos físicos relacionados ao trabalho:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Foram entrevistados sobre a frequência que sente dores ou desconfortos físicos relacionados ao trabalho. Os dados obtidos na presente pesquisa revelam um quadro preocupante no que diz respeito à saúde física dos professores: 67% dos respondentes afirmaram sentir dores ou desconfortos físicos diariamente, 13% algumas vezes por semana, 10% ocasionalmente e apenas 10% declararam nunca ter sentido tais manifestações em decorrência do trabalho.

A predominância de queixas diárias (67%) não pode ser dissociada das condições concretas em que o trabalho docente se realiza. A permanência prolongada em postura ortostática, isto é, em pé, durante as aulas, a utilização intensa da voz, a disposição física dos mobiliários escolares frequentemente inadequados à ergonomia do professor e a sobrecarga decorrente do acúmulo de funções pedagógicas e administrativas constituem fatores de risco consolidados para o desenvolvimento de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).

Pesquisas realizadas no contexto da educação básica brasileira identificaram que dores na coluna vertebral, nos membros superiores e na região cervical figuram entre as queixas mais recorrentes entre os profissionais do magistério, sendo agravadas pela ausência de pausas regulares e pela insuficiência de infraestrutura adequada nas instituições de ensino (Delcor *et al.*, 2004).

A leitura integrada dos dados aponta, assim, para a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à promoção da saúde ocupacional no magistério, que incluam avaliações ergonômicas periódicas dos ambientes escolares, programas de qualidade de vida no trabalho, revisão das cargas horárias e garantia de condições materiais adequadas ao exercício da docência.

Conforme destaca Araújo *et al.* (2005), investir na saúde do professor não representa apenas um imperativo ético de proteção ao trabalhador, mas uma condição indispensável à qualidade da educação oferecida à população, uma vez que o adoecimento docente compromete diretamente a capacidade de ensino, o vínculo afetivo com os estudantes e a continuidade do trabalho pedagógico.

De acordo com Moreno (2021), diversas mudanças ocorreram em todo o mundo nos últimos anos, incluindo o uso de novas tecnologias, o aumento da competitividade, desastres naturais e pandemias. Todos esses fatores impactam a saúde dos trabalhadores, trazendo consigo riscos ocupacionais: físicos, ambientais e, principalmente, psicossociais.

Um estudo realizado em Coimbra, Portugal, sugere que “o estudo da relação no trabalho docente, as condições reais em que se desenvolve e as possíveis doenças mentais e

físicas dos professores constituem um desafio e uma necessidade para compreender o processo saúde-doença do trabalhador docente” (Borges, 2012, p. 14).

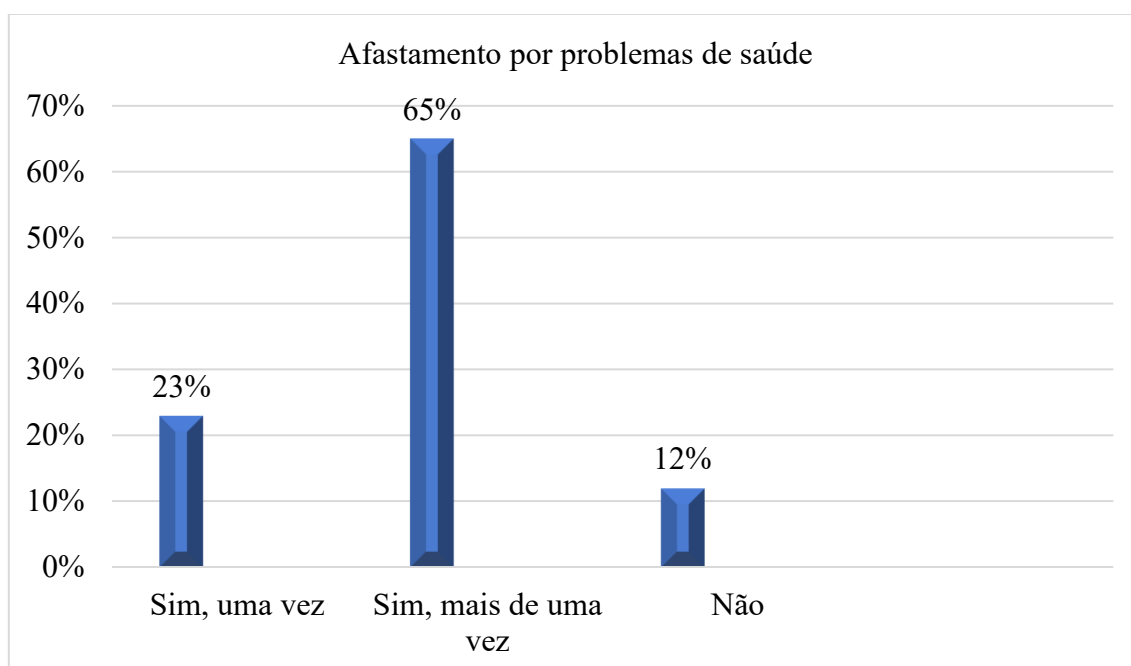
Portanto, a literatura disponível apoia a ideia de que as condições de trabalho e as mudanças educativas implementadas podem levar a um esforço adicional por parte dos professores no desempenho das suas funções, e que a realidade e as contradições que os trabalhadores enfrentam nas escolas podem ser uma fonte de exposição a fatores de risco que contribuem para o aparecimento de sintomas no grupo de profissionais em análise.

Os fatores psicossociais são fontes de estresse relacionado ao trabalho que prejudicam tanto a saúde mental quanto a física. O estresse relacionado ao trabalho afeta cada indivíduo de forma diferente; no entanto, altos níveis de estresse acarretam danos físicos, afetando o sistema imunológico, tornando a pessoa mais propensa a doenças cardiovasculares e musculoesqueléticas, além de transtornos mentais como ansiedade e depressão, e, em casos extremos, levando ao consumo de álcool, tabaco, entre outras substâncias.

Para Nogueira (2020), a frequente dores ou desconfortos físicos relacionados ao trabalho, cada situação produz comportamentos distintos em uma pessoa e pode afetar seriamente sua saúde e prejudicar seu trabalho, levando à apatia, pouca ou nenhuma participação, sentimentos de inutilidade, recusa em assumir responsabilidades, desejo de abandonar a profissão, e assim por diante. Tudo isso tem sérias repercussões não apenas para o professor, mas também para seus alunos.

Na opinião de Campos e Viegas (2021), é um dever o profissional prevenir a síndrome de burnout no ensino como consequência do estresse crônico relacionado ao trabalho, porque os profissionais têm o direito de preservar sua própria saúde como qualquer outro ser humano. No entanto, quando se trata de educação, essa obrigação é dupla, porque uma ferramenta fundamental, o relacionamento interpessoal com os alunos, depende do bem-estar do professor.

Gráfico 8. Afastamento do trabalho por problemas de saúde:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Em relação a questão que tratou sobre afastamento do trabalho pelos professores, da Educação Infantil por problemas de saúde, durante a entrevista, 23% disseram que sim, uma vez, 65% disseram que sim, mais de uma vez e 12% reportaram que não se afastaram do trabalho por problemas de saúde.

Os dados obtidos nesta pesquisa revelam um cenário preocupante no que diz respeito à saúde dos professores da Educação Infantil: 23% dos respondentes relataram ter se afastado do trabalho por problemas de saúde ao menos uma vez, 65% declararam ter se afastado mais de uma vez e apenas 12% afirmaram nunca ter se afastado em decorrência de enfermidades. Esses números evidenciam que a grande maioria dos docentes pesquisados, 88% do total, experienciou algum episódio de afastamento relacionado à saúde ao longo de sua trajetória profissional, configurando uma prevalência expressiva que demanda análise aprofundada.

Tal panorama vai ao encontro das tendências identificadas na literatura nacional sobre saúde docente, que aponta o professorado como uma categoria profissional particularmente vulnerável ao adoecimento ocupacional (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

O dado mais expressivo do conjunto, os 65% que relataram afastamento recorrente, isto é, mais de uma vez, merece atenção analítica especial, pois a reincidência no afastamento

é um indicador de que as condições geradoras do adoecimento não foram eliminadas nem adequadamente tratadas. Quando um trabalhador se afasta repetidamente, há evidências de que o retorno ao posto de trabalho ocorre sem que os fatores de risco tenham sido modificados, o que caracteriza o chamado presenteísmo crônico precedido por ciclos de absenteísmo (Silva; Marchi, 1997).

No contexto da docência, Gasparini, Barreto e Assunção (2005) já demonstraram que as condições objetivas do trabalho, superlotação de salas, ausência de apoio pedagógico, exigências emocionais intensas e precariedade das instalações físicas, figuram entre os principais determinantes do adoecimento repetido e do retorno precoce e problemático ao trabalho. Assim, os 65% de afastamentos múltiplos encontrados nesta pesquisa sugerem não apenas um problema individual de saúde, mas uma disfunção estrutural das condições laborais às quais esses professores estão submetidos.

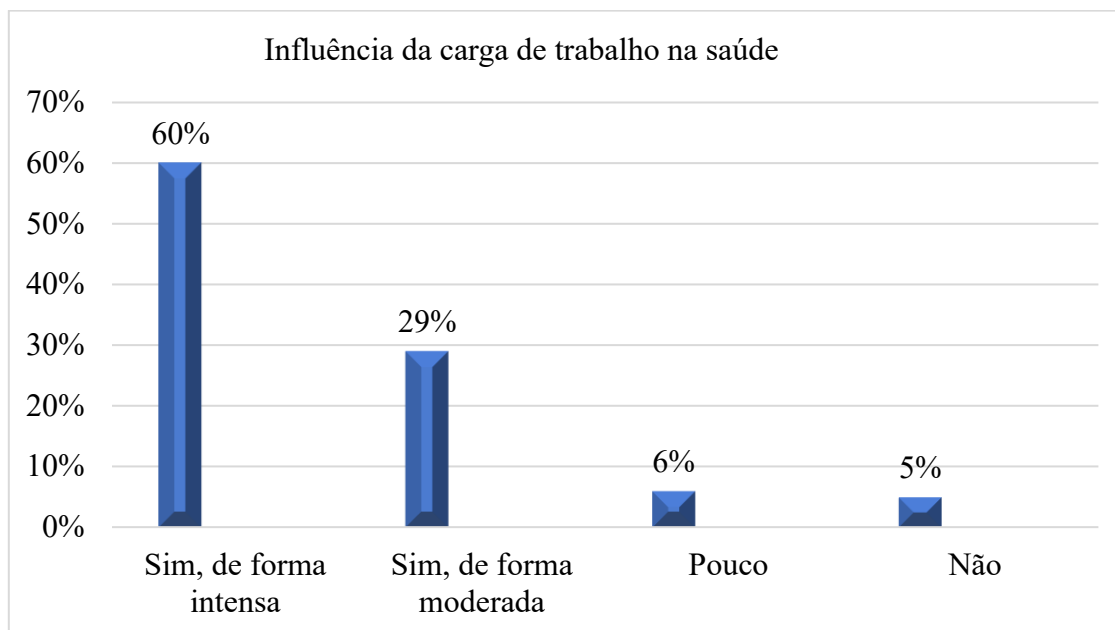
Por sua vez, os 12% que afirmaram não ter se afastado por motivos de saúde constituem uma minoria relevante do ponto de vista analítico. Ainda que esse percentual possa indicar, em alguns casos, maior resistência ou condições de saúde mais favoráveis, a literatura especializada alerta para o fenômeno do presenteísmo, situação em que o trabalhador comparece ao trabalho mesmo estando doente, comprometendo sua produtividade e agravando seu estado de saúde (Martinez; Ferreira; Sousa, 2007).

Martinez, Ferreira e Sousa (2007) sublinham que a cultura organizacional e as relações de poder no ambiente de trabalho influenciam diretamente a decisão do trabalhador de se afastar ou não, independentemente de seu estado clínico objetivo.

O perfil coletivo desenhado pelos dados, com apenas 12% sem nenhum afastamento e 88% com pelo menos um episódio, adquire ainda maior significado quando contextualizado nas especificidades da Educação Infantil. Essa etapa educativa impõe aos professores demandas físicas e emocionais singulares: o trabalho com crianças de zero a cinco anos exige cuidados corporais diretos, postura inadequada por períodos prolongados, uso intenso e contínuo da voz, além de elevada exigência afetiva e de atenção (Goulart Junior; Lipp, 2008).

Goulart Junior e Lipp (2008) verificaram que professores de crianças pequenas apresentam índices de estresse superiores aos de docentes de outras etapas de ensino, relacionando esse fenômeno à natureza multifacetada e pouco reconhecida do trabalho na Educação Infantil, que articula funções educativas e assistenciais sem a devida valorização social e remuneratória. Essa sobrecarga específica ajuda a explicar a alta prevalência de afastamentos encontrada na presente pesquisa.

Gráfico 9. Acredita que sua carga de trabalho influencia sua saúde:



Fonte: elaboração própria, 2025.

A respeito da entrevista com os docentes, se acreditam que sua carga de trabalho influencia sua saúde, 60% afirmaram enfaticamente que sim, de forma intensa. As instituições de ensino devem defender melhores condições para os professores de trabalho, pois é o desafio fundamental para alcançar uma educação de qualidade. Essas condições dependem não apenas dos próprios professores, mas de toda a comunidade educativa, bem como do esforço e reconhecimento da sociedade como um todo.

O burnout, em especial, é amplamente reconhecido como consequência da exposição crônica a condições de trabalho estressantes, nas quais a demanda supera consistentemente os recursos disponíveis ao trabalhador (Maslach; Leiter, 1997). A convergência entre os dados empíricos desta pesquisa e a literatura especializada, sugere que a carga de trabalho não é apenas um fator de influência sobre o desempenho, mas um determinante crítico da saúde e da sustentabilidade da carreira docente.

Os 29% que classificou a influência da carga de trabalho como moderada merecem atenção analítica específica, pois essa posição intermediária pode revelar tanto situações objetivamente menos adversas quanto estratégias individuais de adaptação e resistência desenvolvidas ao longo da trajetória profissional. Estudos sobre resiliência e bem-estar docente indicam que fatores como o tempo de experiência, o suporte institucional, o senso de autoeficácia e as condições de trabalho coletivo podem moderar o impacto da carga laboral sobre o docente (Lapo; Bueno, 2003).

Nesse sentido, a percepção de influência moderada pode não significar ausência de sobrecarga, mas sim a presença de mecanismos de enfrentamento que atenuam seus efeitos percebidos. Por outro lado, é necessário considerar que a normalização de condições precárias de trabalho, fenômeno descrito pela literatura como "naturalização do sofrimento", pode levar docentes a relativizar cargas de trabalho objetivamente excessivas, incorporando-as como parte inevitável da profissão (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005). Assim, esse percentual de 29% deve ser interpretado com cautela, sem que se conclua apressadamente pela inexistência de sobrecarga entre esses respondentes.

Professores sobrecarregados tendem a dispor de menos tempo para o planejamento de aulas, para a elaboração de estratégias didáticas diversificadas, para o feedback individualizado aos estudantes e para a formação continuada (Tardif; Lessard, 2005).

Essa redução nos investimentos qualitativos da prática pedagógica, imposta pela sobrecarga, configura um ciclo de retroalimentação negativa que afeta tanto o docente quanto os educandos. No Brasil, onde as condições de trabalho já são estruturalmente desafiantes para grande parte dos professores da educação básica, o impacto da carga excessiva sobre o desempenho profissional assume contornos ainda mais graves, pois se acumula sobre outras carências sistêmicas do sistema educacional (Gatti; Barreto, 2009).

O conceito de carga de trabalho tem sido definido de diversas maneiras por diferentes autores. Por exemplo, CROEM (2022) (citado em Merino *et al.*, 2022) postula que a carga de trabalho pode ser identificada como a combinação de diferentes tópicos, incluindo aspectos psicoemocionais, que um professor vivencia durante seu dia de trabalho. Isso tem um impacto direto na carga de trabalho física, que é o conjunto de demandas físicas impostas ao professor, bem como na carga de trabalho mental, que é o nível de atividade intelectual exigido para as tarefas diárias no ambiente de trabalho.

No caso de Calderón *et al.* (2018), refere-se à "interação entre o nível de exigência da tarefa e o grau de mobilização das capacidades do indivíduo para realizar seu trabalho". De acordo com Rodríguez e Huapaya (2021), essa carga de trabalho pode levar a uma sobrecarga que esgota a maior parte da energia do indivíduo, sendo difícil recuperá-la.

Por sua vez, Veloz (2022) descreve a carga de trabalho como um conjunto de demandas, tanto físicas quanto psicológicas, que surgem durante a jornada de trabalho de um trabalhador. Não se refere apenas ao esforço produzido por atividades físicas ou manuais; também foi demonstrado que a fadiga emocional ou intelectual pode reduzir significativamente a qualidade da tarefa e, portanto, o desempenho no trabalho.

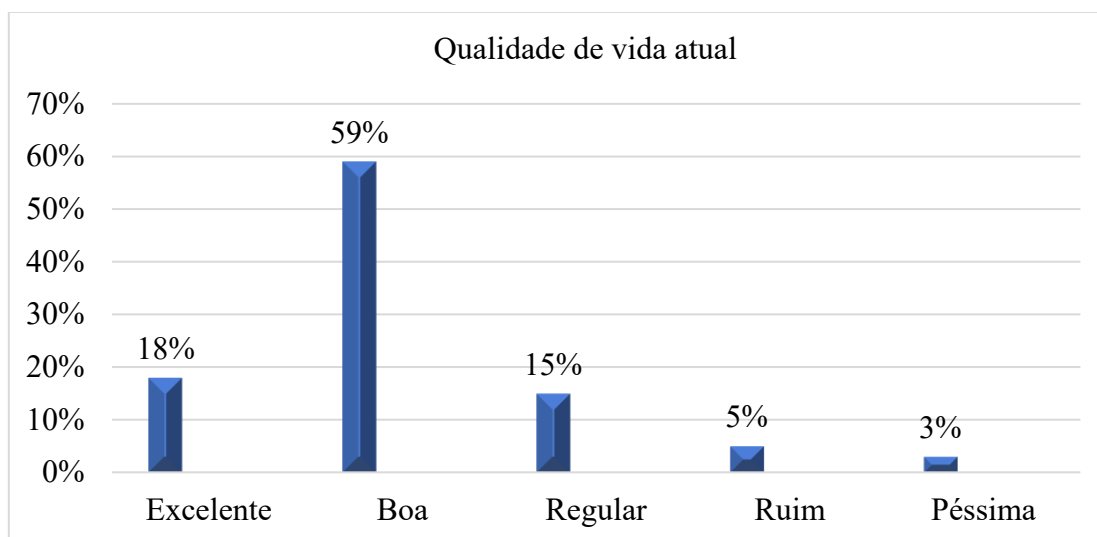
De acordo com García e Hoyo (2002), o equilíbrio entre as horas de trabalho e as horas de descanso é de vital importância, uma vez que jornadas de trabalho mais longas levam a um menor desempenho no trabalho; daí a crescente importância da gestão de talentos humanos para uma organização eficiente. Assim, "a carga de trabalho é considerada o número de horas legalmente estabelecido em todo o mundo, variando em certos detalhes de acordo com a legislação de cada país, mas que concorda como o conjunto de atividades humanas, remuneradas ou não remuneradas" (Veloz, 2022).

Portanto, é essencial estabelecer um equilíbrio entre a jornada de trabalho e o descanso para promover um ambiente de trabalho saudável e prevenir a síndrome de burnout. Uma maneira de contribuir para esse objetivo é implementar uma gestão eficiente de recursos humanos e cumprir as leis trabalhistas para promover o bem-estar e o aumento da produtividade dos trabalhadores.

Em relação aos tipos de carga de trabalho, distinguem-se três: carga de trabalho mental, carga de trabalho física e carga de trabalho emocional: A carga de trabalho mental refere-se a um conjunto de demandas intelectuais, cognitivas e mentais que um trabalhador deve atender durante sua jornada de trabalho; é o nível de esforço cognitivo necessário para realizar a tarefa. Alguns de seus componentes são: quantidade de informações recebidas, complexidade da resposta, ambiente de trabalho inadequado, salário, entre outros, esse tipo de carga de trabalho está relacionado ao custo cognitivo para o trabalhador ao executar a tarefa atribuída (García e Hoyo, 2002).

A carga de trabalho física refere-se às demandas físicas que um trabalhador enfrenta durante sua jornada de trabalho, principalmente relacionadas à atividade muscular. Essa carga de trabalho inclui esforço físico, manutenção de postura adequada e manuseio manual de cargas (Del Prado, 2014).

A carga de trabalho emocional é bastante comum em trabalhos de atendimento ao cliente com contato direto. Para manter a fidelidade e a atenção do cliente, o trabalhador deve gerar impressões emocionais apropriadas, o que pode exigir a expressão de emoções que não são naturais para ele. Portanto, esse tipo de trabalho envolve não apenas demandas físicas e mentais, mas também a expressão de emoções em interações presenciais e virtuais (Alarcón *et al.*, 2021).

Gráfico 10. Avaliação da qualidade de vida atualmente:

Fonte: elaboração própria, 2025.

Em relação ao questionamento sobre a avaliação da qualidade de vida atualmente, envolvendo o trabalho, 59% disseram que é boa. Portanto, é essencial compreender que os professores, enquanto funcionários, devem pertencer a uma organização que preocupa com sua qualidade de vida.

A escola na opinião de Silva e Torres (2018), deve ser responsável por prover e assegurar as condições da qualidade de vida aos docentes, de modo a garantir que tenham as condições de saúde necessárias. Assim, preparar o ambiente de trabalho para uma educação de qualidade, assumir uma responsabilidade para a prevenção de problemas de saúde física e mental.

Em relação ao exposto, cabe ressaltar que, segundo Cruz *et al.* (2020), que a escola deve buscar mudança como um fator significativo entre as fontes comuns de estresse docente. Isso ocorre porque o fluxo de trabalho constante de inovações, muitas vezes sem que a maioria dos professores consiga fazer nada a respeito, não é a única causa de estresse. Consequentemente, muitas das pressões exercidas por essas transformações, associadas ao aumento das demandas de tempo (mudanças curriculares), exigem que os professores assimilem os desenvolvimentos propostos, examinem suas práticas atuais e as modifiquem em função das novas demandas. Além disso, espera-se que eles avaliem o sucesso dessas inovações, verificando a sua qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Consequentemente, Jennings e Greenberg (2013) discorre que os professores não estão sozinhos; seu trabalho não é feito em isolamento. Eles pertencem a uma organização

onde a comunicação, o diálogo, a participação, a colaboração e a consideração são fundamentais para o seu bem-estar, consequentemente para a sua qualidade de vida.

No exercício da sua profissão, Lopes e Silva (2018) apontam que os professores estabelecem relações e trabalham com pessoas. Os professores devem ser eles mesmos, estar claramente conscientes das atitudes que adotam e aceitar os seus próprios sentimentos. Desta forma, tornam-se autênticos, tanto para si mesmos como nas suas relações; alguém que pode sentir raiva, mas também ser sensível ou compassivo, porque aceita os seus sentimentos como seus e não precisa impô-los nem tentar fazer com que os outros se sintam da mesma maneira.

Além disso, Bhende *et al.* (2020) mencionam que os professores são frequentemente obrigados a envolver-se durante muitas horas nos problemas e preocupações dos seus alunos. Esta interação ocorre num ambiente específico. A escola, com as suas peculiaridades e complexidades, pode gerar sentimentos e reações contraditórias e frustrantes.

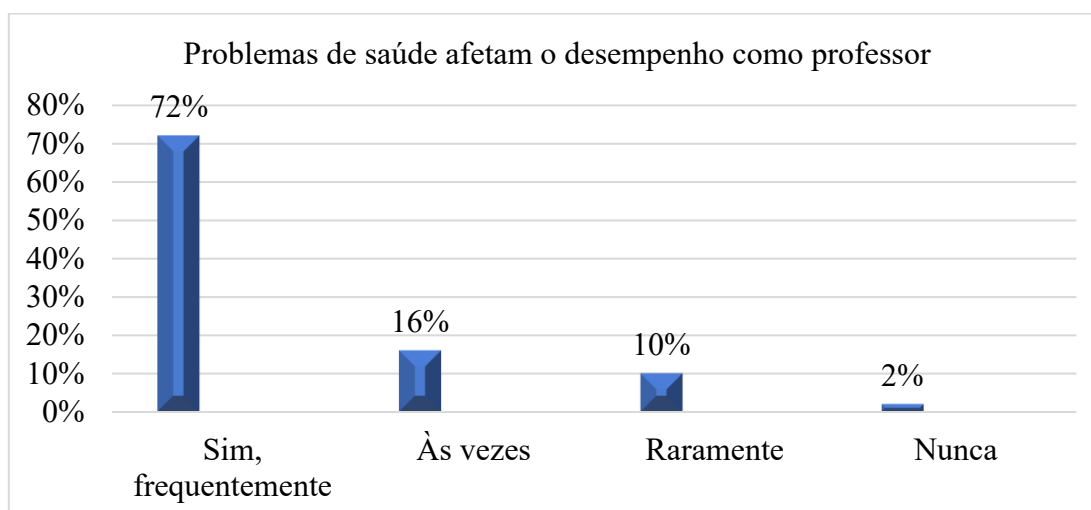
O papel do professor é educar como assegura Brolo (2021). No entanto, para que essa tarefa seja realizada com sucesso, vários requisitos devem ser atendidos. Alguns dizem respeito ao modelo educacional ou currículo, outros à metodologia de ensino e outros ainda ao conhecimento do aluno. Mas, sem dúvida, a eficácia do processo educativo também depende do professor, de suas características pessoais e de sua saúde mental, especialmente considerando sua influência crucial na adaptação, no desenvolvimento e no aprimoramento de seus alunos, daí a importância de proporcionar um ambiente de qualidade.

Pode-se acrescentar conforme Machado, Pereira e Freitas (2022), que o que se espera dos professores é um comprometimento pessoal. Afeto, abertura, imparcialidade, capacidade de escuta e paciência são essenciais para essa tarefa. Além disso, é necessário um comprometimento profissional para dinamizar o processo, adaptando-se às mudanças que muitas vezes podem desestabilizar os professores, levando à resistência à mudança e, consequentemente, à exaustão profissional.

Esse tipo de demanda, quando não acompanhado de suporte institucional adequado, pode levar ao esgotamento emocional e à deterioração da qualidade de vida. A relação entre o trabalho emocional e o bem-estar de professores da Educação Infantil tem sido documentada em estudos brasileiros, que evidenciam a vulnerabilidade específica desses profissionais ao estresse ocupacional e ao sofrimento psíquico (Vieira; Lima; Oliveira, 2020).

Em síntese, os dados analisados revelam um quadro heterogêneo sobre a qualidade de vida dos professores da Educação Infantil. A maioria favorável (77%) convive com uma minoria significativa em situação de vulnerabilidade (23%), o que impõe reflexões sobre as condições estruturais, emocionais e relacionais do trabalho nessa etapa educativa. A literatura consultada permite afirmar que a qualidade de vida docente é resultado de múltiplas determinações, individuais, institucionais e macroestruturais, e que a sua promoção requer políticas públicas integradas, investimento em infraestrutura, valorização salarial, formação continuada e suporte psicossocial aos professores. Ignorar os sinais de deterioração presentes nos dados seria negligenciar um problema de saúde pública com impacto direto sobre a qualidade da Educação Infantil ofertada às crianças brasileiras (BRASIL, 2009; Gatti; Barreto, 2009).

Gráfico 11. Problemas de saúde afetam seu desempenho como professor:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Ao serem perguntados se os problemas de saúde afetam seu desempenho como professor 72% disseram que sim, frequentemente; 16% às vezes, 10% raramente e 2% disseram que nunca.

O bem-estar físico dos professores desempenha um papel crucial no seu desempenho profissional e na qualidade da educação que proporcionam aos seus alunos. De acordo com Peñaherrera *et al.* (2015, p. 166), "a qualidade de vida no trabalho tornou-se um fator determinante na avaliação da produtividade e da qualidade do serviço dos funcionários no seu local de trabalho". Portanto, o bem-estar físico dos professores é um fator fundamental para garantir um elevado desempenho profissional e uma educação de qualidade nas escolas. Em consonância com o exposto, o contexto educativo deve contar

com professores verdadeiramente comprometidos com as suas funções, de forma a contribuir para o avanço da qualidade do ensino, o que só se concretiza quando o seu bem-estar é assegurado.

Assim, um professor fisicamente saudável é um modelo para os alunos, constituindo uma fonte de inspiração para a promoção de hábitos de vida saudáveis num ambiente de aprendizagem positivo. Nesse sentido, os alunos necessitam do apoio de um professor que não só partilhe conhecimento, mas que também seja empático, proporcionando uma educação integral alicerçada no bem comum, segundo apontam Álvarez *et al.* (2011).

Para Estrada, Paredes e Quispe (2021), a saúde dos professores constitui tema de crescente relevância no campo das ciências da educação e da saúde do trabalhador, especialmente no contexto brasileiro, marcado por condições de trabalho frequentemente adversas, sobrecarga de tarefas, baixa remuneração e ausência de políticas institucionais eficazes de promoção da saúde ocupacional.

Os dados analisados nesta seção foram coletados junto a docentes e revelam um panorama preocupante: 72% dos respondentes afirmaram que os problemas de saúde afetam frequentemente seu desempenho como professor; 16% indicaram que isso ocorre às vezes; 10% disseram que isso acontece raramente; e apenas 2% declararam que os problemas de saúde nunca afetam seu trabalho. Esses percentuais, interpretados à luz da literatura científica, apontam para uma relação estrutural entre adoecimento e precarização do exercício docente, que transcende a dimensão individual e se inscreve em determinantes organizacionais, sociais e políticos do trabalho em educação.

Pesquisa realizada por Gasparini, Barreto e Assunção (2005) com professores da rede municipal de Belo Horizonte identificou que os docentes apresentavam taxas de afastamento por transtornos mentais e doenças do aparelho respiratório significativamente superiores às de outros servidores públicos, evidenciando o caráter ocupacional do adoecimento nessa categoria profissional. O percentual de 72% encontrado na presente pesquisa corrobora esse cenário e sugere que, para a maioria dos professores investigados, o adoecimento não é episódico, mas uma condição recorrente que compromete cotidianamente a qualidade do trabalho pedagógico (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

A alta frequência com que os problemas de saúde interferem no desempenho dos professores para Lopes e Silva (2018) remete, necessariamente, ao conceito de presenteísmo, definido como a presença física no trabalho acompanhada de redução significativa da produtividade em razão de condições de saúde não tratadas ou inadequadamente gerenciadas.

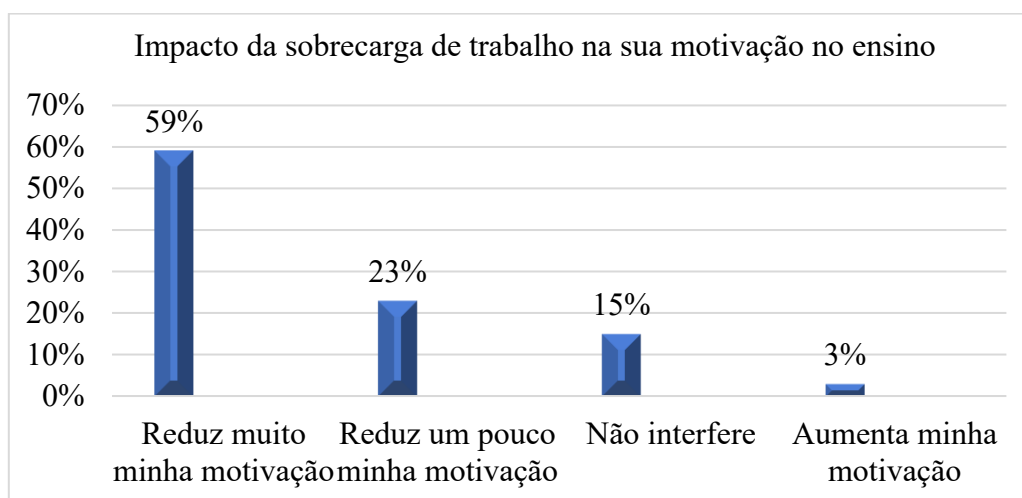
Ao declarar que os problemas de saúde afetam frequentemente seu desempenho, Mello e Da Silva (2019) apontam que o professor indica que permanece em sala de aula mesmo sem as condições físicas ou psíquicas plenas para o exercício da docência fenômeno que, no campo da saúde do trabalhador, tem sido associado a prejuízos tanto para o próprio profissional quanto para os alunos.

Fernandes e Rocha (2009) argumentam que a saúde docente deve ser tratada como questão de política pública, envolvendo ações de vigilância epidemiológica, melhoria das condições físicas das escolas, redução da sobrecarga de trabalho, acesso a programas de saúde ocupacional e valorização profissional.

No âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) têm recomendado que os sistemas educacionais nacionais adotem políticas específicas de proteção à saúde dos professores, reconhecendo que o bem-estar docente é condição indispensável para a qualidade da educação (Fernandes; Rocha, 2009; OIT/UNESCO, 1984).

Nesse contexto, Herrera *et al.* (2023) discutem a necessidade de professores formados não apenas em valores, mas também com as habilidades para orientar seus alunos na conquista de transformações pessoais que sejam benéficas para o ambiente ao seu redor. É sabido que cada país uniu forças para gerar estratégias voltadas para a melhoria do processo educacional e, para isso, levou em consideração as opiniões dos funcionários de cada instituição. De acordo com Tovar (2001, p. 3), “o professor, a escola e a comunidade, expressos em um movimento de gestão e participação social, são os fundamentos do desenvolvimento comunitário.”

Gráfico 12. Impacto da sobrecarga de trabalho na motivação no ensino:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Ao serem questionados sobre o impacto da sobrecarga de trabalho na motivação no ensino 59% dos professores responderam que reduz muito a sua motivação; 23% disseram que reduz um pouco a sua motivação, 15% não interfere e 3% aumentam a sua motivação.

A motivação pode ser crucial para promover um senso de eficácia e bem-estar entre os indivíduos dentro de uma organização. Assim, professores que se percebem como tendo baixa autoeficácia evitam certas tarefas, se esforçam menos e têm um desempenho inferior, enquanto aqueles que se sentem eficazes como profissionais participam ativamente de seu trabalho e aprimoram seu treinamento e desenvolvimento individual e social (Sureda, 2002).

De acordo com Maslow (2001, p. 8-9), "a motivação é constante, infinita, flutuante e complexa, e é uma característica quase universal de praticamente qualquer situação do organismo". Portanto, é muito importante motivar os professores, proporcionar-lhes oportunidades de desenvolvimento profissional e apoiá-los diariamente; criar um ambiente harmonioso e comprometido entre todos os membros da instituição promoverá a integração, aumentará seu senso de pertencimento e os incentivará a permanecer na instituição por mais tempo.

Uma das primeiras concepções de motivação que os psicólogos conseguiram identificar foi a do uso dos instintos, conforme expresso Feldman (2015, p. 346) define motivação como "padrões inatos de comportamento que são biologicamente determinados, e não aprendidos".

Portanto, é importante analisar a motivação, considerando sua importância e o impacto que ela tem no processo de ensino e aprendizagem do aluno, e o que acontece com o professor que transmite o conteúdo curricular para que a criança possa atingir esse objetivo com entusiasmo. Quanta motivação o professor possui ou desenvolve para alcançar uma transmissão eficaz? As abordagens cognitivas, por exemplo, afirmam que a motivação "é uma busca ativa por significado, propósito e satisfação no que se faz" (Diaz Barriga e Hernandez, 2010), explicando que os indivíduos são guiados pelos objetivos que estabelecem para si mesmos.

Por outro lado, Escaño e Gil (2008, p. 27) afirmam o seguinte:

[...] Motivação e esforço estão intimamente relacionados. A motivação leva ao esforço, e o esforço eficaz alcança bons resultados, que, por sua vez, alimentam a motivação. É por isso que devemos considerar esses aspectos ao realizar o trabalho escolar, pois um influencia significativamente o outro (Escaño e Gil 2008, p. 27).

Uma definição de feedback mencionada por Herzberg, Hackman e Oldham (2009, p. 80) é "o grau em que a atividade laboral exigida pelo cargo fornece ao indivíduo

informações claras e diretas sobre a eficácia de seu desempenho". O feedback pode ser um grande motivador porque os professores recebem feedback que lhes permite verificar se estão atendendo a determinadas expectativas e manter esse nível de desempenho, ou se esforçar mais para melhorar e, assim, alcançar a motivação necessária para aprimorar a qualidade da educação.

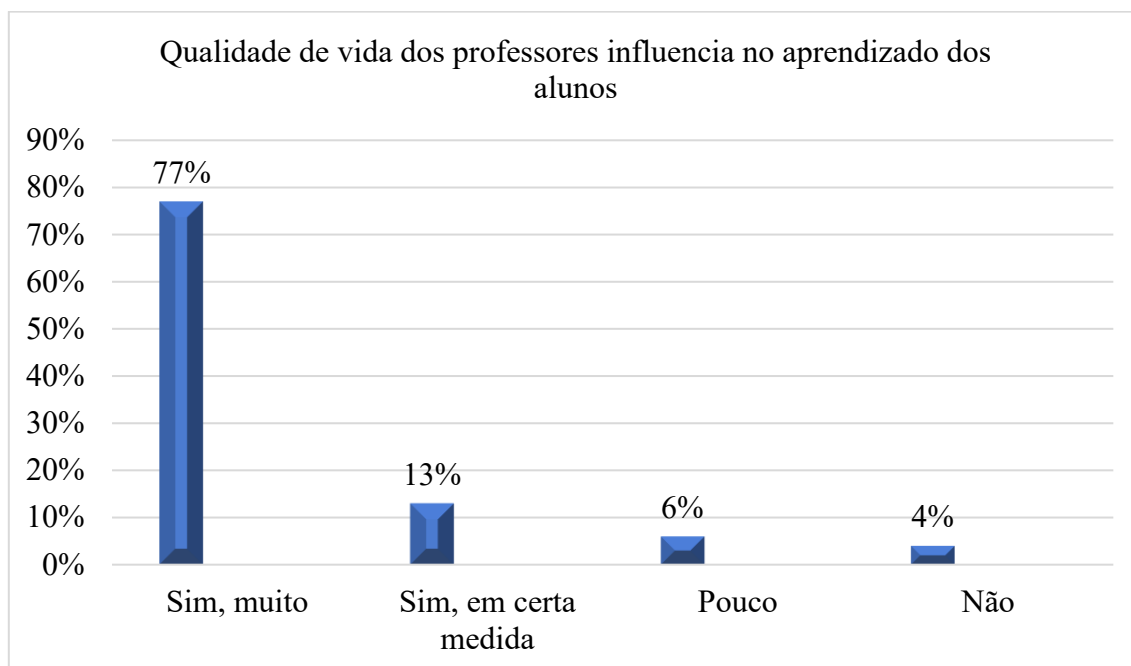
A palavra motivação, em termos de sua definição, Feldman (2015) esclarece que pode ser considerada derivada das palavras latinas "motus", que significa movido, e "motio", que significa movimento. Portanto, motivação é um estado interno do ser humano que, de alguma forma, direciona, ativa e mantém o comportamento do indivíduo para alcançar determinados objetivos e atingir metas. É o que impulsiona uma pessoa a realizar diversas ações, a ser consistente e perseverante em sua conclusão. A motivação é um constructo hipotético, deduzido das diversas manifestações do comportamento.

Para Feldman (2015), a motivação tem gerado grande interesse não apenas entre pesquisadores, mas também entre diversos autores que se dedicaram a descobrir os motivos que geram diferentes comportamentos e a identificar os principais fatores que incentivam os seres humanos a se esforçarem para alcançar objetivos estabelecidos. A primeira abordagem ao conceito de motivação surgiu da pesquisa de diversos psicólogos que conseguiram identificar o uso dos instintos. Algumas dessas definições podem ser descritas como "padrões inatos de comportamento que são biologicamente determinados, e não aprendidos" (Feldman, 2015, p. 346).

Por outro lado, Solana (1993, p. 75) considera a "motivação como uma combinação de fatores intelectuais, fisiológicos e psicológicos que determinam, em uma dada situação, com que vigor se age e em que direção se canaliza a energia".

Nas palavras de Quispe (2008, p. 38), existem diversos fatores "que incluem elementos fundamentalmente relacionados ao trabalho, como realização, reconhecimento, trabalho estimulante, responsabilidade e progresso; esses são fatores motivacionais porque estimulam o bom desempenho". Isso implica que, para que os professores implementem corretamente as diversas metodologias que, por sua vez, contribuem e fomentam a motivação, é necessário que o ambiente educativo em que estão inseridos seja também estimulante, uma vez que isso permitirá ao profissional desenvolver suas competências de forma mais segura, aumentando sua confiança para se desafiar e aprimorar seu perfil pedagógico a cada dia.

Gráfico 13. Qualidade de vida dos professores influencia diretamente no aprendizado dos alunos:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Ao serem perguntados se a qualidade de vida como professores influencia diretamente no aprendizado dos alunos 77% disseram sim, muito; 13% sim, em certa medida; 6% pouco e 4% não. Os dados obtidos junto aos docentes participantes desta pesquisa revelam uma percepção amplamente favorável à hipótese de que a qualidade de vida do professor exerce influência sobre o processo de aprendizagem dos alunos.

A maioria expressiva dos respondentes, 77%, afirmou que essa influência existe de forma intensa ("sim, muito"), ao passo que 13% reconheceram sua presença em grau moderado ("sim, em certa medida"). Somados, esses dois grupos representam 90% dos entrevistados, o que sugere que, no entendimento predominante dos próprios docentes, o bem-estar profissional e pessoal não é dissociável da prática pedagógica.

Dessa maneira, conforme discorre Güell (2014), embora o bem-estar seja importante, alguns dos participantes consultados indicaram que essas são apenas algumas das muitas ações necessárias para abordar o bem-estar dos professores e que, além da gestão desses espaços, programas mais abrangentes que levem em consideração outros aspectos devem ser considerados. Portanto, o desafio reside em integrar esses outros aspectos do bem-estar docente às iniciativas existentes.

A importância de compreender o bem-estar docente por meio de diferentes variáveis reside na compreensão de quais áreas precisam ser fortalecidas para manter níveis adequados

de bem-estar, o que, por sua vez, impactará aspectos relacionados à qualidade da educação (Bruns e Luque, 2014).

Nesse sentido, a compreensão do bem-estar docente sob a perspectiva das condições e benefícios de trabalho começa com a discussão sobre se há remuneração adequada e compatível com o trabalho realizado; o reconhecimento de direitos como férias remuneradas e outros benefícios trabalhistas; a segurança no emprego na profissão e no setor em que atuam; as oportunidades de ascensão profissional; a seguridade social, considerando seu impacto na saúde e no sistema previdenciário; e a carga de trabalho, com base no número de alunos atribuídos a um professor e no tempo que ele deve dedicar ao seu trabalho.

Por outro lado, sob a perspectiva da formação docente, o bem-estar docente é entendido como a profissionalização dos professores, seus níveis de escolaridade alcançados e seu acesso a programas e processos de formação que lhes permitam aprimorar suas qualificações e, conseqüentemente, influenciar a qualidade da educação (Bruns e Luque, 2014). Se a qualidade educacional for analisada sob a perspectiva do desempenho dos alunos em testes padronizados, o papel do professor é considerado fundamental para alcançá-la.

Assim, uma forma de se obter melhor qualidade educacional é por meio da formação docente, com foco em um sistema de profissionalização e desenvolvimento (Martínez, Guevara e Valles, 2016), visto que a educação de qualidade é aquela que garante não apenas o conhecimento, mas também as capacidades, habilidades e competências que permitem aos indivíduos enfrentar as diversas facetas da vida (OCDE, 2001).

De uma perspectiva socioemocional, as variáveis consideradas relacionam-se à satisfação no trabalho, na medida em que as características do trabalho realizado se alinham às expectativas do indivíduo; ao ambiente de trabalho; e à motivação, dependendo da ocorrência de situações estressantes (IDEP, 2014). Um aspecto importante a ser considerado é que algumas pesquisas têm demonstrado que a inteligência emocional e os fatores de personalidade são centrais para o conjunto de competências necessárias ao sucesso profissional.

De acordo com Pertegal, Castejón e Martínez (2011), é importante mencionar que, no âmbito dos grupos focais e entrevistas realizados, algumas das variáveis identificadas estão associadas às condições de trabalho, salário, segurança no emprego, carga horária, saúde, reconhecimento da prática docente, dignidade profissional, formação como direito, reconhecimento como ser humano, segurança no exercício das funções docentes, tempo livre, participação democrática no desenvolvimento de políticas educacionais e direitos humanos. Além disso, a tranquilidade, o desenvolvimento profissional e pessoal, a gestão de

conflitos e a disponibilidade de ferramentas e recursos para o exercício das funções docentes, são destacados como aspectos a serem considerados ao se discutir o bem-estar docente.

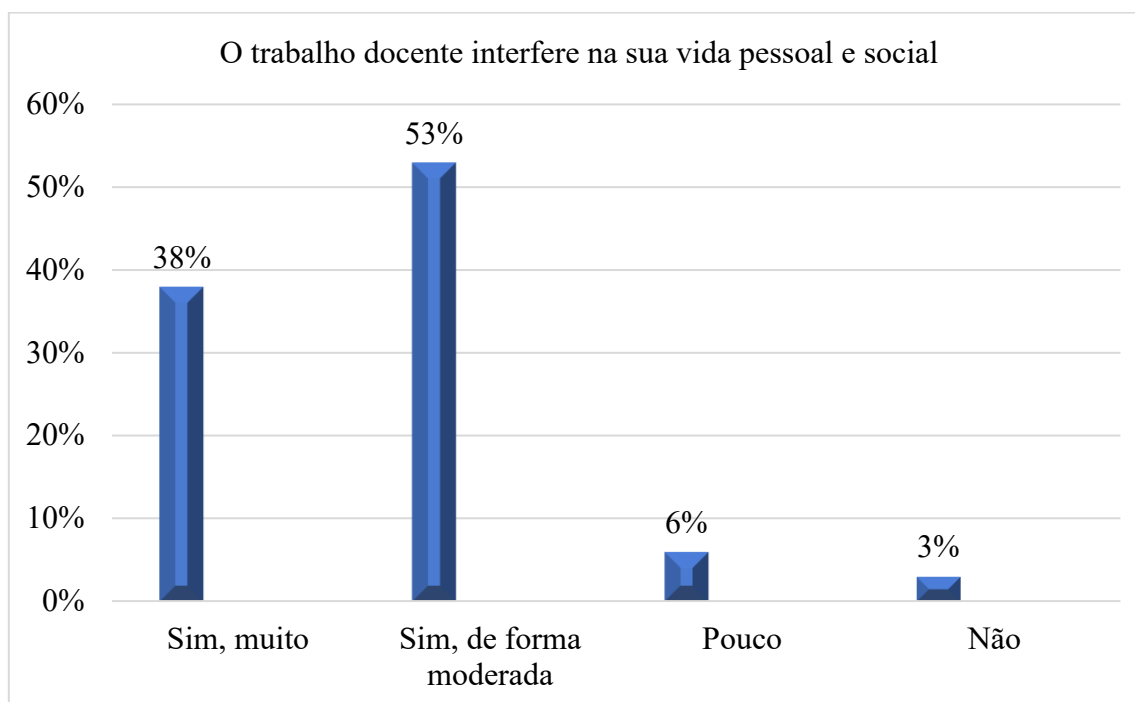
Contudo, segundo Dessen e Paz (2010), embora as variáveis identificadas pelos diversos atores estejam relacionadas ao bem-estar docente em certa medida, algumas se destacam mais à luz do que já foi identificado na literatura, como as questões associadas a salário, carga horária e segurança no emprego, em relação aos fatores trabalhistas e de benefícios que afetam o bem-estar docente. Da mesma forma, na perspectiva do desenvolvimento profissional, esse aspecto se destaca como um direito em si mesmo para os professores.

Por sua vez, na dimensão socioemocional, é importante destacar aspectos como a gestão de conflitos em questões de bem-estar docente. As condições de trabalho dos professores são cruciais no âmbito do bem-estar docente e da qualidade da educação, pois proporcionam condições favoráveis ao exercício da profissão, além de atrair e reter professores mais qualificados.

Uma das variáveis que explicam o bem-estar docente é a remuneração, que pode ser afetada por diversos fatores, incluindo nível de escolaridade, nível de qualificação e nível de experiência (OCDE, 2020b). Em relação à formação acadêmica dos professores, a OCDE observa que em países como Colômbia, Reino Unido, Grécia, Polônia, Portugal, Escócia e Turquia, os professores recebem o mesmo salário independentemente de suas qualificações.

Outro aspecto igualmente importante está relacionado às qualificações docentes, definidas como o conjunto de requisitos mínimos para lecionar em um determinado nível de ensino dentro do sistema formal de educação. Essas qualificações dependem de um tipo específico de formação docente com duração definida. Assim, a OCDE (2020b) destaca que, em 15 países com dados disponíveis, incluindo a Colômbia, os salários dos professores com as qualificações mais elevadas são pelo menos 10% superiores aos dos professores com qualificações mínimas. Considerando a variável experiência, a OCDE identifica que, nos seus países membros, os salários dos professores aumentam ao longo das suas carreiras.

Gráfico 14. O trabalho docente interfere na sua vida pessoal e social:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Ao serem perguntados sobre se trabalho docente interfere na sua vida pessoal e social 38% responderam que sim, muito; 53% sim, de forma moderada, 6% pouco e 3% não. Os dados obtidos junto aos professores participantes da pesquisa revelam uma percepção amplamente compartilhada de que o trabalho docente interfere, em alguma medida, na vida pessoal e social. A soma das respostas "sim, muito" (38%) e "sim, de forma moderada" (53%) indica que 91% dos respondentes reconhecem essa interferência, ainda que em graus distintos.

Tal resultado é consonante com a literatura especializada, que aponta a docência como uma atividade marcada por demandas que frequentemente extrapolam os limites do ambiente escolar, estendendo-se ao tempo e ao espaço privados do professor (Tardif; Lessard, 2005).

A expressiva proporção de docentes que afirmam sentir o impacto do trabalho em sua vida pessoal sugere que as exigências da profissão, planejamento de aulas, correção de avaliações, atendimento a demandas administrativas e relacionamento com a comunidade escolar, tendem a ocupar espaços que, idealmente, seriam reservados ao descanso, ao lazer e às relações afetivas.

A fadiga e a irritabilidade resultantes da carga de trabalho vão além do expediente normal e podem se estender ao ambiente familiar, afetando as interações com os entes

queridos e criando tensão nos relacionamentos. Demandas excessivas de trabalho podem afetar negativamente o bem-estar familiar dos trabalhadores, o que, por sua vez, impacta seu desempenho profissional. Quando o trabalho se sobrepõe às responsabilidades familiares, podem surgir frustração e insatisfação em ambos os papéis (Greenhaus e Beutell, 1985, Delgado *et al.*, 2021).

Como expressam Erdamar e Demirel (2016), o conflito entre trabalho e família aumenta a intenção de deixar o emprego tanto direta quanto indiretamente, devido à insatisfação no trabalho decorrente da imposição do trabalho sobre o tempo familiar.

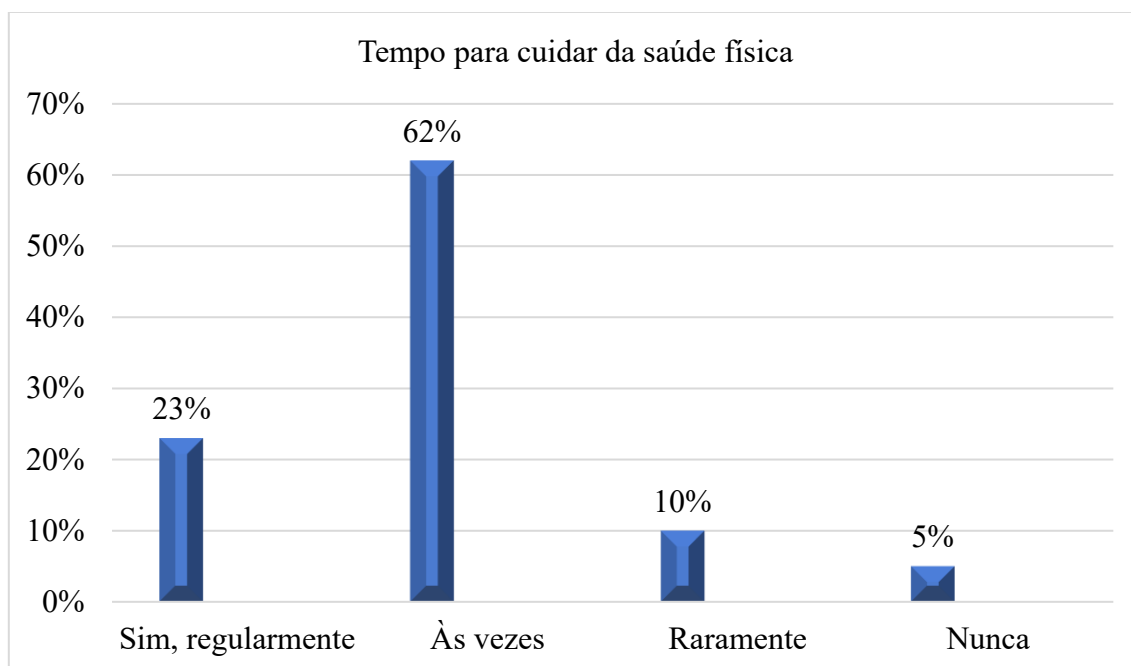
Em relação à teoria dos sistemas ecológicos, Grzywacz e Marks (2000) sugerem que o apoio de colegas de trabalho, supervisores e cônjuges ajuda a reduzir a interferência negativa entre trabalho e família, bem como a aumentar os níveis de interação positiva citados em (Valenzuela *et al.*, 2016b).

No contexto do ensino, dada a natureza e as condições do trabalho, é importante investigar se existe uma relação entre o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, a satisfação no trabalho e o apoio familiar entre os professores.

Espera-se que um maior apoio familiar e satisfação no trabalho se traduzam em um melhor equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Além disso, prevê-se que a satisfação no trabalho influencie positivamente o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e o apoio familiar (Valenzuela *et al.*, 2016b).

Segundo Neffa (2023), os seguintes problemas, como a intensificação, levam a uma redução do tempo de descanso durante o horário de trabalho, eliminando até mesmo o tempo para refeições, atualização e aprimoramento de habilidades profissionais; uma diminuição na qualidade do serviço devido a cortes para economizar tempo; e diversificação forçada de habilidades e responsabilidades para compensar a escassez de pessoal, gerando dependência excessiva de especialização externa e sobrecarga constante e persistente.

Diversos estudos como de Batista *et al.* (2019), têm demonstrado que a saúde mental na profissão docente é significativamente afetada durante o exercício da atividade profissional, sendo a depressão e a ansiedade alguns dos principais problemas. Os diagnósticos de saúde mental mais prevalentes foram: depressão leve e diversos transtornos de adaptação, ansiedade e depressão mistas, transtorno do pânico, personalidade emocionalmente instável, ansiedade e reação aguda ao estresse.

Gráfico 15. Encontra tempo suficiente para cuidar da saúde física:

Fonte: elaboração própria, 2025.

Ao serem questionados se encontra tempo suficiente para cuidar da saúde física 23% dos professores disseram sim, regularmente; 62% disseram que às vezes; 10% raramente e 5% disseram que nunca. Os dados obtidos junto aos professores participantes da pesquisa revelam um cenário preocupante no que diz respeito à disponibilidade de tempo para o cuidado com a saúde física.

Apenas 23% dos respondentes afirmaram encontrar tempo para essa prática de forma regular, ao passo que a maioria expressiva, 62% indicaram fazê-lo somente "às vezes", sinalizando uma intermitência que compromete a continuidade de hábitos saudáveis. Somam-se a esse quadro 10% que raramente conseguem reservar tempo para o próprio cuidado físico e 5% que declararam nunca o fazer.

Esses percentuais corroboram o entendimento de que a sobrecarga de trabalho docente atua como fator limitante para a adoção de práticas de autocuidado, uma vez que as múltiplas demandas da profissão, planejamento, execução de aulas, avaliações e atividades administrativas, tendem a ocupar o tempo que poderia ser destinado ao bem-estar físico (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

Tal dinâmica sugere que, para a maioria dos participantes, o cuidado com a saúde física ocupa posição secundária na organização cotidiana, não por ausência de valorização, mas por escassez real de tempo.

Segundo Codo (1999), os benefícios físicos da atividade física incluem: melhoria do funcionamento dos sistemas cardiovascular, respiratório, digestivo e endócrino; fortalecimento do sistema musculoesquelético; aumento da flexibilidade; e diminuição dos níveis de colesterol e triglicerídeos séricos, intolerância à glicose, obesidade e adiposidade.

Por outro lado, os benefícios psicológicos estão intimamente relacionados a uma maior tolerância ao estresse, adoção de hábitos protetores da saúde, melhoria do autoconceito e da autoestima, diminuição da percepção do risco de doenças, prevenção do estresse, efeitos calmantes e antidepressivos, melhora dos reflexos e da coordenação, aumento da sensação de bem-estar, prevenção da insônia, regulação dos ciclos de sono e melhorias nos processos de socialização. Os benefícios também podem ser observados em processos cognitivos como memória, planejamento e tomada de decisões.

Em relação aos benefícios para a saúde mental, constatou-se que reduz a depressão clínica e pode ser tão eficaz quanto os tratamentos tradicionais (psicoterapia). Além disso, a prática em mulheres jovens que sofrem de anorexia leva a uma diminuição de alguns de seus comportamentos de automutilação.

Apesar de tudo isso, ainda existe resistência por parte de certos grupos de professores segundo Cruz *et al.* (2020), à possibilidade de integrar esse comportamento promotor da saúde em seus repertórios, para os quais citam razões pessoais, fisiológicas, situacionais, programáticas, sociais, cognitivas e comportamentais.

Portanto, esses fatores devem ser considerados ao se projetar programas para promover a atividade física como um comportamento promotor da saúde, conforme descreve Fernández-Puig *et al.* (2014). Qualquer que seja a atividade física praticada, é necessário incentivá-la, e as autoridades, em particular, devem promovê-la fortemente, visto que há muitos benefícios a serem obtidos com ela. Especificamente entre os professores universitários, que na maioria dos casos têm estilos de vida sedentários devido ao seu trabalho.

Fernández, Longás, Chamarro e Virgili (2014) realizaram um estudo sobre a saúde física no ambiente de trabalho entre professores da Universidade Ramon Llull, em Barcelona. A proposta dos autores foi criar um questionário sobre a saúde dos professores para uso em vigilância em saúde, empregando uma metodologia transversal, de grupo único e análise ex post facto.

Em relação às conclusões finais da pesquisa, constatou-se que o questionário de saúde docente implementado é um instrumento eficaz para avaliação. Além disso, a pesquisa demonstrou que os professores apresentam um alto nível de satisfação e um forte senso de

eficácia quando mantêm relações positivas com sua comunidade profissional, em função da motivação proporcionada pelo trabalho. Adicionalmente, a pesquisa revelou que as manifestações de deterioração da saúde são comprometimentos musculoesqueléticos e cognitivos, com níveis de risco de 35% e 30%, respectivamente, entre os professores avaliados. Países como os Estados Unidos estão na vanguarda dessa questão, como exemplificado pela pesquisa de Andersen *et al.* (2017).

Greenfield, *et al.* (2017) analisaram dados que sugerem que mulheres afro-americanas podem ter um desempenho pior do que homens afro-americanos em termos de qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS). A discriminação percebida é um fator significativo que contribui para a saúde geral precária entre afro-americanos, mas poucos estudos examinaram os efeitos interseccionais da discriminação percebida e do gênero para explicar as disparidades na QVRS.

Greenfield, *et al.* (2017) afirmam que a discriminação percebida está associada à baixa qualidade de vida relacionada à saúde em afro-americanos mais velhos, e essa associação parece ser mais forte em mulheres do que em homens para a QVRS mental. Os autores analisaram dados que sugerem que mulheres afro-americanas podem ter um desempenho pior do que homens afro-americanos em termos de qualidade de vida relacionada à saúde. A discriminação percebida contribui significativamente para a saúde geral precária entre afro-americanos, mas poucos estudos examinaram os efeitos interseccionais da discriminação percebida e do gênero para explicar as disparidades na QVRS.

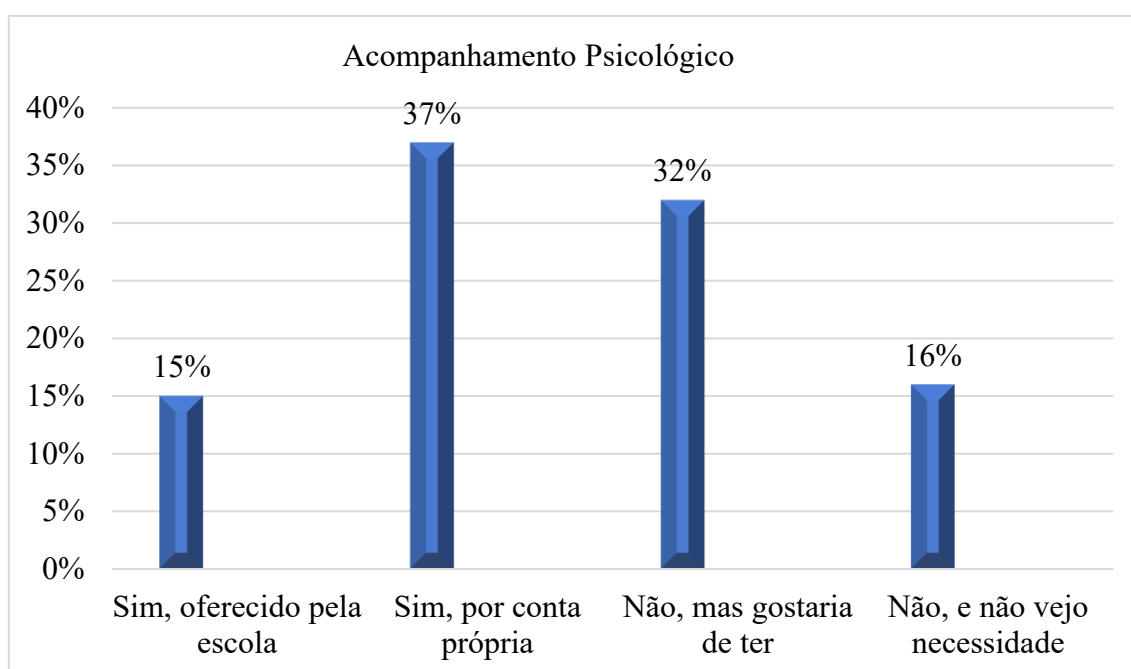
Greenfield, *et al.* (2017) afirmam ainda, que a discriminação percebida está associada à baixa qualidade de vida relacionada à saúde em afro-americanos mais velhos, e essa associação parece ser mais forte em mulheres do que em homens para a QVRS mental. Coles *et al.* (2018) também se referem à avaliação da relação entre exercício e distúrbios do sono. Outro aspecto interessante seria a identificação da heterogeneidade na relação entre distúrbios do sono e exercício.

O estudo de Sitlinger, Zafar e S.Y. (2018), intitulado "Qualidade de Vida Relacionada à Saúde: O Impacto na Morbidade e Mortalidade", afirma que a qualidade de vida geral é importante e desempenha um papel na determinação dos resultados da vida humana. O artigo examina os componentes da qualidade de vida relacionada à saúde, incluindo o ônus físico, psicossocial e financeiro, e como esses componentes afetam o bem-estar geral e a sobrevivência.

Em relação ao problema em estudo na América Latina, pode afirmar que um dos países que mais se destacou no tema, segundo a base de dados Scopus de 2018, é o Brasil, especificamente com a pesquisa de Varella & Trindade (2019). Essa pesquisa apresenta o programa de gestão ergonômica implementado por diversas universidades mineiras, sediadas no estado de São Paulo, e seus resultados positivos por meio de uma política interna de atividade física. Essa política resultou em melhorias nas condições de trabalho e na qualidade de vida dos membros dessas comunidades universitárias. Esses exemplos ressaltam a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, dada a sua importância e a valiosa experiência que proporciona na prática da atividade física.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2016) define saúde física como o estado de bem-estar que vai além da ausência de doença e inclui também o bem-estar físico, mental e social. A saúde física também se refere a análises ou estudos relacionados à dieta e nutrição, doenças ou condições preexistentes e preveníveis, atividade física e até mesmo educação sobre como manter um estilo de vida saudável.

Gráfico 16. Acompanhamento psicológico ou emocional quando necessário:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Ao serem questionados se há acompanhamento psicológico ou emocional quando necessário 15% dos professores disseram que sim, oferecido pela escola; 37% sim, porém por conta própria; 32% afirmam que não, mas gostaria de ter e 16% afirmaram não e não vê necessidade. Os dados obtidos junto aos professores participantes da pesquisa revelam um

cenário de significativa fragilidade no que diz respeito ao suporte psicológico e emocional oferecido institucionalmente.

Apenas 15% dos respondentes afirmaram contar com acompanhamento psicológico disponibilizado pela própria escola, ao passo que a parcela mais expressiva 37% declararam buscar esse tipo de suporte por iniciativa e custeio próprios. Esses números, analisados em conjunto, indicam que mais da metade dos docentes (52%) reconhece a necessidade de apoio à saúde mental e o busca de alguma forma, porém predominantemente sem respaldo institucional.

Tal quadro corrobora a literatura especializada, que aponta a insuficiência das políticas de cuidado ao trabalhador da educação como um fenômeno recorrente e estrutural (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005). A ausência de suporte formal por parte das escolas pode impor aos professores um ônus adicional, financeiro e logístico que, em muitos casos, inviabiliza o acesso contínuo ao cuidado em saúde mental.

Chama atenção, ainda, o percentual de 32% dos participantes que declararam não dispor de nenhuma forma de acompanhamento psicológico, embora manifestem o desejo de tê-lo. Esse grupo representa uma demanda latente e não atendida, sugerindo que a ausência de suporte não decorre de desinteresse por parte do docente, mas de lacunas concretas na oferta institucional.

Nesse sentido, Codo (1999) já alertava para o impacto do adoecimento emocional entre professores brasileiros, associando-o, em grande medida, à precariedade das condições de trabalho e à escassez de mecanismos de apoio oferecidos pelas instituições de ensino. A existência dessa demanda reprimida reforça a necessidade de políticas escolares e educacionais que contemplem, de forma sistemática, o bem-estar psicológico dos profissionais docentes, em vez de tratar o adoecimento apenas em suas manifestações individuais.

Por fim, os 16% que afirmaram não ter acompanhamento e tampouco sentir necessidade dele constituem um dado que merece interpretação cuidadosa. Embora possam de fato indicar um estado de bem-estar subjetivo satisfatório, é pertinente considerar que a não percepção da necessidade de suporte pode estar relacionada a fatores como naturalização do sofrimento, baixo autoconhecimento emocional ou ainda estigma associado à busca por ajuda psicológica, aspectos frequentemente documentados em contextos profissionais de alta demanda (Silva; Torres, 2018; Carlotto, 2011).

A heterogeneidade dos perfis identificados aponta para a complexidade do tema e evidencia que estratégias de promoção da saúde mental docente precisam ser sensíveis às

diferentes percepções e necessidades dos professores, sem reduzir o fenômeno a uma dimensão exclusivamente individual. Sem dúvida, o bem-estar emocional é importante em uma sociedade; no entanto, é ainda mais importante analisar o bem-estar das pessoas que, dia após dia, convivem com gerações de jovens (em geral) ou estudantes aos quais ensinam uma atividade, conhecimento ou profissão específica; ou seja, o bem-estar dos professores.

Desse modo, segundo Codo (1999), é necessário mencionar a importância de fornecer apoio psicológico aos professores para manter seu bem-estar emocional, visto que eles estão diariamente diante de grupos de alunos aos quais precisam transmitir os ensinamentos que precisam aprender. Sem apoio ou equilíbrio emocional, os professores teriam seu desempenho prejudicado, tanto em seus estudos quanto em outras áreas de suas vidas. Tendo isso em conta, é necessário refletir que a percepção integral de realização pessoal está relacionada ao bem-estar material, físico, social, profissional e emocional, pois está ligada à sensação de satisfação.

Portanto, seguem algumas estratégias para o bem-estar emocional: Identificar o que sentimos (pensamentos e comportamentos). Aceitar ou validar o que sentimos sem julgá-lo. Regule as emoções que nos causam sofrimento. Priorize a saúde física e emocional. Analise as emoções que comunicamos e disseminamos. Compartilhando estratégias de enfrentamento. Editar mídias sociais e notícias. Abra espaço para a alegria e a brincadeira. Cuide da sua saúde física. Fortalecer a criatividade (arte). Dê espaço para o senso de humor.

Segundo Mello e Da Silva (2019), é importante mencionar que estudos recentes têm demonstrado que a personalidade do professor é fundamental para determinar se ele ou ela sofrerá com algum tipo de estresse ou se tem predisposição a ele. Pode-se afirmar que a gestão adequada do estresse dependerá em grande parte dos recursos psicológicos que o professor possui, aos quais devem ser somadas as experiências de trabalho, bem como a sua história de vida. Embora a atitude do ser humano seja mutável e as atitudes que adotamos dependam do contexto em que nos encontramos, ou seja, nossa família, amigos e trabalho, uma tendência média pode ser um parâmetro de comportamento aceitável.

Nesta seção sobre personalidade como fonte de estresse, podemos mencionar os perfis descritos por Carlotto (2011), começando com o a) Tipo A, que se caracteriza por se sentir sobrecarregado pelas atividades de trabalho, persistente em seus objetivos e incansável em suas metas. Parece que esse desafio os motiva, e a tendência a se sentirem sobrecarregados pelas atividades os faz trabalhar sob pressão; portanto, esse estilo é um candidato ao estresse docente. b) Os professores do Tipo B tendem a encarar suas atividades com mais leveza, preocupando-se apenas com o necessário. c) Aqueles com um *locus* de

controle externo sentem-se impotentes diante de situações externas devido à falta de controle sobre as causas que as originam, ao contrário do d) daqueles com um *locus* de controle interno, que sentem que podem influenciar os problemas que lhes acontecem.

Por outro lado, existe a personalidade neurótica, que geralmente faz seus próprios julgamentos, caracterizada por pensamentos negativos ou incerteza, o que a faz perceber a maioria das situações como ameaçadoras, e finalmente e) o Estilo Resistente ao Estresse, que enfrenta os problemas de maneira coerente, direta, objetiva e calma, gerenciando suas atividades com uma atitude positiva em relação aos problemas.

De acordo com Martínez-Otero (2003), a classificação acima permite refletir sobre a importância da personalidade e como esta se combina com a saúde física e psicológica do professor, tal como se manifesta no contexto educativo. Como o ensino é uma profissão exigente e sujeita a muito estresse relacionado ao trabalho, é necessário um equilíbrio emocional adequado no ambiente profissional.

No entanto, quando esse equilíbrio está ausente, as relações de trabalho ficam tensas, as atividades acadêmicas são afetadas, levando a atitudes negativas em relação às tarefas acadêmicas. Dependendo da personalidade do professor, diversos problemas de saúde podem surgir. Os fatores mencionados justificam a importância de desenvolver estratégias preventivas para o bem-estar emocional nos centros educacionais, a fim de criar melhores condições de trabalho.

De fato, como é sabido, e conforme aponta Esteve (1999), todas as pessoas possuem recursos psicológicos, intelectuais, genéticos e experiências pessoais para enfrentar as adversidades da vida, mas surge um problema quando essas defesas deixam de atender às nossas necessidades; é aí que o estresse pode os afetar. Um exemplo disso é quando um professor pode justificar a atribuição de uma turma de alunos indisciplinados como se fosse sua obrigação atendê-los, mas isso pode mascarar um esgotamento emocional que afeta sua saúde física e mental e acaba se manifestando em sintomas de frustração ou distanciamento emocional, como faltas ao trabalho devido à ansiedade e insônia.

Além disso, Moreira (2023) assegura que pode surgir um sentimento de culpa, atribuído à incapacidade de lidar com a carga de trabalho e não a qualquer outro motivo. Isso ocorre inconscientemente, sintomas que o professor não consegue explicar devido a uma possível falta de introspecção no aspecto psicológico.

Para regular o estresse do professor, Ruiz e Torres (2016) recomenda-se exercitar a autoconsciência, ou seja, avaliar as atitudes e reconhecer que o estresse faz parte do dia a dia, e quando percebe que estão sobrecarregados, buscar a ajuda necessária. Em contraste

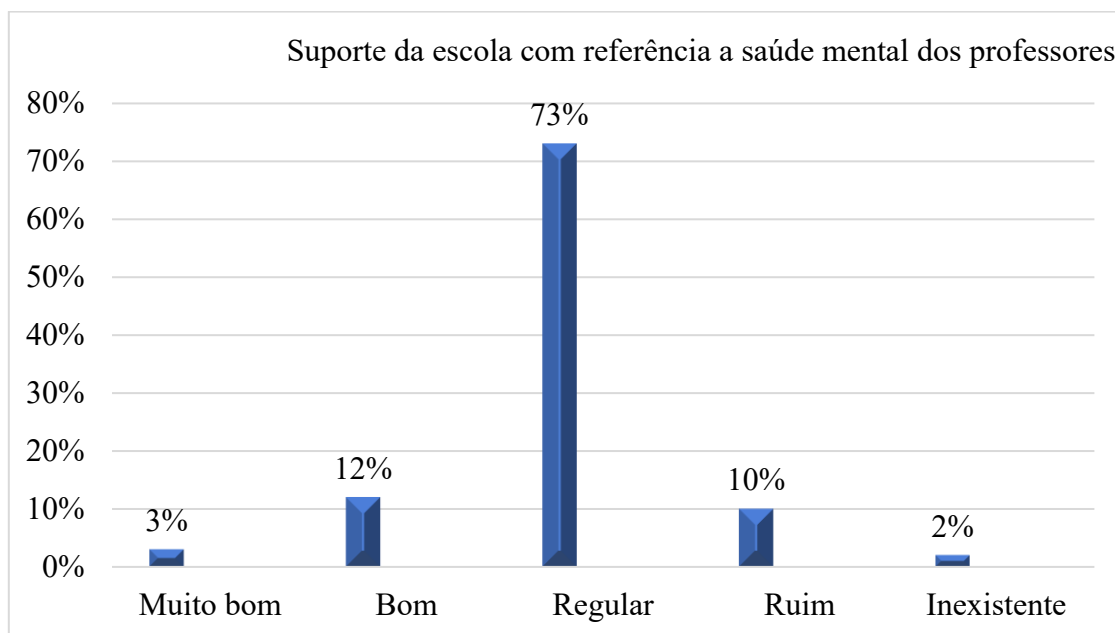
com a abordagem anterior ao estresse docente, recomenda-se que os professores se autogerenciem funcionalmente no ambiente de trabalho. Isso envolve analisar e ponderar situações de conflito, reconhecendo-se como parte do problema.

Isso implica, segundo Ruiz e Torres (2016), uma capacidade adequada de introspecção, onde seus principais mecanismos de defesa seriam a racionalização, que consiste em tentar encontrar uma explicação lógica para os problemas a partir de sua perspectiva pedagógica. Eles experimentam sentimento de culpa reparadora quando acreditam que suas ações contribuíram para o problema, vendo-se, assim, como parte da solução. Também demonstram boa tolerância à frustração, o que os leva a reprimir a agressão física e verbal.

Este é outro mecanismo muito funcional, assim como a sublimação, que lhes permite liberar o estresse desfrutando de atividades recreativas como esportes ou jogos, incluindo passar tempo com a família. Em outras palavras, eles tentam se autogerenciar funcionalmente com base em sua estabilidade emocional (Ruiz e Torres, 2016).

Em conclusão, pode-se dizer que o ensino exige uma personalidade equilibrada, que pode ser trabalhada e aprimorada em terapia, desde que o professor sinta necessidade de buscar ajuda externa para fortalecer seus pontos fracos, o que é recomendável, pois contribui para o desenvolvimento de suas habilidades, de acordo com Gasparini; Barreto; Assunção (2005).

Gráfico 17. Suporte da escola em relação à saúde mental dos docentes:



Fonte: elaboração própria, 2025.

Com referência a pergunta sobre a existência de suporte da escola em relação à saúde mental dos docentes 3% disseram que é muito bom; 12% informaram que é bom; 73% regular; 10% ruim e 2% inexistente.

Os dados obtidos por meio das entrevistas com professores da Educação Infantil revelam um quadro preocupante no que diz respeito à percepção docente sobre o suporte institucional voltado à saúde mental. A grande maioria dos respondentes, 73% classificaram esse suporte como regular, ao passo que apenas 3% o consideraram muito bom e 12% o avaliaram como bom. Somados, os índices negativos (ruim: 10%; inexistente: 2%) indicam que uma parcela não desprezível dos professores percebe a ausência ou a insuficiência de ações concretas por parte da instituição escolar.

Esse cenário é coerente com o que a literatura especializada aponta: o apoio institucional figura entre os principais determinantes do bem-estar docente, sendo sua ausência associada a sentimentos de isolamento profissional e ao declínio da satisfação no trabalho (Maslach; Leiter, 1999). A predominância da avaliação "regular" sugere que, embora alguma iniciativa de suporte possa existir, ela não se mostra suficientemente estruturada ou percebida pelos professores como efetiva.

Na educação, a ocorrência de problemas de saúde mental relacionados ao ensino é motivo de preocupação em muitos estudos (Seibt *et al.*, 2013), e a falta de consenso em sua compreensão levanta questões sobre sua abordagem e entendimento (González-Palacios *et al.*, 2021). Considerando a profissão docente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em colaboração com o Instituto Internacional de Educação Superior da América Latina e do Caribe (IESALC) (2020), confirmou que, no contexto pós-pandemia, fortes impactos psicológicos foram observados nas comunidades educacionais, especialmente entre professores e seus familiares.

Essa relação entre o ensino e o processo saúde-doença não é recente. Com as transformações na prática docente, os fatores de risco associados também se alteram. Tais dificuldades relacionadas a distúrbios emocionais têm sido observadas não apenas nos níveis de Educação Infantil, Fundamental e Médio, mas também entre professores universitários.

Diante da crise sanitária, professores do mundo todo tiveram que reajustar suas vidas diárias para se adaptar às mudanças em seu trabalho, situação que gerou efeitos em termos de desequilíbrio socioemocional (Tacca-Huaman & Tacca-Huaman, 2019), reduzindo ainda mais a percepção de bem-estar dos professores.

Como consequência do ensino em um contexto de crise global, a prática docente tem sido considerada uma ameaça à saúde e ao bem-estar daqueles que a exercem (López e

Pérez, 2020). A transição do ensino presencial para o virtual e o subsequente retorno às aulas presenciais evidenciaram ainda mais as alterações na saúde física e emocional dos professores. Assim, fenômenos relacionados à violência escolar, ao ensino em modalidades virtuais e híbridas e aos riscos psicossociais são problemas que impactam negativamente a saúde mental dos professores (Caamaño *et al.*, 2024).

Na América Latina, no âmbito das políticas públicas durante a pandemia, as instituições de ensino foram obrigadas a cumprir processos pedagógicos sem considerar seu contexto socioeducacional e as demandas emergentes que afetaram alunos, famílias e professores nesse período, como problemas de conectividade, a dupla função de professor e educador-escolar e o desgaste da saúde mental docente (UNESCO, 2021).

Em retrospectiva, o estresse tem sido considerado um fator de risco na profissão docente, pois afeta negativamente a saúde mental daqueles que a exercem (Cuadra-Martínez *et al.*, 2015). Apesar disso, em um contexto não pandêmico, acreditava-se geralmente que a profissão docente não apresentava pior saúde mental em comparação com outras profissões. Implicações da saúde mental dos professores no contexto educacional:

As evidências sobre o tema revelam diferentes variáveis que exercem algum grau de influência sobre a saúde mental de professores em diversos níveis de ensino. Os autores Muñoz e Piernagorda (2011), em seu estudo com professores colombianos do ensino fundamental e médio, relatam uma percepção de exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal. Professores do Ensino Médio são mais propensos a apresentar dificuldades de saúde mental em comparação com professores do Ensino Fundamental.

Fuentes e Zuñiga (2021) descobriram que professores do Ensino Fundamental em Honduras vivenciaram incerteza quanto à segurança de seus empregos, sintomas físicos como dores de cabeça e insônia, e emoções relacionadas ao medo e à tristeza.

No Chile, de acordo com um estudo da Elige Educar, um em cada dois professores relatou sentir-se estressado e com falta de tempo para preparar, revisar e planejar suas atividades de ensino (Muñoz, 2019).

Da mesma forma, observou-se que a falta de realização pessoal no trabalho desencadeia uma diminuição da sensação de realização, sentimentos de fracasso, baixa autoestima e insatisfação consigo mesmo e com os resultados do trabalho.

Um estudo australiano com professores de escolas rurais conforme Garrick *et al.* (2014) constatou altos níveis de risco para a saúde mental devido às baixas condições socioeconômicas das escolas onde lecionam e à baixa percepção de segurança no emprego. Outro estudo (Skaalvik e Skaalvik, 2015) aponta para relações significativas entre fatores

associados ao contexto de trabalho (por exemplo, contrato de trabalho) e autoeficácia e o Esgotamento emocional em professores do ensino secundário na Noruega.

Em um contexto europeu, pesquisas com professores do Ensino Fundamental e médio revelaram que a profissão docente tem efeitos adversos na saúde física e psicológica. Especificamente, 54% dos professores entrevistados relataram sintomas de ansiedade, 90% distúrbios do sono, 89,5% nervosismo, irritabilidade ou tensão, 79,2% dores de cabeça, 62,9% atrasos no início das tarefas e 52,1% falta de ar sem esforço físico (Reimers, 2022).

Em relação aos facilitadores da saúde mental, os resultados mostram uma certa relação entre mecanismos de enfrentamento do estresse e relações sociais estáveis entre professores dos níveis fundamental e médio. De acordo com o estudo de Kim *et al.* (2022), os professores vivenciam uma experiência emocional positiva e bem-estar psicológico individual quando contam com apoio social, como amizades.

Essa influência das redes de apoio sobre os professores, segundo Kim e Asbury (2020), contribui para o fortalecimento dos mecanismos de enfrentamento diante das demandas e exigências do sistema educacional, mantendo a saúde mental dos professores livre de comorbidades (Ji *et al.*, 2021).

Além disso, o estudo de Kim e Asbury (2020) revelam que um elemento-chave para garantir uma experiência emocional saudável para os professores é a iniciativa social, particularmente ações voltadas para a manutenção de relações funcionais e adaptativas no trabalho. Em relação a esses mecanismos de enfrentamento, Aperribai *et al.* (2020) constataram que professores que praticam atividade física apresentam menos problemas de saúde mental.

Da mesma forma, Pekas *et al.* (2022), em seu estudo com professores de diversos níveis de ensino, constataram que atividades familiares, recreativas e espirituais são benéficas para os docentes, demonstrando sua eficácia na prevenção e promoção do bem-estar geral. Outro aspecto que promove a saúde mental dos professores está relacionado à autonomia na tomada de decisões, o que tem efeitos positivos na experiência emocional dos docentes no contexto escolar.

Por sua vez, Palma-Vásquez *et al.* (2020), em seu estudo com professores da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio com menos de cinco anos de experiência profissional, descobriram que ter um contrato de trabalho estável estava positivamente associado a uma saúde mental ideal, em comparação com ter um contrato precário. Da mesma forma, outra descoberta indica que a autonomia docente está positivamente relacionada à saúde mental (Peng *et al.*, 2022).

Nessa mesma linha, Sun, Guo, Xu e Ding (2022), em seu estudo com professores do Ensino Infantil, descobriram que experiências de resiliência envolvendo a superação de adversidades estão positivamente relacionadas a um senso de propósito e satisfação no trabalho.

4.2. Entrevista realizada com Gestoras e Coordenadoras Pedagógica

As informações ou dados do campo desta pesquisa compreendeu uma Diretora e uma coordenadora pedagógica de cada escolas: Escola Municipal de Educação Infantil Pão da Vida; Escola Municipal de Educação Infantil Enedina Maciel; Escola Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato. Dessa forma, compreendeu neste estudo o total de 03 (três) coordenadoras e 03 (três) diretoras escolares entrevistadas, totalizando 6 (seis) entrevistadas.

Quadro 1. Identificação das Diretoras e Coordenadoras:

Entrevistadas	Gênero	Idade	Cargo	Formação	Anos de trabalho
Diretora 1	Feminino	Entre 35 e 45 anos	Diretora	Especialização	Mais de 10 anos
Diretora 2	Feminino	Entre 35 e 45 anos	Diretora	Especialização	Mais de 08 anos
Diretora 3	Feminino	Entre 35 e 45 anos	Diretora	Especialização	Mais de 08 anos
Coordenadora 1	Feminino	Entre 35 e 45 anos	Coordenadora	Especialização	Mais de 10 anos
Coordenadora 2	Feminino	Entre 35 e 45 anos	Coordenadora	Especialização	Mais de 15 anos
Coordenadora 3	Feminino	Entre 35 e 45 anos	Coordenadora	Especialização	Mais de 10 anos

Fonte: elaboração própria, 2025.

Os dados apresentados no Quadro 1 revelam um perfil socioprofissional marcado por significativa homogeneidade entre as participantes. Tanto as diretoras quanto as coordenadoras são do gênero feminino, situam-se na faixa etária entre 35 e 45 anos a maioria e acumulam mais de dez anos de experiência no campo educacional.

Esse perfil evidencia uma tendência historicamente consolidada no Brasil: a predominância feminina nos espaços de gestão e coordenação da Educação Básica,

sobretudo na Educação Infantil, segmento que, desde suas origens institucionais, esteve fortemente associado ao trabalho feminino de cuidado e educação (Gatti; Barretto, 2009).

A faixa etária identificada sugere profissionais em plena maturidade profissional, o que, combinado ao tempo de serviço superior a uma década, indica vivência acumulada tanto nas dimensões pedagógicas quanto nas dimensões administrativas e relacionais da escola, condições essas reconhecidas como fundamentais para o exercício qualificado da liderança educacional (Lück, 2009).

No contexto específico da Educação Infantil, a formação continuada adquire centralidade ainda maior, pois é nessa etapa que se consolidam as bases do desenvolvimento integral da criança, exigindo dos profissionais que a conduzem um repertório teórico e metodológico constantemente atualizado (BRASIL, 2009).

No âmbito da pesquisa em tela, cujo objeto central é a relação entre trabalho, saúde física e mental do professor da Educação Infantil e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem no município de Rio Verde/GO, esse perfil experiente das participantes adquire relevância metodológica, uma vez que suas percepções sobre o cotidiano docente e as condições de trabalho na instituição pesquisada tendem a ser informadas por um olhar apurado, construído ao longo de anos de convivência com as dinâmicas próprias desse segmento educacional (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

Essa dimensão relacional da liderança exerce influência direta sobre o clima organizacional da escola e, por conseguinte, sobre as condições subjetivas em que o trabalho docente é realizado. Em instituições de Educação Infantil, nas quais as exigências emocionais do trabalho com crianças pequenas são especialmente intensas, um estilo de gestão sensível ao bem-estar da equipe pode funcionar como fator protetivo em relação ao adoecimento dos professores, conferindo à liderança exercida pelas participantes um papel que extrapola o âmbito administrativo e pedagógico *stricto sensu* (Codo; Menezes, 1999).

A formação em nível de especialização, por sua vez, deve ser analisada não apenas como credencial acadêmica, mas como indicador da disposição das participantes em sistematizar teoricamente a sua prática profissional. No campo da coordenação pedagógica, essa capacidade de articulação entre teoria e prática é condição *sine qua non* para o exercício do acompanhamento sistemático do trabalho docente, função que compreende, entre outras atribuições, a observação e análise das práticas de sala, a condução de processos reflexivos coletivos e a orientação individualizada dos professores em suas dificuldades pedagógicas (Placco; Almeida, 2012).

A especialização das participantes sugere, portanto, que as condições formativas para o exercício dessa mediação estão presentes na instituição investigada, o que representa um indicador positivo para a qualidade do suporte oferecido aos professores (Placco; Almeida, 2012).

Quadro 2. Doenças Ocupacionais e Saúde dos Professores:

Entrevistadas	Na sua percepção, quais são as doenças ocupacionais mais comuns entre os professores da Educação Infantil.	A escola já registrou afastamentos de professores devido a problemas de saúde ocupacional.	A escola oferece alguma política de prevenção e cuidado com a saúde dos professores.	Quais medidas a escola já adotou para minimizar os impactos das doenças ocupacionais entre os professores.
Diretora 1	Problemas vocais (ex.: rouquidão, nódulos nas cordas vocais)	Sim, com frequência	Sim, mas de forma limitada	Palestras e formações sobre saúde e bem-estar
Diretora 2	Estresse ou Síndrome de Burnout	Sim, com frequência	Sim, mas de forma limitada	Nenhuma medida foi adotada
Diretora 3	Estresse	Existem sérios afastamentos.	Existe um determinado acompanhamento.	Orientações.
Coordenadora 1	Problemas vocais.	Algumas vezes.	Não existe uma política de acompanhamento, apenas libera por meio de atestado.	Procura explicar os direitos que cada um tem.
Coordenadora 2	Estresse e a Síndrome de Burnout.	Sempre	Não tem essa política.	Existe conversas informais.
Coordenadora 3	Estresse e a Síndrome de Burnout		Rara vezes.	Orientações.

Fonte: elaboração própria, 2025.

As respostas coletadas junto às diretoras e às coordenadoras das instituições investigadas compõem o Quadro 2 desta pesquisa e permitem uma leitura comparativa acerca das condições de saúde docente no contexto da Educação Infantil no município de Rio Verde/GO.

Os dados contemplam quatro eixos centrais: as doenças ocupacionais mais comuns percebidas pelas respondentes, a frequência de afastamentos, a existência e os limites das políticas de prevenção e cuidado, e as medidas concretas adotadas pela escola. A seguir, apresenta-se a análise interpretativa e comparativa dessas respostas.

O primeiro eixo de análise diz respeito às doenças ocupacionais percebidas pelas participantes. A gestora apontou os problemas vocais, especialmente a rouquidão e os nódulos nas cordas vocais, como as manifestações patológicas mais recorrentes entre os docentes sob sua gestão. A coordenadora, por sua vez, indicou o estresse ou a Síndrome de Burnout como a condição de saúde mais prevalente em sua percepção.

Embora distintas em sua natureza clínica, essas duas respostas não são excludentes; ao contrário, revelam faces complementares do adoecimento docente. Estudos na área confirmam que o trabalho na Educação Infantil impõe exigências físicas e emocionais de alta intensidade, sendo os distúrbios vocais e o esgotamento psíquico condições frequentemente associadas à mesma dinâmica de trabalho excessivo, ambientes ruidosos e demandas emocionais contínuas (Behlau; Feijó, 2012).

A diferença nas percepções pode ser atribuída à posição que cada profissional ocupa na hierarquia institucional: a gestora, mais próxima dos registros funcionais e dos afastamentos formais, tende a identificar com maior evidência os adoecimentos de natureza física e diretamente observável, enquanto a coordenadora, em contato mais próximo com o cotidiano pedagógico e as demandas emocionais dos professores, percebe com mais nitidez os sinais do esgotamento psíquico.

Os distúrbios vocais identificados pela gestora 1 constituem um problema de saúde amplamente documentado na literatura sobre trabalho docente. A voz é o principal instrumento de trabalho do professor e sua utilização intensa, em ambientes com reverberação elevada e sem suporte técnico adequado, potencializa o surgimento de patologias como disfonia, laringite crônica e nódulos nas cordas vocais.

Segundo Ferreira *et al.* (2010), os professores da Educação Básica apresentam índices significativamente superior de distúrbios vocais em comparação a outras categorias profissionais, sendo esse quadro agravado pela ausência de formação específica para o uso funcional da voz e pela falta de atendimento fonoaudiológico preventivo nas redes de ensino.

No contexto da Educação Infantil, essa realidade tende a ser ainda mais crítica, uma vez que o nível de ruído gerado pelas crianças pequenas é consideravelmente mais elevado do que nas demais etapas da Educação Básica, obrigando os professores a esforçar a voz de maneira ainda mais intensa ao longo da jornada (Behlau; Feijó, 2012). A percepção da

gestora, portanto, é respaldada por evidências científicas consistentes e reflete uma realidade estrutural do trabalho docente nessa etapa de ensino.

A Síndrome de Burnout identificada pela coordenadora como principal problema de saúde dos professores situa-se em um campo igualmente consolidado pela pesquisa científica. Caracterizada por esgotamento emocional, despersonalização e redução da realização profissional, essa síndrome acomete de forma expressiva os trabalhadores da educação, especialmente aqueles que atuam em contextos de alta demanda e baixo reconhecimento (Maslach; Leiter, 1997).

Na Educação Infantil, o trabalho com crianças de zero a cinco anos exige vínculos afetivos intensos, atenção constante e uma carga emocional que raramente é reconhecida como trabalho pelas políticas institucionais, o que favorece o surgimento do esgotamento profissional (Cisne; Santos, 2018).

No que se refere ao segundo eixo, a frequência de afastamentos, há plena convergência entre as respostas da gestora e da coordenadora: ambas afirmam que os afastamentos ocorrem sim, e com frequência. Essa concordância é relevante porque indica que o problema do adoecimento docente não é episódico nem marginal na instituição investigada, mas configura uma regularidade preocupante.

A literatura especializada conforme evidencia Cruz *et al.* (2020), que os afastamentos por motivo de saúde entre professores têm crescido de forma sistemática nas últimas décadas, com destaque para as licenças relacionadas a transtornos mentais e comportamentais, como a depressão e o Burnout, e para as afecções do aparelho fonador.

No âmbito da gestão escolar, a recorrência de afastamentos gera sobrecarga para os professores substitutos ou para os colegas que assumem as turmas, comprometendo a continuidade do trabalho pedagógico e a qualidade das interações educativas com as crianças (Assunção; Oliveira, 2009). A convergência entre gestora e coordenadora nesse ponto reforça a necessidade de tratamento institucional sistemático da questão, e não apenas de intervenções pontuais.

Conforme destacam Araújo e Carvalho (2009), a simples existência de políticas de saúde ocupacional não garante sua adequação às necessidades concretas dos trabalhadores, sendo frequente que tais políticas se restrinjam a ações genéricas e descontínuas, sem diagnóstico aprofundado das condições de trabalho nem monitoramento sistemático dos resultados.

No contexto das escolas públicas brasileiras, esse quadro é agravado pela escassez de recursos humanos especializados, como psicólogos, fonoaudiólogos e médicos do

trabalho, e pela ausência de protocolos claros para identificação precoce do adoecimento e encaminhamento adequado dos professores (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005). A percepção de limitação compartilhada pelas duas participantes sugere, portanto, que as ações existentes não atendem à dimensão real do problema identificado.

O quarto e último eixo analisado, as medidas concretas adotadas pela escola, é aquele que evidencia a divergência mais significativa entre as respostas das participantes. A gestora 2 informou que a escola promove palestras e formações sobre saúde e bem-estar como medidas de prevenção. A coordenadora 3, por sua vez, afirmou que nenhuma medida foi adotada.

Essa discrepância pode ser interpretada sob duas perspectivas complementares: a primeira é que as iniciativas promovidas pela gestão não chegam ao conhecimento ou à percepção da coordenadora de maneira significativa, o que por si só indica uma fragilidade na comunicação institucional e na articulação entre os níveis hierárquicos da escola; a segunda é que as ações existentes são de tal forma pontuais e esporádicas que, do ponto de vista da coordenadora, não constituem propriamente uma "medida adotada". Ambas as hipóteses convergem para uma conclusão comum: as ações de promoção da saúde na instituição carecem de sistematização, continuidade e alcance efetivo.

A literatura é clara ao indicar que ações isoladas, como palestras eventuais, têm impacto limitado quando desacompanhadas de mudanças nas condições objetivas de trabalho, como redução da carga horária, adequação dos espaços físicos, suporte emocional profissional e reconhecimento salarial (Maslach; Leiter, 1997; Carlotto, 2011). Nesse sentido, a divergência entre as respostas não invalida nenhuma das duas perspectivas, mas revela a insuficiência estrutural das medidas adotadas.

Em síntese, a análise comparativa das respostas do Quadro 2 aponta para um cenário de adoecimento docente multidimensional, simultaneamente físico e psíquico, consolidado pela recorrência de afastamentos e pela insuficiência das políticas institucionais de prevenção e cuidado. As percepções da gestora e da coordenadora, embora distintas em seus focos, são complementares e, em conjunto, oferecem um retrato representativo da fragilidade das condições de saúde dos professores da Educação Infantil investigada. Tal realidade corrobora o entendimento de que o adoecimento docente não é um fenômeno individual ou decorrente de fragilidades pessoais dos professores, mas resulta de condições estruturais de trabalho que precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas abrangentes, contínuas e fundamentadas nas especificidades do trabalho na Educação Infantil (Assunção; Oliveira, 2009; Cisne; Santos, 2018).

A pesquisa revela, portanto, a urgência de se avançar de ações paliativas e pontuais para estratégias institucionais que promovam, de forma efetiva, a saúde integral dos professores e, por consequência, a qualidade do processo de ensino e aprendizagem das crianças por eles atendidas.

Quadro 3. Indicadores de adoecimento mental dos professores/qualidade de vida e desempenho docente:

Entrevistadas	Quais sinais de adoecimento mental você observa com mais frequência nos professores	Como a escola lida com professores que apresentam sinais de adoecimento mental	Na sua opinião, a qualidade de vida dos professores impacta diretamente o desempenho dos alunos na Educação Infantil	Você percebe que professores que estão fisicamente e emocionalmente saudáveis demonstram maior motivação e desempenho em sala de aula
Diretora 1	Cansaço extremo e desmotivação	Encaminha para acompanhamento médico quando necessário	Sim, em certa medida	Sim, frequentemente
Diretora 2	Irritabilidade e impaciência,	Encaminha para acompanhamento médico quando necessário	Sim, com certeza.	Sim, apresentam melhores resultados.
Diretora 3	Cansaço extremo.	Encaminha a situação para a Secretaria de Educação.	Tem impacto sim, pessoas doentes não apresentam um bom trabalho.	Pessoas saudáveis trabalham com qualidade.
Coordenadora 1	Exaustão extrema.	Na maioria das vezes, só recebe o atestado médico e nada mais.	Existe o impacto sim, as crianças sentem quando o professor não está bem.	Sim. Produz mais.
Coordenadora 2	Atitudes negativas.	Encaminha para órgãos superiores.	Claro que impacta.	Sim, é visível quando uma pessoa está bem e quando está doente.
Coordenadora 3	Sensação de incapacidade.	Faz a comunicação dos fatos.	Se o professor se apresentar desmotivado pela sua doença, causará um grande impacto	Percebe-se logo pela aparência.

			na aprendizagem das crianças.	
--	--	--	-------------------------------	--

Fonte: elaboração própria, 2025.

Os dados coletados junto à gestora e à coordenadora pedagógica da instituição investigada, sistematizados no Quadro 3, revelam percepções convergentes e, ao mesmo tempo, complementares acerca dos indicadores de adoecimento mental observados no cotidiano escolar.

É evidente que a profissão docente, como outras carreiras, segundo Machado, Pereira e Freitas (2022), acarreta riscos de problemas de saúde, uma vez que submete seus profissionais a uma significativa pressão laboral, onde predominam tanto a atividade mental quanto a física, com pouco espaço para relaxamento devido ao alto nível de atenção exigido.

Maslach e Leiter (2008) definem o burnout como uma síndrome tridimensional caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização pessoal, sendo que o cansaço extremo e a desmotivação identificados pela gestora correspondem, respectivamente, à dimensão da exaustão emocional e à da baixa realização pessoal, enquanto a irritabilidade e a impaciência apontadas pela coordenadora aproximam-se da dimensão da despersonalização, marcada pelo distanciamento afetivo e pela reatividade negativa nas relações interpessoais.

A diferença nas percepções das duas profissionais pode estar relacionada às suas posições funcionais distintas: a gestora, responsável pela visão macro da instituição, tende a perceber sinais mais globais e difusos do adoecimento; a coordenadora, por sua proximidade com o trabalho pedagógico cotidiano, identifica sinais comportamentais que emergem diretamente nas interações em sala de aula (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005).

Quanto às formas de encaminhamento adotadas pela escola, ambas as participantes responderam de maneira idêntica: a instituição encaminha os professores para acompanhamento médico quando necessário. Essa convergência indica que a escola reconhece o adoecimento docente como um fenômeno real e que demanda atenção, porém a resposta institucional limita-se, aparentemente, ao encaminhamento médico individualizado, sem que se mencione a existência de programas preventivos, grupos de apoio psicológico, intervenções coletivas ou políticas sistemáticas de promoção da saúde no trabalho.

Tal postura, embora compreensível diante das limitações estruturais da gestão escolar pública, reproduz uma lógica curativa e individualizante que a literatura considera insuficiente para enfrentar o adoecimento docente em sua dimensão estrutural (Assunção; Oliveira, 2009).

A literatura, no entanto, é contundente ao estabelecer essa relação: professores que vivenciam estados elevados de estresse e esgotamento tendem a apresentar menor disponibilidade afetiva, menor criatividade pedagógica e menor capacidade de resposta às demandas dos estudantes, o que afeta diretamente a qualidade das interações em sala de aula e, por consequência, o processo de aprendizagem (Lapo; Bueno, 2003).

No contexto específico da Educação Infantil, essa relação é ainda mais crítica, uma vez que crianças pequenas dependem fundamentalmente do vínculo afetivo e da estabilidade emocional do adulto que as acompanha para desenvolver confiança, curiosidade e disposição para aprender (Wallon, 2007).

O fato de as gestoras reconhecerem essa relação no plano discursivo é, em si, um dado relevante, pois indica que há, ao menos, uma consciência institucional sobre a importância de cuidar da saúde do professor como estratégia de melhoria da qualidade educacional, consciência que, no entanto, ainda não se traduz em ações preventivas sistemáticas, conforme constatado anteriormente.

No contexto da Educação Infantil, essa problemática assume contornos particulares, dado que o trabalho com crianças pequenas exige dos professores elevado investimento emocional, corporal e relacional, o que os torna especialmente vulneráveis ao esgotamento quando as condições de trabalho são desfavoráveis (Vieira; Silva, 2013).

Os dados do Quadro 3 evidenciam, portanto, que o reconhecimento do problema pelas gestoras é condição necessária, mas não suficiente, para a construção de uma cultura institucional efetivamente comprometida com a saúde e o bem-estar docente.

O encaminhamento médico, embora necessário, mostra-se insuficiente como única resposta institucional, reforçando a necessidade de políticas mais abrangentes de promoção da saúde no ambiente escolar. A percepção, ainda que cautelosa, sobre o impacto da qualidade de vida docente no desempenho dos alunos, associada ao reconhecimento de que professores saudáveis tendem a ser mais motivados e eficazes, abre espaço para que a escola compreenda a saúde do professor não como uma questão periférica, mas como elemento central da qualidade educacional (Tardif; Lessard, 2014).

Superar essa tensão exige, portanto, que o cuidado com o professor deixe de ser reativo e passe a integrar o projeto político-pedagógico da instituição como prioridade estrutural.

Fajardo (2017) também descreve os diversos desafios que o ensino apresenta, os quais, se não forem compreendidos e abordados, podem impactar negativamente a saúde mental dos professores. Para alguns professores, o principal risco do ensino é a monotonia.

Apresentar os mesmos tópicos, dia após dia, ano após ano; utilizar os mesmos recursos e métodos; participar dos mesmos tipos de reuniões, possivelmente com os mesmos professores pode, sem dúvida, levar à apatia.

Quadro 4. Qualidade de Vida e Desempenho Docente/ Opinião dos Professores sobre saúde física e mental:

Entrevistadas	A escola oferece alguma ação para promover a qualidade de vida dos professores	O que você acredita que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida dos professores e, consequentemente, seu desempenho em sala de aula	Você acredita que os professores têm acesso adequado a cuidados com a saúde	A escola incentiva os professores a cuidarem da saúde física e mental
Diretora 1	Algumas ações pontuais	Acompanhamento psicológico	Sim, mas há dificuldades	Um pouco, mas não de forma estruturada
Diretora 2	Deve oferecer situações que envolvam atividades prazerosas.	Melhorar as condições de trabalho.	Nem sempre.	Não há incentivo nesse sentido
Diretora 3	Alguns encontros.	Valorização do trabalho.	Às vezes.	Precisa haver maiores incentivos nessa área.
Coordenadora 1	Uma vez ou outra.	O suporte institucional, incluindo formação continuada melhora o ambiente para os professores.	Deveriam ter mais investimentos nessa área.	Deveria, mas são poucos.
Coordenadora 2	Raramente.	Investir na formação sempre.	Procuramos ajudar, mas nem sempre tem.	Às vezes.
Coordenadora 3	De vez enquanto.	Pausas na jornada de trabalho, ajuda muito.	Sim, mas, não é frequente.	Nem sempre.

Fonte: elaboração própria, 2025.

Ao serem entrevistadas a respeito da qualidade de vida no trabalho docente, que constitui um dos pilares fundamentais para a efetividade do processo educativo,

especialmente na Educação Infantil, os dados coletados no Quadro 4, junto à gestora e à coordenadora de uma instituição de Educação Infantil do município de Rio Verde/GO, revelam um cenário marcado por reconhecimento parcial das necessidades de saúde dos professores, porém com lacunas estruturais significativas no que tange ao apoio institucional sistemático.

No que se refere às ações existentes para a promoção da qualidade de vida, a convergência entre as respostas da gestora e da coordenadora, ambas indicando "algumas ações pontuais", evidencia que, embora haja algum nível de consciência institucional sobre a temática, não existe uma política estruturada e contínua de promoção da saúde docente na unidade escolar investigada.

A pontualidade dessas ações é reveladora: ela demonstra que as intervenções ocorrem de forma episódica, desvinculadas de um planejamento estratégico que considere as especificidades do trabalho na Educação Infantil, caracterizado por alta demanda emocional, ausência de pausas regulares e contato intenso com crianças pequenas (Nunes, Corsino e Didonet, 2011).

Para Gasparini, Barreto e Assunção (2005), as condições adversas de trabalho nas escolas públicas brasileiras configuram um cenário propício ao adoecimento docente, sendo imprescindível que as ações de promoção da saúde deixem de ser pontuais e passem a integrar o projeto político-pedagógico das instituições de maneira orgânica e sistematizada.

Quanto às propostas de melhoria, há plena convergência entre as duas participantes: tanto a gestora quanto a coordenadora apontaram o "acompanhamento psicológico" como a principal ação que poderia ser implementada para beneficiar a saúde dos professores. Esse alinhamento é significativo, pois revela que as próprias lideranças da escola reconhecem a dimensão psicológica como a mais vulnerável e prioritária no contexto do trabalho docente na Educação Infantil.

No eixo referente ao acesso adequado aos cuidados com a saúde, ambas as participantes indicaram que o acesso existe, "mas há dificuldades". Embora haja concordância na avaliação geral, é importante notar que essa resposta, aparentemente homogênea, pode encobrir nuances distintas quanto à natureza das dificuldades percebidas por cada gestora em sua posição institucional.

O acesso formal aos serviços de saúde, descrito por Batista *et al.* (2019) como planos de saúde funcionais ou atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), não garante, por si só, condições efetivas de cuidado, sobretudo quando a jornada de trabalho docente,

muitas vezes extensa e com acúmulo de funções, dificulta que o professor organize tempo e disposição para buscar atenção à própria saúde.

Oliveira (2004) destaca que a intensificação do trabalho docente, decorrente de reformas educacionais e da ampliação das atribuições do professor nas últimas décadas, constitui um dos principais fatores que comprometem o acesso real, e não apenas formal, dos docentes aos cuidados de saúde. As dificuldades relatadas, portanto, situam-se em uma interseção entre o contexto institucional e as condições macrossociais do trabalho educativo no Bra

Por fim, os dados do Quadro 4 apontam para a necessidade de que tanto a gestão escolar quanto as instâncias municipais responsáveis pela Educação Infantil em Rio Verde/GO reconheçam a saúde docente como componente estratégico da qualidade educacional, e não como pauta secundária ou de responsabilidade exclusiva do indivíduo. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como ausência de doença, o que implica que as instituições de ensino devem assumir um papel ativo na criação de ambientes de trabalho saudáveis.

Nessa perspectiva, a implementação de programas de acompanhamento psicológico, como sugerido por ambas as participantes, aliada à formação continuada em saúde ocupacional, à escuta institucionalizada dos professores e à revisão das condições objetivas de trabalho, representaria um passo concreto e necessário em direção à construção de uma escola que cuida de quem cuida (Tardif e Lessard, 2005). A presente análise, portanto, não apenas descreve o estado atual da instituição investigada, mas indica direções possíveis e urgentes para a transformação das condições de saúde e trabalho dos professores da Educação Infantil no município.

Da mesma forma, Campos e Viegas (2021) afirma que um dos fatores que podem impactar negativamente a saúde dos professores é a opinião predominante entre os profissionais da educação e grande parte da sociedade sobre a dificuldade de ensinar hoje. Esse clima de insatisfação inclui considerações negativas, a falta de apoio dos pais e até mesmo da administração educacional, o número significativo de professores que tiram licença médica devido a problemas de saúde mental (depressão, ansiedade, etc.) e certas rotinas prejudiciais estabelecidas nas escolas que dificultam o desenvolvimento ideal da atividade profissional (falta de pessoal de apoio, horários inadequados, atribuição de aulas de reforço para as turmas "mais desafiadoras" a professores recém-chegados, etc.).

Em suma, os fatores mencionados contribuem para uma experiência pouco ideal e negativa para muitos professores, levando-os a engrossar as fileiras de profissionais que sofrem diariamente em seu trabalho, atingindo gradualmente níveis crescentes de insatisfação e mal-estar.

Bhende *et al.* (2020) afirmam que, em geral, existe uma forte associação entre as diversas origens do estresse ocupacional e suas manifestações subsequentes (ou seja, psicológicas, fisiológicas e comportamentais), revelando estressores de longo prazo. Eles também mencionam que o ensino pode levar à síndrome de burnout; além disso, detalham que indivíduos incapazes de lidar eficazmente com as demandas ambientais começam a apresentar sinais de estresse precocemente, dependendo de sua natureza.

Falando especificamente sobre professores, as consequências do estresse podem se manifestar de forma emocional, conforme Nogueira (2020), sentimentos de ansiedade indefinida, insatisfação, depressão, medo e frustração, bem como baixa autoestima, elementos cujo desfecho extremo pode ser a síndrome de burnout.

Por outro lado, Brolo (2021) deixa claro que existem manifestações comportamentais: problemas como distúrbios alimentares, uso excessivo de tabaco e álcool/medicamentos, violência ou insônia, juntamente com outros possíveis sinais de desistência, como absenteísmo e abandono da profissão. Da mesma forma, existem manifestações fisiológicas: problemas cardíacos, doenças psicossomáticas, fadiga e baixa energia.

Por sua vez, Silva e Torres (2018) descrevem sobre os fatores mais relevantes de estresse na profissão docente, identificaram que as condições de trabalho, as condições físicas inadequadas são fonte de estresse e insatisfação; a superlotação nas salas de aula é um exemplo primordial. A falta de iluminação, segurança, desconforto e recursos didáticos estão entre os problemas. Entre os fatores que contribuem para essa situação estão: protestos contra a profissão docente, suspensões de aulas e férias excessivas. Como resultado, os professores perderam sua imagem heroica e agora são vistos como antagonistas.

Conclui conforme Cruz *et al.* (2020), que o número de professores que expressam insatisfação com sua situação atual, suas condições de trabalho e a pressão que sofrem por parte de alunos, pais ou funcionários administrativos é cada vez mais significativo. Essa insatisfação leva a um número crescente de doenças, particularmente distúrbios psicológicos e psicossomáticos, que muitas vezes são difíceis de diagnosticar e caracterizar. Entre eles, incluem-se ansiedade, distúrbios musculoesqueléticos, lombalgia, hipertensão, estresse relacionado ao trabalho, depressão e outras manifestações orgânicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar as informações teóricas e os resultados obtidos no trabalho de campo, as seguintes conclusões foram alcançadas. Em relação ao primeiro objetivo específico, em identificar a analogia entre trabalho e saúde mental dos docentes de Educação Infantil, conclui-se, que os professores são geralmente vistos como muito desgastados, cansados, exaustos, tristes, preocupados, solitários e, por vezes, resignados. Constatou que a maioria dos afastamentos docentes se deve a problemas de saúde mental; e que muitos professores com funções passivas ou diferenciadas sofrem dessas patologias, criando um ciclo vicioso em que o professor desempenha tarefas passivas por um período, retorna às suas funções habituais e, em seguida, volta a se envolver em tarefas passivas. Muitos desses professores trabalham em diferentes períodos para suprir suas necessidades básicas.

O segundo objetivo procurou descrever as condições de trabalho e de saúde do pessoal docente da Educação Infantil; neste estudo foi definido que saúde e doença a partir dessa perspectiva, propondo que sua teoria da saúde e da doença se centra no estudo do vínculo como uma estrutura. Tanto a qualidade quanto a dinâmica do conhecimento estabelecem uma atividade na qual se reconhece um estilo específico de abordagem e criação do objeto. Essa abordagem tende a apreender e transformar o objeto, constituindo, assim, o juízo de realidade, critério de saúde e doença mental, por meio da constante referência, verificação e avaliação no mundo externo. A saúde mental consiste nesse processo, no qual a aprendizagem sobre a realidade ocorre por meio do confronto, da gestão e da resolução integrativa de problemas.

A análise das respostas dos entrevistados, demonstra que a maioria dos professores apresenta problemas de saúde que afetam sua capacidade de desempenhar suas funções. Essas dificuldades estão relacionadas à voz, que é uma das ferramentas necessárias para o ensino; o corpo como um todo, dores musculares, dores de cabeça, etc., é afetado. Numa perspectiva clínica, o burnout é entendido como um estado atingido por uma pessoa como resultado do estresse relacionado ao trabalho. Essa questão também é levantada que explicam que, quando o desconforto não pode ser resolvido por meio de um mecanismo inconsciente, sublimação ou meios criativos, os sintomas se desenvolvem.

Por outro lado, existe a saúde mental, vista como o estado de bem-estar que permite à pessoa realizar atividades que contribuem para o seu crescimento individual, social e profissional. Pode também ser definida como a capacidade das pessoas de gerir as suas

emoções, de separar situações problemáticas no seu ambiente e de encontrar soluções criativas sem perturbar outras áreas das suas vidas.

Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, diante dos objetivos em apontar as diferentes doenças ocupacionais que afeta os professores das escolas pesquisadas, concluiu-se que não há diferenças estatisticamente significativas nos níveis de saúde mental dos professores da Escola Municipal de Educação Infantil Pão da Vida, da Escola Municipal de Educação Infantil Enedina Maciel e da Escola Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato, ambas as escolas apresentaram as mesmas porcentagens de alta saúde mental (65%). Em relação a questão que tratou sobre afastamento do trabalho pelos professores, da Educação Infantil por problemas de saúde, durante a entrevista, disseram que as dificuldades enfrentadas pelos professores aumentaram devido as turmas muito grandes, jornadas de trabalho intensas. Considerando que, levam trabalhos pendentes para casa, paralelamente, os professores enfrentam uma diversidade de populações e necessidades educacionais para como escassez de materiais didáticos, prédios deteriorados e falta de assistência profissional.

Outro objetivo em analisar qual a relação entre a qualidade de vida do docente e seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Infantil, ao serem entrevistados sobre a qualidade de vida que possuem atualmente, 59% disseram que é boa, porém, dentre esses 23% reclamaram a respeito do trabalho que está influenciando na sua qualidade de vida. Pois, alegaram que não tem tempo suficiente para cuidar da saúde física. Os dados obtidos junto aos professores participantes da pesquisa, revelam um cenário preocupante no que diz respeito à disponibilidade de tempo para o cuidado com a saúde física, que raramente conseguem reservar tempo para o próprio cuidado físico.

Concluiu nesse objetivo, que para desfrutar de boa saúde mental no ambiente de trabalho, é necessário dispor das ferramentas adequadas para o desempenho das tarefas diárias. Finalmente, é necessário estabelecer uma relação entre o esgotamento psicofísico, a autopercepção da saúde mental e as causas do esgotamento. Como mencionado anteriormente, observa-se que o esgotamento psicofísico, a autopercepção e as causas estão implicitamente relacionados na maioria das entrevistas. Observa-se uma tendência muito acentuada em perceber o esgotamento psicológico e físico como um produto das mudanças no contexto e das exigências do sistema educacional, em vez de uma consequência da profissão e da própria função docente.

Sobre o objetivo em conhecer a opinião dos docentes da Educação Infantil quanto a importância da saúde física e mental para sua vivência social na escola e fora dela.

Afirmaram que existe muita fragilidade no que diz respeito ao suporte psicológico e emocional oferecido institucionalmente. O estudo aponta para um cenário de adoecimento docente multidimensional, simultaneamente físico e psíquico, consolidado pela recorrência de afastamentos e pela insuficiência das políticas institucionais de prevenção e cuidado. As percepções da gestora e da coordenadora, embora distintas em seus focos, são complementares e, em conjunto, oferecem um retrato representativo da fragilidade das condições de saúde dos professores da Educação Infantil investigada. Tal realidade corrobora o entendimento de que o adoecimento docente não é um fenômeno individual ou decorrente de fragilidades pessoais dos professores, mas resulta de condições estruturais de trabalho que precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas abrangentes, contínuas e fundamentadas nas especificidades do trabalho na Educação Infantil.

Conclui que navegar na profissão docente está se tornando cada vez mais difícil, e as situações de adaptação inevitavelmente têm um impacto direto e geral na vida dos professores, causando problemas de saúde para muitos deles. A falta de informação completa e oportuna para os docentes sobre seus direitos e os procedimentos administrativos necessários os leva, por necessidade e para evitar processos burocráticos, a recorrer ao seu plano de saúde para obter assistência em casos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, que muitas vezes não são devidamente notificados. Há uma alarmante subnotificação de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no setor docente. É importante destacar também que existem diferentes manifestações de conflito na área da saúde mental, que serão discutidas a seguir.

O desfecho desta pesquisa sobre o impacto significativo e suas potenciais repercussões ressaltam a necessidade de desenvolver estratégias voltadas para a melhoria da saúde dos professores. Os efeitos das situações de fadiga previamente analisadas, aliados à falta de uma cultura de prevenção e conscientização sobre riscos ocupacionais nas escolas, resultam em sérias deficiências na saúde ocupacional dos professores.

5.1. Contribuições para futuras pesquisas

Em razão das futuras pesquisas, recomenda-se, que os professores monitorem sempre sua saúde mental, bem como seus relacionamentos com colegas e alunos, para prevenir quaisquer problemas. Se surgirem sintomas que possam estar relacionados a problemas de saúde mental, eles devem procurar ajuda profissional de especialistas.

- ✓ Dentre as diversas condições que afetam a saúde mental dos professores, deve desenvolver estudo que compreenda o mal-estar profissional, e especialmente o mal-estar docente, que vem ganhando crescente importância, aludindo a fenômenos e experiências dos trabalhadores que, embora não constituam uma doença manifesta e, portanto, não justifiquem afastamento médico, afetam profundamente o bem-estar dos trabalhadores e a qualidade de seu trabalho, o que, no caso dos professores, influencia diretamente os alunos e sua aprendizagem;
- ✓ Pesquisa que compreenda as habilidades socioemocionais, que proporcionam benefícios significativos aos professores e ao seu ambiente. Reconhecer essas habilidades, promover experiências positivas e fornecer ferramentas para a paz pode gerar impactos positivos nas atitudes, na conduta e no comportamento docente;
- ✓ Pesquisas que compreenda as condições de trabalho dos professores, que contribuem para a experiência de estresse, bem como os fatores que mediam e mitigam esse sentimento. Ao identificar as causas e os fatores associados ao estresse, podem ser implementadas ações para reduzi-lo e melhorar a qualidade de vida profissional dos docentes. O objetivo é associar essas situações estressantes de trabalho com situações que, diante de um corpo docente despreparado, desencadeiam o estresse, e priorizar a promoção de estilos de vida saudáveis.

REFERÊNCIAS

- ABDULLAH, N.A.C., ZAKARIA, N., e ZAHOOR, N. **Desenvolvimentos na pesquisa sobre qualidade de vida no trabalho e orientações para pesquisas futuras**. SAGE Aberto, 11(4), 1-18. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/21582440211059177>. Acesso 2025.
- ACOSTA, M., PARRA, L., BURBANO, C., AGUILERA, M., Y POZOS, B. **Estrés laboral, Burnout, salud mental y su relación con violencia psicológica en docentes universitarios**. Revista Salud Uninorte, 35(3).2019. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81763959003>. Acesso 2025.
- ALARCÓN, Villamizar, *et al.* **Condições de tarefa e carga emocional nos trabalhadores de Ospinas y Cía** (Dissertação de doutorado, Corporación Universitaria Minuto de Dios). 2021. Disponível em: <https://repository.uniminuto.edu/handle/10656/13503>. Acessado em 2025.
- ALIANTE, G., MUSSA, A., e PEREIRA, A. M. **Estresse ocupacional em professores moçambicanos da educação inclusiva**. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, 11(1), 162-181. 2020.
- ALIVERNINI, F. E LUCIDI, F. **Relação entre contexto social, autoeficácia, motivação, desempenho acadêmico e intenção de abandonar o ensino médio: um estudo longitudinal**. Revista de Pesquisa Educacional, 104 (4), 241-252. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220671003728062>. Acesso 2025.
- ALONSO, F. **Una panorámica de la salud mental de los Profesores**. Revista iberoamericana de educación, (66),19-30. 2014. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/375/688>. Acesso 2025.
- ANDERSEN, J.R. NATVIG, G.K. AADLAND, E. MOE, V.F. KOLOTKIN, R.L. ANDERSEN, S.A. RESALAND, G.K. **Associações entre qualidade de vida relacionada à saúde, aptidão cardiorrespiratória, força muscular, atividade física e circunferência da cintura em crianças de 10 anos: o estudo ASK**. Pesquisa em Qualidade de Vida. 2017.
- ANTUNES, R., e PRAUN, L. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serviço Social & Sociedade**, 123, 407–427, 2015. doi: 10.1590/0101-6628.03. acesso, 2023.
- APERRIBAI, L., CORTABARRIA, L., AGUIRRE, T., VERCHE, E., & BORGES, Á. **Atividade física e saúde mental dos professores durante o bloqueio devido à pandemia de COVID-2019**. Frontiers in Psychology, 11 (novembro), 1-14. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.577886> . Acesso 2025.
- APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ARAÚJO, T. M. *et al.* **Aspectos psicossociais do trabalho e distúrbios psíquicos entre trabalhadores de enfermagem**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 424-433, 2005.

ARIZA, M. **Influência da inteligência emocional e do afeto na relação professor-aluno no desempenho acadêmico de estudantes do ensino superior.** Educação e Educadores, 20(2), 193-210. Português 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5294/edu.2017.20.2.2>. Acesso 2025.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

BAKKER, A. B. e DEMEROUTI, E. **A teoria das demandas e recursos do trabalho.** Journal of Work and Organizational Psychology, 29(3), 107-115. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5093/tr2013a16>. Acesso 2025.

BAPTISTA, M. N., SOARES, T. F. P., RAAD, A. J., & SANTOS, L. M. **Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários.** Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 2019, 19(1), 564-570. doi: 10.17652/rpot/2019.1.15417. Acesso 2025.

BARUKI, Luciana Veloso. **Riscos Psicossociais e Saúde Mental do Trabalhador - Por um Regime Jurídico Preventivo.** São Paulo. Editora: LTr, 2015.

BATISTA, J. B. V., Carlotto, M. S., Coutinho, A. S., & Augusto, L. G. S. **Prevalência da síndrome de *Burnout* e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB.** Revista Brasileira de Epidemiologia, 2020.

BHENDE, P., MEKOTH, N., INGALHALLI, V., REDDY, Y.V. **Qualidade de vida no trabalho e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.** Revista de Valores Humanos, 26(3), 256-265 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0971685820939380>. Acesso 2025.

BLINCOE, J. M. **A idade e a condição das escolas de ensino médio do Texas em relação ao desempenho acadêmico dos alunos.** Universidade do Texas. 2005. Disponível em: <https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/18052/blincoe72948.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 25 de abril de 2026.

BOESE, S. e SHAW, J. **Instalações escolares do estado de Nova York e saúde, desempenho e frequência dos alunos: um relatório de análise de dados.** Rede de Escolas Saudáveis. 2005. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED510053.pdf>. Acesso 2025.

BOSTRÖM, M., BJÖRKLUND, C., BERGSTRÖM, G., NYBERGH, L., SCHÄFER ELINDER, L., STIGMAR, K., WÄHLIN, C., JENSEN, I., & KWAK, L. **Saúde e ambiente de trabalho entre professores suecos do ensino fundamental - um estudo transversal.** International Journal of Environmental Research and Public Health, 17(1), 227. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17010227>. Acesso 2025.

BOWLBY, John. **Apego e perda:** apego. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. v. 1

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Brasília: INEP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** v. 1 e 2. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil — Proinfância.** Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Síndrome de *Burnout*.** 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,demanda%20muita%20competitividade%20ou%20responsabilidade.>> Acesso em: 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRAVO, J., BAEZA, B., VALDÉS, P., & CONCHA, Y. **Nível de atividade física e qualidade de vida relacionada à saúde em professores do ensino fundamental.** Retos, 49, 29–34. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47197/retos.v49.97989>. Acesso 2025.

BRITO, J. **Saúde do trabalhador:** reflexões a partir da abordagem ergológica. In: FIGUEIREDO, M. et al. (org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 91-114, 2004.

BRITO, R. **Da atitude à visão de mundo terapêutica:** Proposta de um modelo psicossófico. Segundo. Revista de Psiquiatria Universitária, 11 (4), 353-367. 2015b.

BRITO, R. **Moradia Poética e Atenção Plena:** Um Diálogo entre o Ocidente e o Oriente. Revista de Psiquiatria Universitária, 7 (3), 309-317. 2011.

BROLLO, N. P. **Evaluación de la salud mental en la formación docente de dos universidades chilenas** 2021. <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/9615/Artigo%20Natieli%20Panisson%20Brollo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso, 2023.

BRUNS, Barbara; LUQUE, Javier. E. **Professores Excelentes: Como Melhorar o Aprendizado na América Latina e no Caribe**, resumo, Washington, DC. Banco Mundial. Licença: Creative Commons Atribuição CC BY 3.0. Disponível em 2014. Disponível em: <http://www.codajic.org/node/1279>. Acesso em 27 de abril de 2026.

BUENO, L. R. **Saúde mental de professores e as implicações no ensino da educação infantil**. 90 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2021.

BULLOCK, C. C. **A relação entre as condições dos edifícios escolares e o desempenho dos alunos no ensino fundamental na Comunidade da Virgínia**. Instituto Politécnico e Universidade Estadual da Virgínia. 2007. Disponível em: <https://vtechworks.lib.vt.edu/bitstream/handle/10919/28749/calvinbullock.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 2025.

BUSTAMANTE, MA, ÁLVAREZ, AJ, VILLALOBOS, ME, E LUCERO, MI. **Percepção da qualidade de vida no trabalho de trabalhadores de centros de saúde familiar na zona central do Chile**. *Tecnologia da Informação*, 31(3), 65-74.2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-07642020000300065>. Acesso 2025.

CAAMAÑO-VEGA, V., CONTRERAS-DÍAZ, H., & CASTRO-CARRASCO, P. **Teorias subjetivas de professores sobre o tempo no contexto do ensino priorizado durante a pandemia**. *Logos*, 34 (1). 2024.

CALDERÓN, Gustavo Alexis de La Cruz, et al. **Validação da Escala de Carga de Trabalho em Trabalhadores Peruanos**. *Arch Prev Riesgos Labor*. 2018;21(3):123–7. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1578-25492018000300002. Acesso em 26 de abril de 2025.

CAMACARO, P. **Abordagem conceitual da qualidade de vida no trabalho**. *Contribuidores Ciência Soc*. Março de 2010. Disponível em <https://bit.ly/2AOITw2>. Acesso 2025.

CAMPANA, Y., VELASCO, D., AGUIRRE, J., & GUERRERO, E. **Investimento em infraestrutura educacional: Uma abordagem para mensurar seus impactos com base na experiência de escolas emblemáticas (relatório final)**. Lima: Consórcio para Pesquisa Econômica e Social. 2014. Disponível em: https://cies.org.pe/sites/default/files/investigaciones/20141002_informe_final_colegios_emblematicos_corregido.pdf. Acesso em 25 de abril de 2025.

CAMPOS, M. F., e VIEGAS, M. F. **Saúde mental no trabalho docente: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga**. *Cadernos de Pesquisa*, 28(2), 417-437, 2021.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. **A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CAMPOS, T. C., VÉRAS, R. M., e ARAÚJO, T. M. DE. (2020). **Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do**

trabalho. Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas), 25(3), 745–768. doi: 10.1590/s1414-40772020000300012. Acesso em 2025.

CARDANO, M. Manual de pesquisa qualitativa. **A contribuição da teoria da argumentação**. Tradução: Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.2017.

CARDOSO, A. M., REBOUÇAS, M. H. G., RAMOS, A. A. N. N., e MELO, M. C. C. CARLOTTO, M. S. **A síndrome de burnout e o trabalho docente**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21–29, 2002.

CLADELLAS PROS, R., CASTELLÓ TARRIDA, A., & PARRADO ROMERO, E. **Satisfação no trabalho, saúde e estresse entre professores universitários de acordo com seu status contratual**. Revista de Saúde Pública, 20(1), 53-59. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsap.v20n1.53569>. Acesso 2025.

CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, W. **Educação carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, W.; MENEZES, I. V. (org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

COLES, T, BENNETT, AV, TAN, X, JENSEN, RE, REEVE, B.B. **Relationship between sleep and exercise as colorectal cancer survivors transition off treatment**. Supportive Care in Cancer 26(8), pp. 2663-2673. 2018.

CRISTINA, T., MORALES, P., ESTEFANY, K., & PICHUCHO, T. **Programa educativo para docentes de educación secundaria sobre plantas nutricionales andinas**. Conrado, 18(87), 242– 250.2022.

CRUZ, G. F., CATTAFESTA, M., SOARES, F. L. P. S., FERRAZ, A. D. F., DANTAS, E.H. M., VIANA, M. V., & SALAROLLI, L. B. **Estresse ocupacional e fatores associados: um estudo em professores**. Saúde e pesqui.(Impr.), 583-592.2020.

CRUZ, Reginaldo; ROCHA, Eloisa Acires Candal. **Educação Infantil: desafios e perspectivas para uma pedagogia da infância**. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-28, jan./jun. 2008.

CUADRA-MARTÍNEZ, D., JORQUERA, R., Y PÉREZ, M. **Las teorías subjetivas del profesor acerca de su salud laboral: Implicancias en la promoción de la salud preventiva en el trabajo docente**. Ciencia & trabajo, 17(52), 1-6. 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-24492015000100002>. Acesso em 27 de abril de 2025.

CUZQUEN, S., & ESPARZA, R. **Qualidade de vida no trabalho para funcionários municipais em Túcume, Peru**. São Gregório, 2022, 1-18. 2022.

DEJOURS, C. **A loucura no trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho**. São Paulo: Oboré, 1987.

DEL PRADO. **Carga física de trabajo.** Blog de PRL - IMF Smart Education. 2014. Disponível em: <https://blogs.imfformacion.com/blog/prevencion-riesgos-laborales/especial-master-prevencion/carga-fisica-detrabajo/>. Acesso em 25 de abril de 2025.

DELGADO, L., GUERRA, P., PERAKAKIS, P., VIEDMA, MI, ROBLES, H. E VILA, J. **Eficácia de um programa de treinamento em mindfulness e valores humanos como ferramenta de regulação emocional e prevenção do estresse para professores.** Psicologia Comportamental/Psicologia Conductual, 18 (3), 511-532. 2010.

DELGADO, VEAS, AVALO, GAHONA. **El rol de la inteligencia emocional y del conflicto trabajo-familia en la satisfacción laboral, el desempeño percibido y la intención de abandono de los docentes.** Scielo, Inf. tecnol. vol.32 no.1 La Serena Feb. 2021, vol.32 no.1. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718>. Acesso em 27 de abril de 2025.

DEMEROUTI, E., NACHREINER, F., BAKKER, A. B. Y SCHAUFELI, W. B. **The job demandsresources model of burnout.** Journal of Applied Psychology, 86(3), 499-512. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0021-9010.86.3.499>. Acesso 2025.

DEMO, P. **Aprender Com Suporte Digital - Atividades autorais digitais** HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM) - ISSN: 1809-1628. vol. 25- jul/set. 2007. http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1284. Acesso, 2025.

DESSEN, Maria Auxiliadora; PAZ, Maria das Graças Torres da. **Bem-estar pessoal nas organizações: o impacto de configurações de poder e características de personalidade.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. 3, p. 549-556, 2010.

DIAZ BARRIGA y Hernández **Estrategias docentes para un aprendizaje significativo** Mc Graw-Hill Interamericana de España. 2010.

DILIBERTI, M., & KAUFMAN, J. **Este ano letivo será mais uma vítima da pandemia?** Principais conclusões das pesquisas sobre a COVID-19 do American Educator Panels do outono de 2020. Este ano letivo será mais uma vítima da pandemia? Principais conclusões das pesquisas sobre a COVID-19 do American Educator Panels do outono de 2020. /disponível em: <https://doi.org/10.7249/rra168-4>. Acesso em 2025.

DUARTE, J., GARGIULO, C., & MORENO, M. **Infraestrutura escolar e aprendizagem na educação básica latino-americana: uma análise baseada no SERCE.** BID. 2011. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/infraestructura-escolar-y-aprendizajes-en-la-educacion-basica-latinoamericana-un-analisis-partir>. Acesso em 25 de abril de 2025.

ELAGIZI, A., KACHUR, S., CARBONE, S., LAVIE, C. J., & BLAIR, S. N. **A Review of Obesity, Physical Activity, and Cardiovascular Disease.** In Current Obesity Reports (Vol. 9, Issue 4, pp. 571–581). Springer.2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13679-020-00403-z>. Acesso 2025.

ERDAMAR, G., & DEMIREL, H. **Job and Life Satisfaction of Teachers and the Conflicts They Experience at Work and at Home.** Journal Of Education And Training

Studies, 4(6). 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11114/jets.v4i6.1502>. Acesso em 27 de abril de 2025.

ERICK, P.N., SMITH, D.R. **A systematic review of musculoskeletal disorders among school teachers.** BMC Musculoskelet Disord 12, 260 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2474-12-260>. Acesso em 25 de abril de 2025.

ERICK, PN, SMITH, DR **Uma revisão sistemática de distúrbios musculoesqueléticos entre professores escolares.** BMC Distúrbios Musculoesqueléticos 12, 260 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2474-12-260>. Acesso 2025.

ESCAÑO, J., e GIL, M. **Cinco hilos para tirar de la motivación y el esfuerzo.** Barcelona: Horsori Editorial. 2008.

ESTEVE, J. Y NEVES, S. **Programa de formación para la prevención de malestar docente.** Revista galego-portuguesa de psicoloxía e educación: revista de estudos e investigación en psicología y educación, 5(5), 43-54, 2000.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.** Bauru: EDUSC, 1999.

ESTRADA, E., PAREDES, Y., y QUISPE, R. **El desgaste profesional y su relación con el desempeño de los docentes de educación básica regular.** [Burnout and its relation to the performance of regular basic education teachers]. Revista Universidad y Sociedad, 13(4), 361-368. 2021. Disponível em: <https://n9.cl/x5t07>. Acesso em 2025.

FAJARDO, M. **Las víctimas del burnout: El síndrome que deja a los profesores jóvenes con el ánimo por los suelos.** El mostrador, 2017. Disponível em: <http://www.elmostrador.cl/cultura/2017/08/09/profesores-jovenes-son-principalesvictima-del-sindrome-de-estres-laboral-en-el-ambito-docente/> Acesso 2025.

FELDMAN, Robert S. **Introdução à Psicologia.** 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M. **Impacto da sintomatologia osteomuscular na qualidade de vida de professores.** Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 602-612, 2009.

FERNÁNDEZ-PUIG, VICTORIA; LONGÁS MAYAYO, JORDI; CHAMARRO LUSAR, ANDRÉS; VIRGILI TEJEDOR, CARLES. **Evaluando la salud laboral de los docentes de centros concertados: el Cuestionario de Salud Docente.** Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones, vol. 31, núm. 3, 2015, pp. 175- 185 Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid Madrid, España. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2313/231343095006.pdf>. Acesso em 2025.

FLOOK, L; GOLDBERG, S; PINGER, E; BÔNUS, K e DAVIDSON, R. **Atenção plena para professores: um estudo piloto para avaliar os efeitos no estresse, no esgotamento e na eficácia do ensino.** Mente, cérebro e educação, 7 (3), 2013. DOI:10.1111/mbe.12026. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3855679/>. Acesso 2025.

FRANCO, C., MANAS, I., CANGAS, AJ, MORENO, E. E GALLEGO, J. **Reduzindo o**

sofrimento psicológico dos professores por meio do treinamento de atenção plena. Revista Espanhola de Psicologia, 13 (2), 655-666. 2010.

FUENTES GÓMEZ, R. A., y ZÚNIGA VALLE, C. M. **Impacto psicológico en los docentes de educación primaria a causa de la covid-19.** ACADEMO Revista De Investigación En Ciencias Sociales Y Humanidades, 8(2), 129–139 2021. Disponível em: <https://revistacientifica.uamericana.edu.py/index.php/academo/article/view/533>. Acesso em 27 de abril de 2025.

GARCÍA, Sebastián García, HOYO Olga Delgado, **carga mental de trabajo.** Instituto Nacional de Seguridad e Higiene en el Trabajo C/ Torrelaguna, 73 - 28027 Madrid. 2002. Disponível em: <https://www.insst.es/documents/94886/96076/carga+mental+de+trabajo/2fd91b55-f191-4779-be4f-2c893c2ffe37>. Acesso em 26 de abril de 2025.

GARRICK, A., MAK, A., CATHCART, S., WINWOOD, P., BAKKER, A., Y LUSHINGTON, K. **Clima de segurança psicossocial moderando os efeitos das demandas diárias do trabalho e da recuperação sobre a fadiga e o engajamento no trabalho.** Revista de Psicologia Ocupacional e Organizacional. 87(4), 694-714. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joop.12069>. Acesso em 27 de abril de 2025.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189–199, 2005.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

GIADROSIC-REYES G. **Impacto da qualidade de vida na disposição do professor em exercer sua atividade profissional.** Ensino. 2002; (18): 74-83. Disponível em: <https://bit.ly/2qxNJXq>. Acesso 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 184 p, 2010.

GONZÁLEZ, B. **El Currículo como Proyecto Educativo en sus tres Niveles de Concreción.** Centro de Reflexión y Planificación Educativa (CERPE). 2012.

GONZÁLEZ-PALACIOS, Y. L., CEBALLOS-VÁSQUEZ, P. A., & RIVERA-ROJAS, F. **Carga mental en profesores y consecuencias en su salud: una revisión integrativa.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 29, e2808. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2123>. Acesso em 27 de abril de 2025.

GOULART JUNIOR, E.; LIPP, M. E. N. **Estresse entre professoras do ensino fundamental de escolas públicas estaduais.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 4, p. 847-857, out./dez. 2008.

GREENFIELD, J. HUDSON, M. VINET, E. FORTIN, P.R. BYKERK, V. PINEAU, C.A. WANG, M. BERNATSKY, S. BARON, M. **Comparação da qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS) em quatro doenças reumáticas autoimunes sistêmicas. (SARDs).** PLoS ONE. 2017.

GREENHAUS, J. H., e BEUTELL, N. J. **Sources of Conflict Between Work and Family Roles.** Academy Of Management Review, 10(1), 76-88. 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.5465/amr.1985.4277352>. Acesso em 27 de abril de 2025.

GRZYWACZ, J. G., & MARKS, N. F. **Reconceptualizando a interface trabalho-família: uma perspectiva ecológica sobre os correlatos do impacto positivo e negativo entre trabalho e família.** Revista de Psicologia da Saúde Ocupacional.5(1), 111-126. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/1076-8998.5.1.111>. Acesso em 27 de abril de 2025.

GUAITARRILLA, D. **Modelos pedagógicos implementados na educação infantil no Subnível 1, na Escola Pública Mista José Antepara da paróquia de La Magdalena, durante o ano letivo de 2017-2018,** Quito. 2019.

GÜELL. **Estudio de la satisfacción laboral de los maestros.** Barcelona, España: Tesis doctoral en ciencias humanas, sociales y jurídicas. Universidad Internacional de Catalunya. 2014.

GUERRESE, Rafaella Santos. **Saúde mental em organizações públicas: uma análise entre o prazer e o sofrimento laboral em uma instituição integrante do Poder Judiciário do Rio de Janeiro.** / Rafaella Santos Guerrese. -- Rio de Janeiro, 2020. <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13193/1/RSGuerrese.pdf.pdf>. Acesso 2025.

HAN, BYUNG-CHUL. **A Sociedade da Fadiga** (Arantzazu Saratzaga Arregi, trad.). Pastor. (Originalmente publicado em 2010). 2012.

HAN, J., e YIN, H. **Motivação do professor: Definição, desenvolvimento de pesquisa e implicações para os professores.** Educação Cogent, 3(1). 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2331186X.2016.1217819>. Acesso 2025.

HANZELMANN, R. da S.; PEREIRA, Érika A. A.; VELASCO, A. R.; SILVA, A. S. da; OLIVEIRA, E. B. de; PASSOS, J. P. **Estresse em professores do Ensino Fundamental: o ambiente em evidência.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento., [S. l.], v. 9, n. 8, p. e53982910, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.2910. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2910>. Acesso em: 2025.

HERRERA, K., GONZALES, F., GARCÍA, G., Y PONCE, D. **Identidad profesional y vocación docente.** [Professional identity and teaching vocation]. Episteme Koinonía. Revista Electrónica de Ciencias de la Educación, Humanidades, Artes y Bellas Artes, 6(12), 103-118.2023. Disponível em: <https://n9.cl/g9b1ic>. Acesso em 26 de abril de 2025.

HERZBERG, HACKMAN y OLDHAM. **Modelo de las Características importantes sobre la motivación en el trabajo.** España Madrid. Editorial Santos. 2009.

HIGGINS, S., HALL, E., WALL, K., WOOLNER, P. e MCCAUGHEY, C. **O impacto dos ambientes escolares: uma revisão da literatura.** Callaghan, NSW: Universidade de Newcastle. 2005.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The Managed Heart: commercialization of human feeling.** Berkeley: University of California Press, 1983.

HOFFMANN, C., ZANINI, R. R., MOURA, G. L. D., & MACHADO, B. P. **Prazer esofrimento no trabalho docente: Brasil e Portugal.** Educação e Pesquisa, 45.2019.

HOFMANN, S. G., SAWYER, A. T., WITT, A. A., & OH, D. **The Effect of Mindfulness-Based Therapy on Anxiety and Depression.** A Meta-Analytic Review. 2010

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In: NÓVOA, A. (org.). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1992. p. 31-61. 1992.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Rio Verde, Goiás. 2023. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde/panorama>>. Acesso em: 2025.

IDEP. **El desarrollo de las capacidades docentes.** Orientaciones pedagógicas para el diseño de políticas de desarrollo profesional docente. Alcaldía Mayor de Bogotá D.C. 2014.

ILAJA, B., & REYES, C. **Burnout and emotional intelligence in university professors: implications for occupational health.** Psicología desde el Caribe, 33(1), 31-46. 2019 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14482/psdc.33.1.8081>. Acesso 2025. Acesso em: 2025.

INSTITUTO COLOMBIANO DE NORMAS TÉCNICAS Y CERTIFICACIÓN (ICONTEC). **GTC 45: Guía para la identificación de los peligros y la valoración de los riesgos en seguridad y salud ocupacional.** 2. ed. Bogotá: ICONTEC,. 34 p, 2012.

INSTITUTO DE INTERNACIONAL PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (IESALC). **COVID-19 y educación superior: De los efectos inmediatos al día después. Análisis de impactos, respuestas políticas y recomendaciones.** 2020. Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/wpcontent/uploads/2020/05/COVID-19-ES-130520.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA FÍSICA EDUCACIONAL [INIFED]. **Normas e especificações para estudos, projetos, construção e instalações.** Instituto Nacional de Infraestrutura Física Educacional. 2014. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/89279/Tomo2_Accesibilidad.pdf. Acesso em 25 de abril em 2025.

JADILLE, B. **Tarefa pública: escolas para o Chile.** MINEDUC. Design para a educação do século XXI. Quatro perspectivas sobre design e educação. 2016. Disponível em: <https://repositorio.udd.cl/bitstream/handle/11447/1441/03%20Baza%2C%20J.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 de abril de 2025.

JARDIM, Silva. **Saúde mental dos trabalhadores e responsabilidade social: uma questão de laço.** Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 78, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2012.

JENNINGS, P. E GREENBER, M. **Melhorando os ambientes de aprendizagem em sala de aula por meio do cultivo da conscientização e resiliência na educação (CARE):** resultados de um ensaio clínico randomizado. *Psicologia Escolar Quarterly*, 28 (4), 374-390.2013.

KARASEK, R. A. Y THEORELL, T. **Healthy Work: Stress, Productivity, and the Reconstruction of Working Life.** Nueva York: Basic Books.1990.

KEMENY, ME, FOLTZ, C., CAVANAGH, JF, CULLEN, M., GIESE-DAVIS, J., JENNINGS, P., ROSENBERG, EL, GILLATH, O., SHAVER, PR, WALLACE, BA, & EKMAN, P. **O treinamento contemplativo/emocional reduz o comportamento emocional negativo e promove respostas pró-sociais.** *Emoção*, 12 (2), 338-350. 2011.

KIM, L. E., OXLEY, L., Y ASBURY, K. “**My brain feels like a browser with 100 tabs open**”: A longitudinal study of teachers’ mental health and well-being during the COVID-19 pandemic. *British Journal of Educational Psychology*, 92(1), 299–318. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bjep.12450>. Acesso em 27 de abril de 2025.

KIM, L. E., Y ASBURY, K. ‘**Like a rug had been pulled from under you**’: The impact of COVID-19 on teachers in England during the first six weeks of the UK lockdown. *British Journal of Educational Psychology*, 90(4), 1062–1083. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bjep.12381>. Acesso em 27 de abril de 2025.

KRAMER, S. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação.** São Paulo: Ática, 2005.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. **Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003.

LASERNA JIMÉNEZ, C., CASADO MONTAÑÉS, I., CAROL, M., GUIX-COMELLAS, E.M., & FABRELLAS, N. **Qualidade de vida profissional de enfermeiros de atenção primária à saúde: uma revisão sistemática.** *Revista de Enfermagem Clínica*. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jocn.16015>. Acesso 2025.

LIZANA, P.A., VEGA-FERNADEZ, G., GOMEZ-BRUTON, A., LEYTON, B., & LERA, L. **Impacto da pandemia de COVID-19 na qualidade de vida dos professores: um estudo longitudinal antes e durante a crise de saúde.** *Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública*, 18(7). 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18073764>. Acesso 2025.

LOPES, S. V., e SILVA, M. C. DA. **Estresse ocupacional e fatores associados em servidores públicos de uma universidade federal do sul do Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 2018, 23(11), 3869–3880. doi: 10.1590/1413-812320182311.28682015. Acesso em: 2025.

LÓPEZ-CASSÀ, È. y PÉREZ-ESCODA, N. **La influencia de las emociones en la educación ante la COVID-19: El caso de España desde la percepción del profesorado.** Barcelona, Universitat de Barcelona. Estrés laboral y salud mental en docentes de primaria y secundaria. (2014). *Revista Colombiana De Salud Ocupacional*, 4(4), 30-32. 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.18041/2322-634X/rcso.4.2014.4963>. Acesso em 27 de abril de 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOZADA MA. **La docencia: ¿un riesgo para la salud?**. Av enferm. 2005; 23(1): 18–30, 2005.

MACHADO, C. V., PEREIRA, A. M. M., and FREITAS, C. M. **Desafios dos sistemas de saúde diante da pandemia: apresentação**. In: MACHADO, C. V., PEREIRA, A. M. M., and FREITAS, C. M., eds. Políticas e sistemas de saúde em tempos de pandemia: nove países, muitas lições [online]. Rio de Janeiro, RJ: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2022, pp. 9-20. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-129-7. <https://doi.org/10.7476/9786557081594.0001> Acesso em: 2025.

MADUREIRA, V. S. F. **Conceitos e práticas em saúde: a enfermagem comemorando o Dia Internacional da Saúde**. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, 16(33), 123-132. 2019.

MAÑAS, I., FRANCO, C. E JUSTO, E. **Redução dos níveis de estresse e licenças médicas entre professores do ensino médio por meio de um programa de treinamento de atenção plena**. Clínica e Saúde, 22 (2), 121-137. 2011.

MARCELO, C. **Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro**. Sísifo: Revista de Ciências da Educação, n. 8, p. 7-22, 2009.

MARTÍNEZ, GUEVARA & VALLES. **El desempeño docente y la calidad educativa**. Ra Ximhai, 12(6), julio diciembre, 2016, pp. 123-134 Universidad Autónoma Indígena de México. 2016. Disponible en <https://www.redalyc.org/pdf/461/46148194007.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2025.

MARTINEZ, M. C.; FERREIRA, M.; SOUSA, S. **Presenteísmo: quando o trabalho supera a saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 893-901, 2007.

MARTÍNEZ-CHAIRES, GI, GUEVARA-ARAIZA, A., & VALLES-ORNELAS, MM (2016). **Desempenho do professor e qualidade educacional**. Ra Ximhai, 12(6), 123-134. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=46148194007>. Acesso 2025.

MARTÍNEZ-OTERO, V. **Estrés y ansiedad en los docentes**. Pulso. 26. 9-21. 2003.

MASLOW, A. **Motivación y personalidad**. México: Mc Graw-Hill. 2001

MEDEIROS, Eduardo Alexandrino Servolo. **A luta dos profissionais de saúde no enfrentamento da COVID-19**. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2020, v. 33 [Acessado 20 Outubro 2022], e-EDT20200003. Disponível em: <<https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020EDT0003>>. Acesso em: 2025.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 321 p. 2012.

MEDINA, Illinois. **Atuação pedagógica profissional do tutor no curso de Bacharelado em Educação, Pedagogia - Psicologia da Universidade de Matanzas** (Tese de doutorado). Matanzas: Universidade de Matanzas. 2017.

MEIKLEJOHN, J., PHILLIPS, C., LEE, M., LEE, M., BIEGEL, G., ROACH, A., FRANK, J., BURKE, C., PINGER, L., SOLOWAY, G., ISBERG, R., SIBINGA, E., GROSSMAN, L. & SALTZMAN, A. **Integrando o treinamento de atenção plena na educação do ensino fundamental e médio: promovendo a resiliência de professores e alunos.** *Atenção plena*, 1 (1), pp. 291-307. 2012. em: https://greatergood.berkeley.edu/images/uploads/Integrating_Mindfulness_Training_Into_K-12_Education.pdf. Acesso 2025.

MELLINI, C. K., & OVIGLI, D. F. B. **Identidade docente: percepções de professores de biologia iniciantes.** *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências* (Belo Horizonte), 22, e16364. 2020.

MELLO, F. H., e DA SILVA, D. H. **Saúde dos docentes das escolas municipais de Cáceres, Mato Grosso, Brasil.** *Revista Brasileira de Saúde e Segurança no Trabalho*, 2(1), 9-17, 2019.

MERINO, M. DE LOS A., LAUREANO, O. J., LAUREANO, E. J., NORIEGA SANCHEZ, J. A., & CAMPOS NIEVES, D. N. **Carga laboral y síndrome de burnout en docentes de universitarios en enfermería.** 2022. <https://revistasanitariadeinvestigacion.com/carga-laboral-y-sindrome-de-burnout-en-docentes-de-universitarios-en-enfermeria/>. Acesso em 26 de abril de 2025.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MOHAMMADI, S., E KARUPIAH, P. **Qualidade de vida no trabalho e desempenho do corpo docente: um estudo comparativo em universidades públicas e privadas na Malásia.** *Estudos em Educação Superior*, 45(6), 1093-1107. <https://doi.org/10.1080/03075079.2019.1652808>. Acesso 2025.

MONSALVE, A.E., ÑIQUE, C., PÉREZ, J.K., MESTANZA, J. DEL M., DÍAZ, E.K., INFANTE, K.E., & LLUNCOR, I.P. **Qualidade de Vida Profissional de Professores da Faculdade de Medicina de uma Universidade de Lambayeque-Peru.** *Universidade Médica*, 61(4), 108-116. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/javeriana.umed61-4.cvpd>. Acesso 2025.

MOREIRA, S. C. F. **Avaliação ergonômica postural de docentes em instituições públicas de educação infantil no município de Itacoatiara – AM.** 2023. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara (AM), 2023.

MORENO, R. **Factores y riesgos laborales psicosociales: conceptualización, historia y cambios actuales.** *Medicina y Seguridad del Trabajo*, 57(Suppl 1), 4-19. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4321/S0465-546X2011000500002>. Acesso 25 de abril de 2025.

MUENCHHAUSEN SV, BRAEUNIG M, PFEIFER R, GÖRITZ AS, BAUER J, LAHMANN C Y WUENSCH A. **Teacher Self-Efficacy and Mental Health—Their Intricate Relation to Professional Resources and Attitudes in an Established Manual-Based Psychological Group Program.** *Front. Psychiatry* 12:510183. 2021.

MUÑOZ, C. y PIERNAGORDA, D. **Relación existente entre las estrategias de afrontamiento y el síndrome de Burnout en 17 docentes de básica primaria y secundaria de una institución de Cartago, Valle.** *Psicogente*, 14(26), 389-402. 2011.

MUÑOZ, M. **La salud emocional emocional de los docentes.** Grupo Educar. 2019. Disponível em: <https://www.grupoeducar.cl/revista/edicion-231/35810-2/>. Acesso em 27 de abril de 2025.

NARANJO, C. **Mudando a educação para mudar o mundo.** Santiago: Quarto Próprio. 2007.

NEFFA, J. C. **Intensificación del trabajo y cambio de su sentido: consecuencias del nuevo modo de desarrollo.** 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6680/668076912008/>. Acesso em 27 de abril de 2025.

NOGUEIRA, Ana Filipa Magalhães. **Saúde Mental no local de trabalho: a necessidade e importância da criação de um programa de promoção de saúde mental e bem-estar em contexto laboral.** Mestrado Gestão De Unidades de Saúde. Dissertação em Gestão das Organizações – Ramo/Área de Especialização em Gestão de Unidades de Saúde pela - Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, 2020. [file:///C:/Users/roann/Downloads/content%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/roann/Downloads/content%20(5).pdf) Acesso em: 2025.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009.

OCDE. **"The teachers' well-being conceptual framework: Contributions from TALIS 2018"**, *Teaching in Focus*, No. 30, OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/86d1635c-en>. Acesso em 27 de abril de 2025.

OCDE. **Schooling for tomorrow: Trends and scenarios.** Paris, Francia. CERI-OECD. 2001. Disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/education/what-schools-for-the-future_9789264195004-en. Acesso em 27 de abril de 2025.

OCHOA, K., ALVARADO, C. R., MENDOZA, M. G. DEL C., & ROCA, L. E. **Factores asociados con enfermedades no transmisibles en el personal docente y administrativo de una institución universitaria.** *Revista Médica Herediana*, 32(4), 224–233. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20453/rmh.v32i4.4119>. Acesso 2025.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127–1144, set./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>. Acesso em: 25 de abril de 2025.

OREALC/UNESCO. **Antecedentes e critérios para o desenvolvimento de políticas de ensino na América Latina e no Caribe.** Santiago do Chile: UNESCO, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Educação para as pessoas e o planeta: Criando um futuro sustentável para todos.** 2016. Disponível em: <https://www.gcedclearinghouse.org/sites/default/files/resources/248526s.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Recomendação relativa à condição do pessoal docente.** Paris: OIT/UNESCO, 1984.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), Departamento de Saúde Mental e Abuso de Substâncias. **Invista em saúde mental.** Genebra (Suíça); 2004. Disponível em: www.who.int/mental_health/advocacy/en/spanich_final.pdf. Acesso 2025.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT. **Recomendación conjunta de la OIT y la UNESCO relativa a la situación del personal docente** (1966) y Recomendación de la UNESCO relativa a la condición del personal docente de enseñanza superior (1997). Primera edición, 2016. Disponible en: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/--sector/documents/normativeinstrument/wcms_493318.pdf). Acesso 2025.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT. **Recomendación conjunta de la OIT y la UNESCO relativa a la situación del personal docente** (1966) y Recomendación de la UNESCO relativa a la condición del personal docente de enseñanza superior (1997). Primera edición, 2016. Disponible en: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/--sector/documents/normativeinstrument/wcms_493318.pdf). Acesso 2025.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (O.M.S). Carta Ottawa. 21 de noviembre de 1986. **Conferencia Internacional de la promoción de la salud.** Ottawa. 2016 Disponible en: <http://www.fmed.uba.ar/depto/toxico1/carta.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2025.

ORTEGA, A. C; SILVA, F. P. M. **As ferramentas da pesquisa qualitativa aplicadas aos estudos territoriais.** In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, p. 113-121, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8847/1/As%20Ferramentas.pdf>>. Acesso em: 2025.

PALMA-VASQUEZ, C., CARRASCO, D., Y HERNANDO-RODRIGUEZ, J. C. **Mental Health of Teachers Who Have Teleworked Due to COVID-19.** European journal of investigation in health, psychology and education, 11(2), 515–528. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ejihpe11020037>. Acesso 27 de abril de 2025.

PEKAS, M. G., SANTOS, F. S., RECEDE, R. A. A., Y ROSA, M. A. D. **Filipino Teachers' Mental Health Amidst the Covid-19 Pandemic.** International Journal of Multidisciplinary: Applied Business and Education Research, 3(6), 1017-1027. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11594/ijmaber.03.06.07>. Acesso em 27 de abril de 2025.

PENG, Y., WU, H., Y GUO, C. **T A relação entre autonomia docente e saúde mental em professores do ensino fundamental e médio: o papel mediador em cadeia da eficácia docente e da satisfação no trabalho.** Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Pública Health, 19(22), 15021.2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph192215021>. Acesso em 27 de abril de 2025.

PEREIRA, APL, MAIA, LG, SANTOS, SVM DOS, ROBAZZI, ML DO CC, & DA SILVA, LA . **Preditores associados à qualidade de vida no trabalho de professores universitários públicos.** Revista de Saúde Pública, 22(5), 1-8.2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsap.v22n5.75923>. Acesso em 2025.

PEREIRA, E. C. C. S; RAMOS, M. F. H. (2020). **Síndrome de Burnout e autoeficácia em professoras da educação infantil.** Educação Em Foco, 23(41), 336–356. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24934/eef.v23i41.4778>. Acesso 2025.

PÉREZ, FA. **Um modelo para o desempenho profissional de professores pré-universitários.** Havana: CICP. 2009.

PEREZ, JK, MONSALVE, AE, ÑIQUE, CA, MESTANZA, JDM, DIAZ, EK, INFANTE, KE, & LLUNCOR, IP. **Qualidade de vida profissional de professores de uma universidade no norte do Peru.** Universidade Médica, 61(4).2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/javeriana.umed61-4.cvpd>. Acesso 2025.

PICUS, L.O., MARION, S.F., CALVO, N. e GLENN, W.J. **Compreendendo a relação entre o desempenho dos alunos e a qualidade das instalações educacionais: Evidências do Wyoming.** Peabody Journal of Education, 80(3), 71-95. 2005. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15327930pje8003_5. Acesso em 25 de abril de 2025.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PONCE BRAVO G. **Caracterización de la enfermedad laboral.** Rev Fasecolda. 2022; 188:36–43. 2022.

PRADO, C. E. P. **Occupational stress: causes and consequences.** Rev Bras Med Trab.2016;14(3) DOI: 285-289. 2016.

PUERTAS, P., UBAGO, J., MORENO, R., PADIAL, R., MARTÍNEZ, A. E GONZÁLEZ, G. (2018). **Inteligência emocional na formação e atuação de professores: uma revisão sistemática.** Revista Espanhola de Orientação e Psicopedagogia,29(2), 128-142. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/reop.vol.29.num.2.2018.23157>. Acesso 2025.

QEDU. **Rio Verde, Goiás.** 2023. Disponível em:< <https://qedu.org.br/municipio/5218805-rio-verde>>. />. Acesso em: 10 out. 2023.

QUISPE, A. **Motivação e Desempenho Profissional.** [S.l.]: [s.n.], 2008. (p. 38).

REIMERS, F. **Learning from a Pandemic.** The Impact of COVID-19 on Education Around the World. In F. Reimers (Ed.), Primary and Secondary Education During Covid-19 (pp. 1-

37). Springer.2022. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10>. Acesso em 27 de abril de 2025.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **Por que ouvir as crianças?** Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUEZ VILLANUEVA, M. N., & HUAPAYA FLOREZ, G. A. **Carga laboral y el Síndrome Burnout en el personal administrativo y docente universitario**. 2021, 4(8), 5-17. Disponível em: <https://repsi.org/index.php/repsi/article/view/55>. Acesso em 2025.

RODRÍGUEZ ZAFRA, M.C. **¿Estrés docente? Causas que lo generan y posibles soluciones.** Educaweb. 20210. Disponível em: <https://www.educaweb.com/noticia/2010/03/22/estres-docente-causas-generanposibles-soluciones-4155/>. Acesso 2025.

RODRÍGUEZ, P. L., PÉREZ, J. J., GARCÍA, E., MESEGUER, M., SALMERÓN, R., & TÁRRAGA, P. J. **Health-related lifestyle assessment among Spanish adults from 22 to 72 years.** *Clinica e Investigacion En Arteriosclerosis*, 35(1), 12–20.2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.arteri.2022.06.002>. Acesso 2025.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

RUIDIAZ-GÓMEZ, K. S., & CACANTE-CABALLERO, J. V. **Desenvolvimento histórico do conceito de Qualidade de Vida:** uma revisão da literatura. *Revista Ciencia y cuidado*, 18(3), 86-99, 2021.

RUIZ TORRES, Jorge Alberto. **O bem-estar emocional dos professores.** *Revista Nacional e Internacional de Educação Inclusiva* (Ed.). (Vol. 9, Número 2). *Revista Nacional e Internacional de Educação Inclusiva*. 2016.

SACRISTÁN T. **Contribuições sociológicas para o estudo da saúde mental das mulheres.** *Revista Mexicana de Sociologia* 2009; 71(4): 647-674. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032009000400002&lng=es&tlng=es. Acesso 2025.

SALANOVA, M., CIFRE, E., MARTÍNEZ, I. M. Y LLORENS, S. **Caso a caso en la prevención de riesgos psicosociales.** *Metodología WONT para una organización saludable*. Bilbao: Lettera Publicaciones. 2007.

SANTOS, E. C.; ESPINOSA, M. M.; MARCON, S. R. **Quality of life, health and work of elementary school teachers.** *ACTA Paulista de Enfermagem*, v. 33, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/zx5RMBbTgSyNFhcyG4PZ3mD/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SEGUNDO ESTUDO COMPARATIVO E EXPLICATIVO REGIONAL [SERCE]. **Aprendizagem dos alunos na América Latina e no Caribe: relatório técnico.** UNESCO. 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190297>. Acesso em 25 de abril de 2025.

SEIBT, R., SPITZER, S., DRUSCHKE, D., SCHEUCH, K., Y HINZ, A. **Predictors of mental health in female teachers.** International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health, 26(6), 856-869. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2478/s13382-013-0161-8>. Acesso em 27 de abril de 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 304 p. 2007.

SHAPIRO, SL, BROWN, KW, & ASTIN, J. **Rumo à integração da meditação no ensino superior: uma revisão da pesquisa.** Teachers College Record, 113, 493-528.2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/016146811111300306>. Acesso 2025.

SILVA, Alciene Pereira da. **Avaliação Do estresse e a empatia em docentes de instituições de Ensino Superior no Contexto da Pandemia da COVID-19'** 25/05/2022 79 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FRANCISCANA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Universidade Franciscana, 2022. https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11669184 Acesso, 2025.

SILVA, G. N.; TORRES, A. R. R. **Saúde mental de professores: estigma, demanda reprimida e estratégias de enfrentamento.** Psicologia & Sociedade, v. 30, e176094, 2018.

SILVA, M. A. D.; MARCHI, R. **Saúde e qualidade de vida no trabalho.** São Paulo: Best Seller, 1997.

SILVA, N., e PINHEIRO, D. M. **Agruras no trabalho do professor.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 25(4), 713-721, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO0928>. Acesso 2025.

SIMPROESC, Sindicato Internacional dos Professores no Estado de Santa Catarina. **Doenças Ocupacionais entre Profissionais da Educação.** 2023. Disponível em: <https://www.sinproesc.org.br/doencas-ocupacionais-entre-profissionais-da-educacao/>. Acesso 2025.

SITLINGER, A, ZAFAR, S.Y. **Qualidade de vida relacionada à saúde: o impacto na morbidade e mortalidade.** Clínicas de Oncologia Cirúrgica da América do Norte 27(4), pp. 675-684. Szalai, A. (1980). O significado da pesquisa comparativa sobre a qualidade de vida. Em: A. Szalai e F. M. Andrews (Eds.), A qualidade de vida. Estudos comparativos. Londres: Sage. 2018.

SKAALVIK, E. M., Y SKAALVIK, S. **Job Satisfaction, Stress, and Coping Strategies in the Teaching Profession.** What Do the Teachers Say? International Education Studies, 8, 181-192. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2466/14.02.PR0.114k14w0>. Acesso em 27 de abril de 2025.

SOKAL, L., TRUDEL, LE, & BABB, J. **Atitudes de professores canadenses em relação à mudança, eficácia e esgotamento durante a pandemia de COVID-19.** Revista Internacional de Pesquisa Educacional Aberta, 1(setembro), 100016.2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijedro.2020.100016>. Acesso 2025.

SOLANA, Ricardo F. **Administración de Organizaciones.** México: Ediciones Contables y Administrativas, (p. 75), 1993.

SOTELO, M. K., HURTADO, Y. Y., CANALES, J. D., & SOLÍS, F. **Efectos de un programa de danza terapéutica para el control del estrés laboral en docentes de Fundación Pedagógica Cristal Estelí.** Revista Científica de FAREM-Estelí, 34, 77–90. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5377/farem.v0i34.10008>. Acesso 2025.

SOUZA, J. B., URIO, Â., MANOROV, M., GEREMIA, D. S., HILLESHEIM, A., e SOUZA, L. L; LIMA, A. V. V. **Estresse ocupacional, síndrome de burnout e docência universitária: uma revisão sistemática da produção acadêmico-científica, 2022.**

SUN, B., GUO, H., XU, L., Y DING, F. **How Does Teachers' Psychological Capital Influence Workplace Well-Being? A Moderated Mediation Model of Ego-Resiliency and WorkMeaning Cognition.** International journal of environmental research and public health, 19(22), 14730. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph192214730>. Acesso em 27 de abril de 2025.

SUREDA, I. **Estrategias psicopedagógicas orientadas a la motivación docente: Revisión de un problema.** Revista Española de Pedagogía, (221), 83–98. 2002.

TACCA HUAMÁN, D. R., y TACCA HUAMÁN, A. L. **Factores de riesgos psicosociales y estrés percibido en docentes universitarios.** Propósitos Y Representaciones, 7(3), 323–353. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20511/pyr2019.v7n3.304>. Acesso em 27 de abril de 2025.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TOVAR, L. **La Escuela, El Ambiente y La Salud (Una Propuesta de Orientación Metodológica para los Docentes.** [The school, the environment and health (a proposal of methodological orientation for teachers)]. Revista de la Facultad de Medicina, 24(2), 123-127.2001. Disponível em: <https://n9.cl/fgcnz>. Acesso em 26 de abril de 2025.

TROMAN, G. Y WOODS, P. **Primary Teachers' Stress.** Londres: Routledge, 2001.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam.** São Paulo: Moderna, 2004.

UNESCO. **Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura.** Online. 2021. Disponível em: [unesco: https://www.unesco.org/es/education/teachers](https://www.unesco.org/es/education/teachers). Acesso em 27 de abril de 2026.

VALENZUELA, S. A., FERRADA, A. L., VEGA, V. A., & FIGUEROA, A. E. J. **Work-Family balance, job satisfaction and family support in basic school teachers.** *Psicología Desde el Caribe*, 33(3), 285-298.2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14482/psdc.33.3.9492>. Acesso em 26 de abril de 2025.

VALLE, G. K. G. **Doenças ocupacionais em professores de escola de ensino infantil e de estimulação precoce no Distrito Federal.** 2017. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VARELA, F. **Ética e ação.** Santiago: Dólmén. 1998.

VARELLA, CMC, TRINDADE, MAL. **Ergonomics Management Program: Model and Results.** *Advances in Intelligent Systems and Computing*. 825, pp. 240-246. 2019.

VELOZ ZAMBRANO, G. E. **Carga laboral y su influencia en el desempeño docente en la escuela de educación básica Alfa y Omega del cantón La Libertad, provincia de Santa Elena, 2020** (Master's thesis, La Libertad: Universidad Estatal Península de Santa Elena, 2022). <https://repositorio.upse.edu.ec/bitstream/46000/8816/1/UPSE-MTH-2022-0040.pdf>. Acesso em 26 de abril em 2025.

VIDAL-FLORES C. **Professores municipais com saúde mental precária.** Chile: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação, Faculdade de Educação - Universidade Alberto Hurtado. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2QqvPBb>. Acesso 2025.

WHOQOL GROUP. **Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL):** documento de posição da Organização Mundial da Saúde. Ciências Sociais e Medicina. Oxford, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.

ZAMORA-DÍAZ, W., COBOS-SANCHIZ, D., & LÓPEZ-NOGUERO, F. **Condiciones sociales y salud laboral del profesorado nicaragüense de secundaria.** *Revista de Pedagogía*, 38(103), 192-208. 2017.

ZENNER, C., HERRNLEBEN-KURZ, S. & WALACH, H. **Intervenções baseadas em atenção plena em escolas: uma revisão sistemática e meta-análise.** *Fronteiras em Psicologia*, 5, 1-20. DOI: 10.3389/fpsyg.2014.00603. 2014. Disponível em: <file:///R:/Downloads/fpsyg-05-00603.pdf>. Acesso 2025.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO PARA O GESTOR E COORDENADOR ESCOLAR

O questionário visa recolher informações ou dados do campo para a Dissertação de Mestrado com o título: **A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE/GO.** Sua contribuição respondendo o questionário é essencial para esta pesquisa.

I- IDENTIFICAÇÃO:

Nome (opcional): _____

1. Perfil do Gestor e Coordenador Escolar:

a) Gênero: ☐ Feminino ☐ Masculino

b) Idade:

☐ Entre 25 e 35 anos ☐ Entre 35 e 45 anos

☐ Entre 45 e 55 anos ☐ Entre 55 e 65 anos

☐ Mais de 65 anos

2. Qual o seu cargo na escola?

☐ Diretor(a)

☐ Coordenador(a) pedagógico(a)

3) Formação:

☐ Licenciado ☐ Bacharelado ☐ Especialização ☐ Mestrado

☐ Doutorado ☐ Outros _____

4) Anos de trabalho como Gestor ou Coordenador Escolar:

☐ Entre 1 e 3 anos ☐ Entre 3 e 5 anos

☐ Entre 5 e 7 anos ☐ Entre 7 e 10 anos ☐ Mais de 10 anos

II. DOENÇAS OCUPACIONAIS E SAÚDE DOS PROFESSORES

5. Na sua percepção, quais são as doenças ocupacionais mais comuns entre os professores da Educação Infantil? (Pode marcar mais de uma opção)

☐ Problemas vocais (ex.: rouquidão, nódulos nas cordas vocais)

☐ Distúrbios osteomusculares (ex.: dores na coluna, LER, tendinite)

☐ Estresse ou Síndrome de Burnout

☐ Ansiedade ou depressão

☐ Problemas respiratórios (ex.: rinite, asma)

☐ Insônia ou transtornos do sono

☐ Outras: _____

6. A escola já registrou afastamentos de professores devido a problemas de saúde ocupacional?

☐ Sim, com frequência

☐ Sim, ocasionalmente

☐ Não

7. A escola oferece alguma política de prevenção e cuidado com a saúde dos professores?

☐ Sim, regularmente

☐ Sim, mas de forma limitada

☐ Não

8. Quais medidas a escola já adotou para minimizar os impactos das doenças ocupacionais entre os professores? (Marque todas as que se aplicam)

- ☐ Palestras e formações sobre saúde e bem-estar
 - ☐ Apoio psicológico ou emocional
 - ☐ Incentivo a pausas e descanso durante a jornada de trabalho
 - ☐ Adequação da infraestrutura e ergonomia
 - ☐ Nenhuma medida foi adotada
-

III. INDICADORES DE ADOECIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES

9. Quais sinais de adoecimento mental você observa com mais frequência nos professores? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Cansaço extremo e desmotivação
- ☐ Irritabilidade e impaciência
- ☐ Falta de concentração e esquecimentos
- ☐ Ausências frequentes ou pedidos de afastamento
- ☐ Ansiedade ou tristeza constante
- ☐ Nenhum desses sinais

10. Como a escola lida com professores que apresentam sinais de adoecimento mental?

- ☐ Oferece suporte psicológico ou orientação profissional
 - ☐ Dialoga e busca ajustar a carga de trabalho
 - ☐ Encaminha para acompanhamento médico quando necessário
 - ☐ Não há um protocolo definido para esses casos
-

IV. QUALIDADE DE VIDA E DESEMPENHO DOCENTE

11. Na sua opinião, a qualidade de vida dos professores impacta diretamente o desempenho dos alunos na Educação Infantil?

- ☐ Sim, muito
- ☐ Sim, em certa medida
- ☐ Pouco
- ☐ Não

12. Você percebe que professores que estão fisicamente e emocionalmente saudáveis demonstram maior motivação e desempenho em sala de aula?

- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

13. A escola oferece alguma ação para promover a qualidade de vida dos professores?

- ☐ Sim, várias iniciativas
- ☐ Algumas ações pontuais
- ☐ Não

14. O que você acredita que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida dos professores e, conseqüentemente, seu desempenho em sala de aula?

V. OPINIÃO DOS PROFESSORES SOBRE SAÚDE FÍSICA E MENTAL

15. Você acredita que os professores têm acesso adequado a cuidados com a saúde?

- () Sim, totalmente
- () Sim, mas há dificuldades
- () Não, a maioria tem dificuldades de acesso

16. A escola incentiva os professores a cuidarem da saúde física e mental?

- () Sim, ativamente
- () Um pouco, mas não de forma estruturada
- () Não há incentivo nesse sentido

VI. SUGESTÕES E COMENTÁRIOS

17. Na sua visão como gestor(a), quais seriam as principais ações necessárias para melhorar a saúde e o bem-estar dos professores da Educação Infantil?

18. Gostaria de acrescentar alguma observação sobre as condições de saúde e qualidade de vida dos professores na sua escola?

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

O questionário visa recolher informações ou dados do campo para a Dissertação de Mestrado com o título: **A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE/GO**. Sua contribuição respondendo o questionário é essencial para esta pesquisa.

I- IDENTIFICAÇÃO:

Nome (opcional): _____

1. Perfil do Professor:

a) Gênero: ☐ Feminino ☐ Masculino

b) Idade:

☐ Entre 25 e 35 anos ☐ Entre 35 e 45 anos

☐ Entre 45 e 55 anos ☐ Entre 55 e 65 anos

☐ Mais de 65 anos

2) Formação:

☐ Licenciado ☐ Bacharelado ☐ Especialização ☐ Mestrado

☐ Doutorado ☐ Outros _____

3) Anos de trabalho como professor na Educação Infantil:

☐ Entre 1 e 3 anos ☐ Entre 3 e 5 anos

☐ Entre 5 e 7 anos ☐ Entre 7 e 10 anos ☐ Mais de 10 anos

II. CONDIÇÕES DE TRABALHO

4. Quantas horas semanais você trabalha com crianças da Educação Infantil?

☐ Menos de 20h ☐ 30h ☐ 40h ☐ Outros _____

5. Quantas crianças há, em média, por turma?

☐ Até 20 ☐ 25 ☐ 30 ☐ Acima de 30

6. Você tem tempo suficiente para planejamento das aulas?

☐ Sim ☐ Não

7. Como você avalia a infraestrutura da escola para o desenvolvimento do seu trabalho? (

☐ Ótima ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Péssima

III. DOENÇAS OCUPACIONAIS E CONDIÇÕES DE SAÚDE

8. Você já foi diagnosticado com alguma doença ocupacional relacionada à docência? Se sim, qual(is)? (Pode marcar mais de uma opção)

☐ Problemas vocais (ex.: rouquidão, nódulos nas cordas vocais)

☐ Distúrbios osteomusculares (ex.: dores na coluna, LER, tendinite)

☐ Estresse ou Síndrome de Burnout

☐ Ansiedade ou depressão

☐ Problemas respiratórios (ex.: rinite, asma)

☐ Insônia ou transtornos do sono

☐ Outras: _____

9. Com que frequência você sente dores ou desconfortos físicos relacionados ao trabalho?

☐ Diariamente

☐ Algumas vezes por semana

- ☐ Ocasionalmente
- ☐ Nunca
- 10. Você já precisou se afastar do trabalho por problemas de saúde?
 - ☐ Sim, uma vez
 - ☐ Sim, mais de uma vez
 - ☐ Não
- 11. Você acredita que sua carga de trabalho influencia sua saúde?
 - ☐ Sim, de forma intensa
 - ☐ Sim, de forma moderada
 - ☐ Pouco
 - ☐ Não

IV. QUALIDADE DE VIDA E DESEMPENHO NO ENSINO

- 12. Como você avalia sua qualidade de vida atualmente?
 - ☐ Excelente
 - ☐ Boa
 - ☐ Regular
 - ☐ Ruim
 - ☐ Péssima
- 13. Você sente que problemas de saúde afetam seu desempenho como professor(a)?
 - ☐ Sim, frequentemente
 - ☐ Às vezes
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca
- 14. Como a sobrecarga de trabalho impacta sua motivação no ensino?
 - ☐ Reduz muito minha motivação
 - ☐ Reduz um pouco minha motivação
 - ☐ Não interfere
 - ☐ Aumenta minha motivação
- 14. Você sente que a qualidade de vida dos professores influencia diretamente no aprendizado dos alunos?
 - ☐ Sim, muito
 - ☐ Sim, em certa medida
 - ☐ Pouco
 - ☐ Não

V. SAÚDE FÍSICA E MENTAL NA VIVÊNCIA SOCIAL

- 16. Você sente que o trabalho como docente interfere na sua vida pessoal e social?
 - ☐ Sim, muito
 - ☐ Sim, de forma moderada
 - ☐ Pouco
 - ☐ Não
- 17. Você encontra tempo suficiente para cuidar da sua saúde física (exemplo: praticar exercícios, ter uma alimentação equilibrada)?
 - ☐ Sim, regularmente
 - ☐ Às vezes
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca

18. Você tem acesso a acompanhamento psicológico ou emocional quando necessário?

- () Sim, oferecido pela escola
- () Sim, por conta própria
- () Não, mas gostaria de ter
- () Não, e não vejo necessidade

19. Como você avalia o suporte da escola em relação à saúde mental dos docentes?

- () Muito bom
- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Inexistente

VI. SUGESTÕES E COMENTÁRIOS

20. Quais medidas poderiam ser adotadas para melhorar a saúde e a qualidade de vida dos professores?

21. Você gostaria de acrescentar alguma outra observação sobre sua saúde e condições de trabalho?



Universidade Del Sol –UNADES Lei 4.263/11
Aprovada pela Resolução nº 10/2010 do Conselho de Universidades
Mestrado em Ciências da Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa da dissertação de Mestrado com título **PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NESTOR FONSECA NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE/GO.** orientado pela (o) pesquisadora (o) responsável:.....

Sua participação nesta pesquisa será voluntária e consistirá na total liberdade em responder um questionário com perguntas abertas e fechadas. Garantimos o sigilo de seus dados de identificação primando pela privacidade e por seu anonimato. Manteremos em arquivo, sob nossa guarda, por 5 anos, todos os dados e documentos da pesquisa. Após transcorrido esse período, os mesmos serão destruídos. Os dados obtidos a partir desta pesquisa não serão usados para outros fins além dos previstos neste documento.

Você tem a liberdade de optar pela participação na pesquisa e retirar o consentimento a qualquer momento, sem a necessidade de comunicar-se com o(s) pesquisador(es).

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será rubricado na folha e assinado em duas vias, permanecendo uma com você e a outra deverá retornar ao pesquisador. Abaixo, você tem acesso ao telefone e endereço eletrônico institucional do pesquisador responsável, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento no decorrer da pesquisa.

Assinatura do pesquisador responsável

Local e data: _____, _____ de _____ 20____.

Declaro que li o TCLE: concordo com o que me foi exposto e aceito participar da pesquisa proposta.

Assinatura do participante da pesquisa